



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 4

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Elisa Sousa, pelo Deputado Jaime Vieira e pelo Deputado José Gabriel Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, prosseguiu-se com a **“Apresentação, debate e votação do Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores”**.

Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as José Eduardo (*PS*), Carlos Furtado (*CH*), Patrícia Miranda (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Gil Borges (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Tiago Lopes (*PS*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Carlos Ferreira (*PSD*), Ana Quental (*PSD*), Ana Luís (*PS*), José Ávila (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Jaime Vieira (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Célia

Pereira (PS), Alexandra Manes (BE), Elisa Sousa (PSD), Carlos Freitas (PSD), José Contente (PS), Berto Messias (PS), Joaquim Machado (PSD), Sandra Faria (PS), Andreia Vasconcelos (CDS-PP), Marco Costa (PSD) e Bárbara Chaves (PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*), o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*), a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*) e o Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 54 minutos.

Presidente: Desejo-vos um bom dia de trabalho.

Vamos iniciar com a chamada. Para tal, tem a palavra o Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Gil Alberto Medeiros Borges

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Andreia Tatiana Vasconcelos

Catarina Oliveira Cabeceiras

Nuno António de Bettencourt Gomes

CHEGA (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ontem, interrompemos os nossos trabalhos...

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu gostaria de solicitar à Mesa que fosse possível disponibilizar, com a maior urgência possível, a transcrição do debate de ontem a partir da intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e do debate que se lhe seguiu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim farei. Solicitarei aos serviços a maior urgência nessa transcrição e facultarei às Sras. e aos Srs. Deputados e ao senhor em particular.

Bom, estava eu a dizer que ontem interrompemos os nossos trabalhos nos pedidos de esclarecimentos à intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Pergunto se há mais pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Agricultura, apenas e só algumas questões muito sucintas, porque o tempo é curto, para questionar se a criação de mais um novo label, uma nova designação, ou melhor, de duas, a de Eco Rural Sustentável e a de Eco Rural Açores, implica deixarmos de ter a “Marca Açores” associada aos produtos agrícolas.

Ainda sobre este mesmo tema, também perguntar se irá dar continuidade ao estudo já realizado para a carne produzida em Ilhas Reserva da Biosfera, ou seja, utilizar a “Marca Biosfera Açores”, contribuindo assim para uma maior valorização da carne produzida nestas ilhas.

Também sobre a diversificação agrícola, que tipo de apoios prevê para a fileira dos produtos hortofrutícolas frescos, que carece de maior atenção e apoio, nomeadamente para os pequenos empresários em ilhas como no caso da ilha das Flores, onde se deve apostar no incremento de uma progressiva autonomia alimentar local, diminuindo a dependência do exterior?

Sr. Secretário, para terminar, um pedido de esclarecimento sobre o Programa Rural Açores Jovem, uma vez que foi anunciado, no dia 27 de maio, pelo então candidato e agora Presidente do Governo, como sendo uma proposta estruturante para a afirmação da agricultura da próxima década.

E porquê, finalizando, o abandono e a não inclusão neste documento de duas medidas que o PSD integrava no seu manifesto eleitoral e que se referiam: uma, ao estabelecimento de contratos de parceira plurianuais com as organizações de produtores, associações, cooperativas, traduzidos em financiamento anual garantido e estável com a colaboração de recursos humanos qualificados da Administração Pública Regional; e a outra, com a participação de capital e a gestão partilhada para a requalificação,

reestruturação, reequipamento e redimensionamento de empresas estratégicas para a implementação de projetos inovadores para a economia rural.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes elementos do Governo:

A minha questão vai para uma situação que também se prende, e muito, com a valorização dos nossos produtos agrícolas. No nosso entender, do CHEGA, deverá ser o Governo da Região Autónoma dos Açores, nessa primeira fase em que é preciso, e muito, valorizar e diversificar a nossa produção agrícola, valorizando-a para além do nosso restrito mercado açoriano, no sentido de que os nossos produtos cheguem mais longe e mais valorizados, é nosso entender que o Governo Regional deverá assumir os custos pela promoção dos nossos produtos. Mas uma promoção inteligente e especializada, realizada por gente especializada, com objetivos, gente que perceba de publicidade, gente que perceba de produção, no sentido de se corrigir problemas com a má promoção dos nossos produtos agrícolas, que foram feitos nos últimos anos, porque só com mão de obra especializada a nível da promoção dos nossos produtos, só com gente que perceba dos nossos produtos é que conseguimos valorizar aquela que é a nossa produção agrícola.

Para acabar de vez com o estigma que existe na nossa sociedade de que a produção agrícola, de que os produtores agrícolas são um parente pobre da nossa economia. Portanto, enquanto a nossa economia pensar que há mão de obra menos valorizada do que outra, nunca teremos equidade, nunca teremos

bons produtores agrícolas, nunca teremos gente que se disponibilize para fazer agricultura, porque, não obstante haver ações de formação, cursos de formação, o difícil será arranjar inscritos para esses cursos de formação, quando na realidade ninguém quer ser o parente pobre da nossa atividade económica.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar os esclarecimentos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural *(António Ventura)*: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, tentando responder aqui a algumas questões que foram, ontem, deixadas, desde logo a questão relacionada com o bem-estar animal, dizer a esta Câmara que as leis são para cumprir no âmbito de bem-estar animal. Dizer que, nos Açores, no nosso entender, o bem-estar animal constitui uma base de cidadania muito importante e de atenção, também, política. É um assunto a desenvolver nos próximos tempos. E dizer-lhes que o bem-estar animal, juntamente com as questões ecológicas, devem constituir uma marca identitária dos Açores e na promoção dos nossos produtos. É a associação dessas duas questões que nos vão fazer conquistar e afirmar nos mercados atuais e conquistar novos mercados de forma muito específica. E, portanto,

é esta a nossa linha de atuação, é esta a nossa estratégia, é este o nosso pensamento.

Depois, fui questionado sobre a questão do Instituto da Vinha e do Vinho. Dizer-lhe que este é um projeto que está em desenvolvimento. Nós daremos seguimento a este projeto, à sua constituição e à sua instalação na ilha do Pico. Sim, Sr. Deputado, vai ser na ilha do Pico.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

Deputado Mário Tomé (PS): Boa!

O Orador: Depois, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras evidenciou, e muito bem, uma questão fundamental para os Açores, que é a questão do POSEI enquanto região ultraperiférica. E, no nosso entender, o artigo 349.º do Tratado tem que ter um maior alcance jurídico, institucional e político, de maneira a que possamos reforçar em cerca de 10 milhões de euros, que é o défice existente.

Agora, a solidariedade da União Europeia também se deve fazer sentir ao nível do Estado, para as suas regiões ultraperiféricas. E é nesse sentido que o Governo da República tem aqui uma responsabilidade acrescida em perceber que as regiões autónomas, no caso os Açores, não são só um benefício, porque nós temos benefícios: a nossa posição geoestratégica, o caso de sermos zona de fronteira e o caso de termos uma posição negocial geopolítica. Bom, em contrapartida, nós temos que ter outros reconhecimentos, desde logo o facto de sermos região ultraperiférica e termos produtos de qualidade. E é no âmbito desses produtos de qualidade que, efetivamente, a República tem uma posição de responsabilidade acrescida em criar um programa que possa complementar esse défice existente.

Depois, também, o Sr. Deputado Bruno Belo falou, e muito bem, sobre a questão de conhecermos os preços dos agro-alimentos. Não é possível fazer-

se política nos Açores se não nós não soubermos como são formados os preços. É um pouco governar às cegas, porque não sabemos quem é que fica com a fatia de leão. Do produtor ao consumidor, é necessário conhecer-se as etapas e os custos dessas mesmas etapas para perceber que tipo de legislação, que tipo de política é possível fazer.

E eu recordo este momento, que, em 2007, ou seja, volvidos 13 anos, o PSD apresentou nesta Casa, e que foi aprovado por todos os partidos exceto pelo PS, a criação de um observatório dos preços dos produtos agroalimentares. Passados 13 anos, ainda não foi constituído. E, portanto, o que nós defendemos há 13 anos continuamos a defender agora, porque, efetivamente, esta é uma questão base de conhecimento para se desenvolver uma verdadeira política regional agrícola.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso chama-se coerência!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, também, fui questionado sobre a questão do Eco e das novas designações. Dizer-lhe, Sr. Deputado, que a União Europeia tem um limite, um limite para se transformar toda a produção convencional em modo de produção biológica. E o limite é 2050. Em 2050, não pode haver produção convencional em agricultura (se houver União Europeia) no seio da União Europeia. E é neste sentido que nós temos que começar a desenvolver um processo que leve a este modo de produção Eco. Isto não retira nada à “Marca Açores”, pelo contrário, fortalece o conteúdo da “Marca Açores”. Nós

estaremos mais fortes, mais afirmativos nos nossos mercados, com mais imagem e com melhor presença.

Por outro lado, a questão dos produtos hortícolas, claro que sim. E isso passa pelo desenvolvimento de uma estratégia que tem a ver com a criação do mercado interno. E, portanto (já me estão a dizer que eu estou a ultrapassar o tempo), a questão do mercado interno é fundamental.

E as instituições agrícolas, ninguém abandonou nenhum programa. Eu referi... e, portanto, nós estamos a falar, no Programa do Governo, da macro estratégia, de objetivos gerais. Eu referi muito especificamente as organizações de produtores como parceiros fundamentais na orientação e na construção das estratégias agrícolas.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para este debate. Não havendo manifestações para inscrições, passemos às intervenções de tribuna. Para tal, dou a palavra à Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Sendo esta a minha primeira intervenção neste Plenário, Casa Mãe da Democracia, permitam-me que comece por saudar e cumprimentar todas e todos os açorianos.

Saudar e cumprimentar Vossa Excelência, Sr. Presidente da Assembleia, e todas as Sras. e Srs. Deputados, em especial os que iniciaram nesta legislatura as suas funções, fazendo votos de um bom trabalho.

Que saibamos honrar este Parlamento e toda a Região, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... cumprindo e fazendo cumprir a nossa missão em prol do nosso povo, da nossa terra, dos nossos Açores!

Cumprimento o Sr. Presidente do Governo Regional e todo o seu executivo. E sendo esta intervenção no âmbito da Agricultura e Desenvolvimento Rural, saúdo de forma especial o Sr. Secretário António Ventura, mostrando, desde já, a abertura do Partido Socialista dos Açores para colaborar na contínua melhoria do setor, desejando-lhe os maiores sucessos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado.

A Oradora: Por fim, saúdo todos os agricultores dos Açores, homens e mulheres. Estas, que cada vez mais se afirmam e conquistam este setor, gente da Terra e pela Terra, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que todos os dias dedicam o seu tempo a uma das mais nobres e respeitadas tarefas: cuidar das nossas terras, alimentar os nossos animais e colocar nas nossas mesas os produtos mais genuínos das nossas gentes. Não é à toa que são considerados os jardineiros destas belezas naturais, que são as nove ilhas dos Açores.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora Sras. e Srs. Deputados:

Sendo a agricultura o pilar da economia açoriana, que num passado a enriqueceu, no presente a manteve e no futuro a projetará. Nesta fase

pandémica, em que, infelizmente, muitas áreas tiveram de parar, é imperativo lembrar que a agricultura nunca parou.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

A Oradora: Durante a pandemia, a par com tantos outros heróis açorianos que estiveram e estão na linha da frente no combate à COVID, os agricultores também merecem o nosso reconhecimento.

Deputado José Ávila (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Também são grandes heróis, pois os animais e as terras não podiam aguardar pelo fim do confinamento.

Como sabemos, ser agricultor é uma tarefa árdua, mais que uma profissão é um estilo de vida, onde não é permitido ter horários, férias e, muitas vezes, nem é permitido sequer ficar doente.

A análise de um plano de ação implica refletir sobre tudo o que se passou e as estratégias que se pretendem implementar para ajudar a ultrapassar todas as dificuldades inerentes ao setor e que foram exacerbadas por esta pandemia.

O anterior Governo dos Açores apostou em conciliar a sustentabilidade, a competitividade e o crescimento de todas as áreas deste setor, da horto-fruticultura à floricultura, do vinho ao mel e da carne ao leite.

Foram dados passos importantes e a vontade expressa pelos açorianos, nas urnas, foi a de prosseguir com a estratégia que o Partido Socialista tem para este setor.

Os açorianos sabem que estamos dispostos a ir ao limite das nossas forças e das nossas competências para defender os agricultores açorianos e o aumento de rendimento que lhes é devido. Porque, só uma agricultura forte pode sustentar uma economia saudável!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deste modo, com o anterior Governo e com a sustentação do Partido Socialista dos Açores, muito foi feito, mas temos plena noção de que ainda muito há a fazer!

O último Governo soube valorizar a importância de estabelecer coesão entre todos os intervenientes e interessados no setor agrícola. Todavia, na agricultura não há verdades absolutas, levando-nos à obrigação, mas também ao dever de procurar mais e melhores medidas que combatam qualquer tipo de conformismo e constrangimento ao setor.

Agora, conceitos como “relançamento económico, resiliência, notoriedade e internacionalização” são absolutamente relevantes no contexto e realidade regional atual. Conceitos que, infelizmente, não estão captados no presente programa. Aliás, analisando o programa aqui hoje em debate, este fica muito aquém do esperado. Podemos verificar que o mesmo não acrescenta mais, não tem ambição.

A agricultura precisa que se identifiquem os problemas com clareza e que se apresentem soluções práticas, eficazes e objetivas, e neste programa o que encontramos são medidas que se perdem no comum, que se moderam no diagnóstico e no reconhecimento dos verdadeiros problemas atuais que afligem a economia agrícola e não só. Porque quando a agricultura perde, todos os açorianos perdem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É urgente aumentar a resiliência da economia agrícola e, para tal, o relançamento do setor do leite e laticínios é fundamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não estavas à espera desta, Ventura!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores não fizeram nada sobre isso!

A Oradora: É preciso consolidar os Açores como referência na produção de leite de excelência e todos os seus derivados, atraindo recursos humanos especializados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os rendimentos a baixar sempre!

A Oradora: Esta medida assentaria em dois grandes pilares: criar um programa de apoio à melhoria genética dos efetivos bovinos com aptidão leiteira e criar um programa de apoio para a contratação de quadros técnicos superiores pelas indústrias de laticínios...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada!

A Oradora: ... com o objetivo de atrair e fixar jovens na fileira e reforçar as competências técnicas da mesma.

Por outro lado, o relançamento económico do setor da carne também merece uma especial atenção com o reforço da qualidade do produto final.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na fileira do leite quais foram os resultados? Péssimos!

A Oradora: Para tal seria preciso uma reorganização ao nível do acabamento dos animais e da comercialização, continuando a desenvolver melhorias nos nossos matadouros. Tudo isto coadjuvado com o incentivo à conversão de explorações de leite para carne.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esperava que o senhor viesse aqui reconhecer as suas responsabilidades e do seu partido!

A Oradora: No setor do vinho, a criação de um programa de apoio ao envelhecimento de vinhos licorosos para o reforço das condições de

escoamento e acrescentando valor ao produto final através de marketing cultural são medidas, sem dúvida, apelativas.

O relançamento económico do setor da Horticultura e Fruticultura deveria ser promovido tendo por base a diversificação da produção.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Deveria há 24 anos! Deveria! Estamos de acordo!

A Oradora: Para que isso seja possível, seria necessário majorar os apoios para as culturas hortofrutícolas no âmbito do POSEI, nas quais a Região é deficitária e em que apresenta condições favoráveis à sua produção.

Por outro lado, temos, também, que pensar seriamente na agricultura biológica, que tem cada vez mais adeptos na Região, com o intuito de diversificar os produtos cultivados, garantindo o equilíbrio ambiental, sobretudo do solo, aumentando a sua fertilidade e saúde.

Outro problema que nos ocupa e preocupa é a acessibilidade dos mercados. Para alcançar o sucesso nesta área não é suficiente ter os melhores produtos, nem fazer as melhores campanhas de comunicação. É necessário conhecer muito bem os consumidores, introduzir processos de melhoria e inovação de forma contínua e criar uma relação diferenciadora e reconhecida pelos clientes, dando nova forma e dimensão à própria “Marca Açores”.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Já viu o monte de coisas que não fizeram?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Os senhores acabaram de governar!

A Oradora: E quando atravessamos a maior crise de escoamento, principalmente, mas não só, no setor leiteiro, que representa cerca de 30% da produção do país, em parte por esta pandemia, é preciso adotar medidas urgentes que tranquilizem os agricultores e a indústria.

Estas são algumas das medidas, que tenho a certeza de que os agricultores açorianos, gostariam de ver manifestadas neste programa que aqui hoje debatemos, medidas essas que fazem parte do programa do Partido Socialista, o mais votado pelos açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Mas, infelizmente, o Programa do Governo não trata de forma específica os problemas de cada setor, mas sim generaliza, o que acaba por banalizar os problemas. De forma alguma é tranquilizador para os tempos que se avizinham.

Por fim, e porque muito mais havia a dizer, deixo-vos uma mensagem clara:

...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tenha dúvida!

A Oradora: ... a realidade de hoje não é a de amanhã, mas falar de agricultura é falar de um presente que se projetará no futuro.

Os mercados variam e os recursos são finitos, daí a importância de adotar medidas ágeis e imperativas, capazes de fazer vingar este setor, tão nosso, que é a agricultura.

A primeira de todas as atividades que, juntamente com as pescas, prevê a primeira necessidade do homem, a sua alimentação, e ainda porque serve de base a muitas outras indústrias.

Assim, a agricultura precisa e merece de estratégia, coerência e assertividade, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois merece! Coisa que não teve!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Apoiado! Grande crítica!

A Oradora: ... baseada num profundo conhecimento do setor!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Coisa que não teve!

A Oradora: Só uma agricultura forte pode sustentar uma economia saudável!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foi o melhor discurso sobre política de agricultura que ouvi!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há pedidos de esclarecimentos a esta intervenção. Não havendo, vamos passar à próxima área governativa. Para tal, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

A Saúde é a principal preocupação dos cidadãos.

Transversalmente, a sociedade revela os seus medos e, por estes, as suas vontades e prioridades, quando a saúde lhe falta ou quando ela é precisa.

Por isso, a ação pública de quem representa os cidadãos deve ter uma atenção prioritária neste setor.

Não cabe, porém, num Programa do Governo tudo o que um Governo fará ou pretende fazer, nem caberá a uma intervenção de apresentação setorial daquele a sua descrição integral.

Resta, pois, a necessidade quanto à obrigação de deixar ao Parlamento e aos açorianos o registo da ação governativa em cada setor e a impressão da marca que se pretende desenvolver no mandato decorrente da vontade popular.

E é isso que nos dispomos a deixar nestes breves minutos: o enquadramento político da atividade pública neste setor e nos demais que nos cabe assumir com esta solução governativa.

Desde logo, a assunção da transparência e da verdade como filtros da intervenção.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):
Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: O respeito por todos como valor fundamental. A proximidade como modo de relação. A responsabilidade como pilar da participação de cada um no processo comum.

O médio e o longo prazo a serem a referência das ações que assumimos como compromisso e missão e a resposta imediata a obrigação da função, como os parâmetros temporais da atividade pública.

E, para além de tudo isto, a vontade convicta para assumir, de boa-fé, as decisões políticas que resultem da auscultação de todos quantos possam contribuir e fundamentar cada plano, cada medida, intervenção ou realização.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):
Muito bem!

O Orador: Nesta medida e com estes pressupostos, entendemos que, mais do que um departamento governamental que seja o topo da pirâmide dos profissionais da área ou o centro de gestão de um serviço regional, esta responsabilidade deve ser encarada, governativamente, como a liderança de um sistema integrado que promova e assegure a saúde dos açorianos.

Sem complexos nem barreiras, sem divisões nem domínios, sem exclusões nem maniqueísmos.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A forma como entendemos dever funcionar este sistema assenta no, essencial, pressuposto da integração de todos quantos possam contribuir para o desiderato final.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos são, necessariamente, importantes.

Pretendemos, por isso, criar um Sistema Regional de Saúde integrado, interligado, intercomplementar e responsabilizante onde não existam separações complexadas entre respostas públicas e privadas, cisões entre unidades hospitalares de uma ilha ou outra, fossos entre centros de saúde e hospitais, sectarismos entre médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica e demais profissionais de saúde, costas voltadas entre especialidades médicas e, no limite, divisões entre o serviço e o utente.

Significativamente, esta proposta de múltiplo envolvimento e diversa responsabilização ocorre, exatamente, no histórico momento político que se vive nos Açores com a participação de diferentes forças políticas na construção daquilo que, na perspetiva e contributo de cada parte, assegura o bem comum.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É essa a marca desta governação e deste quadro parlamentar: contar com todos, envolver todos na procura da solução que melhor garanta

a mais capacitante e equitativa resposta para cada cidadão e para a comunidade, de forma livre e responsabilizante de cada um.

Ainda agora, em poucos dias, demos já vários exemplos de que tudo isto vai para além das palavras e das intenções.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A operação de testagem massiva em Rabo de Peixe, com a participação de centenas de profissionais de saúde, técnicos sociais, bombeiros, proteção civil, autarquias, forças de segurança e militares, voluntários, responsáveis políticos e, sobretudo, as pessoas, revela que quando as lideranças afirmam, genuinamente, a importância de todos, todos respondem com sucesso.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A decisão de abrir um novo posto de colheitas de testes ao vírus SARS CoV-2, na Praia da Vitória, em cooperação direta com uma associação de bombeiros e com a colaboração imediata de uma autarquia local e com as forças aéreas portuguesa e americana, utilizando recursos inutilizados, demonstra que se consegue mais com mais a participar e que na otimização dos meios humanos e materiais existentes está uma das mais relevantes potencialidades do sistema.

Assim será construído um Sistema de Saúde que, valorizando, estimulando e retribuindo justamente os respetivos profissionais, através, nomeadamente, da revalorização das suas carreiras e de eficazes incentivos à fixação, garantirão melhores cuidados de saúde aos açorianos, nomeadamente, com

médicos e enfermeiros de saúde para todos, mais especialistas e menos espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, também, com melhores e mais modernos equipamentos. Desde logo, com a imediata intervenção no Centro de Saúde das Velas em estado de desumana degradação, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: ... como com a determinação de resolver o problema do Centro de Saúde das Lajes do Pico ou com a decisão de ativar o processo de radioterapia na ilha Terceira.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Para isso, o financiamento dos resultados, com a respetiva informatização, é uma das mais necessárias dimensões da potencialização dos recursos.

A prevenção, os rastreios e os cuidados de saúde primários, alguns dos mais exigíveis investimentos para a saúde e para as finanças dos Açores.

É preciso, por isso, inverter o rumo. É preciso fazer, mesmo, diferente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São absurdos e inaceitáveis os valores da dívida da Saúde nos Açores. Segundo números que nos são facultados, a dívida total a fornecedores é de 137 milhões de euros, da qual 110 milhões de euros já vencida, ou seja, com mais de 90 dias, em alguns casos com mais de um ano. Os hospitais da Região têm um défice mensal de cerca de 5 milhões de euros. São inadmissíveis muitos dos resultados de tudo isto na vida e, infelizmente, na morte de muitos açorianos.

É, por exemplo, intolerável que um cidadão espere 8 meses por um exame a um tumor renal, que existam cidadãos há meses e meses à espera de uma cirurgia, que exista uma lista com mais de 40 TAC solicitados para avaliar nódulos pulmonares ou que existam 986 doentes em espera para uma especialidade num dos hospitais da Região.

Tudo isto tem de mudar. Não é de um dia para o outro. Mas só quando se começar essa mudança podemos perspetivar, planeando, a diferença dos resultados.

É isto que nos motiva e é para isso que estamos convictamente determinados.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Há um potencial imenso na qualidade dos nossos profissionais de saúde, mas, também, nalgumas medidas e trabalhos que estão a ser

desenvolvidos e vão ser continuados, alguns deles até por iniciativa de um dos parceiros de governação como é o caso do “Vale Saúde”.

O que pretendemos é alcançar um novo modelo de governação integrado, assente na excelência, nos resultados, na responsabilidade e na liberdade de modo a garantir, em qualquer caso, a melhor e mais equitativa resposta para as pessoas.

Os dias que correm são de dificuldades acrescidas com a pandemia que nos assusta e assalta. Temos, porém, de passar do tempo do medo para o tempo da responsabilidade. De percebermos, com clareza e verdade, o que cada um pode fazer para ser um agente de controlo da propagação da doença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Da parte do Governo, estaremos sempre prontos, presentes e próximos para atuar em cada local e em cada momento, com base na informação científica mais credível para sustentar a decisão política, nomeadamente, com a criação da Comissão de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia e com todas as medidas que têm vindo e continuarão a ser tomadas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Neste âmbito, já asseguramos os meios técnicos e logísticos para virem para os Açores, numa primeira fase, que se espera ocorra até ao final de janeiro, 20 mil doses de vacinas no âmbito do Plano de Vacinação Nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A nossa ação governativa visa, ainda, o combate permanente a um dos maiores dramas da nossa sociedade: as dependências.

Com efeitos transversais em termos sociais e humanos, esta matéria tem de ser encarada de frente e sem tibiezas em cinco dimensões essenciais: prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção.

Para tudo isto, a integração do Desporto na competência deste departamento é relevante e simbólica do que pretendemos para este tempo novo que se abre aos açorianos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

O Orador: Os hábitos de vida saudável juntamente com a aptidão e reconhecidos sucessos desportivos dos açorianos devem ser assumidos como um vetor decisivo para a nossa saúde e bem-estar.

A colaboração motivante com o riquíssimo movimento associativo destas ilhas é entendida como o meio mais capaz de fomentar o que desportivamente os Açores são e podem ser cada vez mais.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Nas modalidades cuja implantação é tradicional e significativa como na projeção de atividade desportiva em áreas com imenso potencial para a afirmação dos açorianos para lá das fronteiras da Região, como é o caso evidente dos desportos náuticos, a ação governativa será um catalisador decisivo para que os Açores sejam cada vez mais uma referência nesta área. Ao nível da Proteção Civil e Bombeiros, este Governo manifesta a elevada importância do setor. Na verdade, a enorme responsabilidade do mesmo assenta na constatação de que a respetiva preparação e organização têm de ser tão perene quanto, de um dia para o outro, temos de ser presentes e capazes de salvar, proteger e socorrer quem, quando e onde precisam da

força armada de energia, capacidade, solidariedade e eficácia exigida a tal serviço. Neste âmbito, é essencial o apoio às corporações de bombeiros dos Açores que do pouco fazem muito para estarem sempre presentes de cada vez que um açoriano delas precisa. Na valorização efetiva de cada um dos seus membros e das respetivas associações está a chave para a motivação e sucesso de tão nobre atividade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

São estes os nossos mais determinantes propósitos nas muitas ações concretas que pretendemos desenvolver. A seu tempo anunciaremos e em benefício dos açorianos concretizaremos.

Sempre, tendo por matriz que o bem do todo se sobrepõe ao interesse de cada um, na liberdade de cada pessoa como agente decisivo do desenvolvimento dos Açores e da realização dos açorianos.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, tente-me acompanhar, você também fala rápido e eu também tenho que falar rápido porque eu não tenho quase tempo nenhum, mas quero, primeiramente, saudar, obviamente, todos os profissionais de saúde que estiveram na linha da frente relativamente à COVID, desde pessoal auxiliar, enfermeiros, médicos e administradores das instituições.

Sr. Secretário, o Governo começa por anunciar que deseja apostar na promoção na saúde e prevenção na doença, mas não é claro no que vai fazer. Não explica o âmbito da implementação da medida nem as formas de concretização, seja a prevenção da primeira linha de combate em saúde em lugar da habitual e mais dispendiosa aposta no diagnóstico e tratamento, como têm promovido os sucessivos programas de governo.

Sendo que a esperança de vida aumentou para os Açores, estamos longe de usufruir uma velhice saudável, tendo a Região os índices de obesidade, diabetes e doença cárdio-cérebro-vascular mais elevados a nível nacional. E todas elas se relacionam com fatores de risco que podem ser modificados (e eu não estou a comparar com o Continente, Sr. Vice-Presidente), obesidade, diabetes e todos aqueles que se relacionam com fatores de risco, que supostamente são os fatores de risco do século XXI. Perguntamos como pretende o Governo combatê-los e esbatê-los.

Sendo que prevenção começa em cada um e em cada uma de nós, mas as apostas nas políticas de prevenção devem ser uma das prioridades do Governo Regional, gostaríamos de colocar as seguintes questões:

É através da literacia escolar, social e nutricional para a saúde?

Da limitação e redução de consumíveis alimentares com excesso de açúcar e carboidratos nas instituições hospitalares e cantinas escolares?

Garantir a informação nutricional e dos ingredientes presentes em todos os produtos, fomentando a informação e o consentimento esclarecido em meio hospitalar e assistencial, em especial nos géneros provenientes da panificação e pastelaria que chegam ao ponto de venda sem rotulação?

Através do agravamento fiscal de todos os produtos de carácter nocivo devidamente e cientificamente confirmados como tal, como alguns produtos alimentares, tabaco, incluindo o produzido nos Açores?

Contempla a dedução em sede de IRS das despesas relacionadas com a frequência de ginásios por prescrição médica como promoção de exercício físico, tal como consta do programa do PAN?

Em relação à questão de facultar a livre escolha por parte do utente relativamente à unidade hospitalar, esta medida tem custos. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se está contabilizado o custo em orçamento destas deslocações.

Esta livre escolha contempla hospitais apenas da Região ou também em Portugal Continental?

Esta livre escolha de uma instituição em detrimento de outra ou outras na Região não pode colocar em risco a produtividade dos hospitais preteridos?

Mais ainda, a escolha sistemática da mesma instituição não agravará, ainda mais, as listas de espera?

Pretende o Governo, ultrapassados os tempos máximos de resposta garantida, canalizar os doentes para instituições hospitalares privadas, agravando, inevitavelmente, os custos orçamentais em saúde?

O Governo tem noção que esta livre escolha que inclui deslocação e alojamento para doentes e familiares tem custo relevante em termos de orçamento na saúde?

Uma das maiores necessidades em termos de saúde que a Região sofre é a de especialistas (aí, estamos todos de acordo). Pergunto: não existe uma

estratégia cuidadosamente traçada para tal neste programa? Pergunto: existe um plano regional para a fixar profissionais de saúde? E quais incentivos é que pretendem disponibilizar?

Apesar de vermos com satisfação a nomeação de um especialista de saúde pública nesta época de pandemia que vivemos (algo que também defendemos), lamentamos não ver uma verdadeira política de saúde pública nos Açores e uma aposta na fixação de especialistas nesta área.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): O Governo tem 15 dias!

O Orador: Pergunto ao Sr. Secretário se tem contemplada a criação de uma rede de saúde pública, uma especialidade fundamental, geradora de investigação e estudos no âmbito de prevalência de doenças e de controlo epidemiológico que deve estar presente nas Unidades de Saúde de Ilha (USI) e nos Hospitais.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Isso não é saúde pública! O senhor não sabe o que é saúde pública!

O Orador: Sobre os bombeiros, e o Sr. Secretário falou dos bombeiros e deu, obviamente, promessas, uma promessa que supostamente vai ser feita em tempo de conta, imaginem, em 4 anos. Eu espero que seja o mais urgente possível. O Governo irá acompanhar o diploma do PAN, já registado nos serviços como Projeto de Resolução n.º 1, desta legislatura, para a defesa dos bombeiros?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Com certeza! Eu vou-lhe dar resposta a essas perguntas todas!

O Orador: Para considerar a atividade dos bombeiros profissionais ao serviço das Associações Humanitárias dos Açores, uma profissão de risco e desgaste rápido?

Determinar um subsídio de risco aos bombeiros profissionais ao serviço das Associações Humanitárias?

Permitir que o subsídio de risco implementado seja considerado para o cálculo da pensão de reforma e aposentação, exatamente como nós temos dos funcionários dos matadouros?

Permitir aos profissionais abrangidos a passagem à situação de aposentação logo que seja atingido os 55 anos de idade?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O Sr. Secretário vai precisar de uma hora para responder às perguntas todas!

Deputado Pedro Neves (PAN): Ainda bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Para mim era uma não resposta, ficava logo resolvido! Isso não se faz! Isso é uma falta de consideração!

Deputado Pedro Neves (PAN): Tem muito tempo! Eu só tenho 15 minutos, não tenho 245 minutos!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde está efetivamente sobre grande pressão devido à pandemia, mas as suas dificuldades, como todos sabemos, já vêm de há muito, fruto de anos de subfinanciamento dos Governos do Partido Socialista.

E o Serviço Regional de Saúde precisa de investimento agora, mais do que nunca, precisa de responder à pressão causada pela pandemia e de responder às inúmeras necessidades que já tinha e que agora, nos últimos meses, se têm agravado e muito.

O problema das listas de espera tem de ser atacado com urgência! Aceita-se, por isso, para resolver o problema a milhares de açorianos no imediato, que de forma temporária se possa recorrer ao setor privado para responder a essas mesmas listas de espera. Mas do ponto de vista estratégico não é isso que o Governo propõe.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só quando lhe dá jeito!

O Orador: O que defende é que, esgotada a capacidade do Serviço Regional de Saúde, se universalize o “Vale Saúde”.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Já é universal!

O Orador: Ou seja, o Governo quer abdicar de investir e aumentar a capacidade do Serviço Regional de Saúde...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: ... para entregar rendas garantidas ao setor privado da saúde.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Não apoiado!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor não quer tratar os doentes!

O Orador: Certamente que o hospital privado que se constrói na Lagoa, em São Miguel, com os cumprimentos do Partido Socialista, será o principal beneficiário desta política.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Os doentes é que serão beneficiados!

O Orador: Ao nível dos recursos humanos na Saúde não é claro que tipo de incentivos propõe o Governo criar para a fixação de médicos, mas parece que se aplicará apenas a algumas das ilhas, quando a falta de médicos é transversal nos centros de saúde, nos hospitais, em todas as ilhas.

Sr. Secretário, vai o Governo criar, como defende o Bloco, um verdadeiro incentivo à fixação de médicos e que se aplique a todos os médicos na Região?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A sua proposta é desastrosa! Desastrosa!

O Orador: No que respeita aos enfermeiros, e sem prejuízo da sua melhoria e valorização da sua carreira, vai o Governo continuar a utilizar e a abusar dos enfermeiros através do Programa Estagiar L, como fazia o anterior Governo?

Uma última pergunta, Sr. Secretário. Notei uma ausência neste programa, principalmente tendo em conta aquilo que foi dito por alguns dos partidos da coligação. Notei essa ausência no Programa do Governo e daí deixar esta questão muito objetiva e muito direta: desistiram da radioterapia na Terceira? É que não encontrei nenhuma referência.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Estava a dormir!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O senhor não ouviu? Eu falei português!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, minhas Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, minhas senhoras também:

Falar de Saúde é falar do tema talvez mais atual nos dias que temos hoje. Com a história da pandemia andamos aqui todos mascarados. Pois, seria inevitável.

A Saúde, que vive de uma lista de espera e, como diria um amigo meu, uma redundância cíclica, ou seja, esperamos a lista de espera que também se espera a si própria. Temos que acabar com isso, Sr. Secretário!

Não podemos também continuar a ver entrar numa farmácia um idoso que tem que escolher que remédios é que vai levar para casa, porque a disponibilidade financeira deste idoso, e não só os idosos, às vezes também algumas famílias, não dá para levar os medicamentos todos.

Obviamente que a Saúde... não se pode brincar, não se pode adiar, não se pode andar com ela de um lado para o outro. Durante décadas, nós vivemos de promessas.

Eu registo com agrado que a radioterapia na Terceira será uma realidade e terá a sua atenção e do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Registo com agrado a deslocação dos técnicos e médicos entre ilhas, também uma bandeira nossa, que no CHEGA bastante defendemos, porque somos nove pedaços de terra separados por mar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós não podemos, do Corvo a Santa Maria, que nenhum açoriano fique sem médico, que fique sem um técnico, que fique sem um cuidado de saúde!

Mas para isso tudo também precisamos de dinheiro. E em breve vamos falar nele. A Saúde tem que ter no Orçamento um especial carinho, digamos, tem que ter as verbas necessárias. Nós não podemos continuar a ouvir estes números que o Sr. Secretário acabou de dizer! O futuro tem que ser diminuir estes números! As coisas fazem-se com dinheiro. Há que fazer opções. Mas

também ouvimos falar aqui de más opções noutras áreas, que nos deram centenas de milhões de prejuízo. Se tiver que dar... que nunca é prejuízo, se tiver que haver investimento, que seja na Saúde.

E, finalmente, uma bandeira do CHEGA, uma bandeira até dos próprios profissionais desta área, da Saúde, são os psicólogos de família, para além do médico de família ou do enfermeiro de família. Achamos até que nesta altura de pandemia seja uma área sensível, seja uma área que merece algum cuidado, não só por aí, mas também por algo que eu já falei ontem e que também é muito sensível para o CHEGA, que são as dependências e aquilo que causa a toda a família. E esta necessidade de termos... E, como sabem todos os partidos porque receberam esta informação, a Ordem dos Psicólogos tem pedido que assim seja criada esta figura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento, a Mesa não tem mais pedidos de esclarecimento. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto:

A Saúde, a par da Educação, é provavelmente o setor onde se faz sentir mais as desigualdades entre aqueles que mais podem e aqueles que menos podem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: A Saúde, a par da Educação, é provavelmente o setor onde o fosso entre os mais ricos e os mais pobres mais se acentua.

E é por aí, Sr. Secretário, que temos que resolver o problema da pobreza nos Açores também, pelo elevador social que é a Educação e pelo combate às desigualdades...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito bem!

O Orador: ... no tratamento dos doentes e na prevenção dos futuros doentes, que esperamos que não existam.

Sr. Secretário, três pedidos de esclarecimento:

Um, sobre a atualização dos valores dos protocolos com as entidades privadas, porque isto não é a Venezuela, nem sequer a Albânia de outros tempos, para que o Serviço Regional de Saúde possa contratar fora, aos privados, àqueles que até fazem mais barato do que o Serviço Regional de Saúde, os meios de diagnóstico necessários para que se diminuam as listas de espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Para quando, Sr. Secretário, o retomar de protocolos com essas entidades para diminuir as listas de espera? Para diminuir as listas de espera que existiam pré-COVID e aquelas que aumentaram a par de uma pandemia que se instalou, não só ao nível sanitário, mas principalmente ao nível do medo que foi imposto à nossa sociedade.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E uma terceira questão, Sr. Secretário, muito pertinente no meu entender, que tem a ver com as dependências, com as dependências do álcool, com as dependências de drogas pesadas, com as dependências de todos os níveis que nós vivemos nos Açores. Quem anda por aí, quem

conhece as nossas ilhas, quem conhece o interior das nossas ilhas, o meio rural principalmente, quem sai do meio urbano devia assustar-se, devia ter medo do que temos pela frente!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, eu queria que o senhor especificasse, aqui, hoje, a esta Câmara, até porque o senhor acabou de ser pai, e esse seu filho ainda é muito novo para o senhor se preocupar com isso, mas eu tenho filhos com 20 anos, com 25 anos e com 14 anos e, portanto, vivo preocupado, a par da maior parte dos pais dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e queria que o senhor aqui especificasse o que é que vai ser feito no combate às toxicodependências para que os pais destes Açores possam viver mais descansados de hoje em diante.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gil Borges.

(*) Deputado Gil Borges (PSD): Sr. Presidente desta Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A todos desejo o melhor desempenho na missão que nos foi dada pelo povo dos Açores.

Na situação atual de pandemia, naturalmente, é prioritário focar a atenção na contenção da disseminação desta doença na nossa comunidade, que sofreu um incremento significativo depois do abrandamento da atenção e do

abandono do Governo cessante, depois do resultado das eleições do passado dia 25 de outubro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Foi, desde logo, dado seguimento e aperfeiçoamento dessa tarefa pelo atual Governo, com o método adotado, com a orientação dos profissionais convocados e contratados para esse efeito, quer na contenção da sua propagação na comunidade, quer no tratamento das pessoas conforme a sua gravidade, nas condições ajustadas, nos hospitais da Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro)*:

Muito bem!

O Orador: Uma política de saúde centrada na promoção da saúde e prevenção da doença é uma opção inovadora e corajosa do XIII Governo Regional dos Açores, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores *(José Manuel Bolieiro)*:

Muito bem!

O Orador: ... porque essa não tem sido assumida pelos sucessivos Governos desde há mais de 20 anos, ...

Deputado Pedro Nascimento Cabral *(PSD)*: É verdade!

O Orador: ... apenas tendo sido esboçada com a criação dos centros de saúde em 1989, único momento em que os cuidados de saúde primários foram dotados com as verbas necessárias e suficientes para esse objetivo.

Talvez porque essa intenção governativa não foi bem entendida pelos profissionais do setor, ou porque não existia um planeamento eficiente das ações a desenvolver, não houve uma continuidade das ações conducentes a esse objetivo. Insisto neste ponto porque, como é afirmado neste Programa

do Governo, só assim será possível poupar os recursos que são gastos nos tratamentos, nas compensações pecuniárias das incapacidades, nas reformas antecipadas e na diminuição da produtividade dos açorianos.

Por essa razão, também entendi, desde logo, o alcance da associação da saúde ao desporto, numa Secretaria deste XIII Governo Regional dos Açores,

...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... percebendo que o desporto, como promotor da atividade física, contribui certamente para um estilo de vida saudável e prevenção de doenças.

Um investimento assumido e descomplexado na promoção da saúde dos açorianos, decididamente trará o retorno em ganhos de qualidade e longevidade a médio e longo prazo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Mas não se fique com a ideia de que a promoção da saúde é uma responsabilidade única de uma Secretaria Regional, começa com a educação, com investimento em equipamentos públicos e organização dos transportes. É preciso rever a organização dos centros de saúde, dotando-os de meios complementares de diagnóstico básicos – radiologia, ecografia e análises clínicas – que permitam aos clínicos a tomada de decisões imediatas sem ter necessidade de deslocar os utentes para os hospitais de referência, otimizando assim a resposta local.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Muito bem!

O Orador: Temos o exemplo de abandono e negligência, por parte do Governo Regional cessante, de dois centros de saúde em ilhas sem hospital, como os casos dos centros de saúde das Lajes do Pico e das Velas de São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Centro de Saúde da Povoação, na ilha de São Miguel, onde eu trabalho, foi considerado um centro de saúde avançado para justificar a sua abertura permanente com um serviço de urgência básica de 24 horas todos os dias, mas está completamente negligenciado na manutenção física das instalações e dos seus equipamentos, com um aparelho de radiologia básica inutilizado há mais de 8 meses por avaria do processador de imagem. E mesmo enquanto era funcional só realizava exames radiológicos no horário de trabalho da técnica operadora.

O avanço do Centro de Saúde da Povoação era justificado apenas pela dificuldade de acesso ao hospital da ilha por falta de uma estrada capaz, há 8 anos prometida, em fase de estudos, contribuindo assim para um avançado estado de isolamento da população daquele concelho.

Trata-se de um abandono que deveria envergonhar os responsáveis dos Governos do Partido Socialista, como reconhecimento pelos resultados eleitorais oferecidos por aquele povo com maiorias absolutas sucessivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mete dó, tanta crueldade associada à arrogância!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais pedidos de esclarecimentos. Pergunto se há mais pedidos de esclarecimentos. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente e muito rapidamente, dizer que, infelizmente, as dificuldades que o Sistema Regional de Saúde atravessa não são novidade, até muitos foram os contributos dados nesse sentido, até por esta bancada, como o Programa CIRURGE, o Vale Saúde...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que até agora e durante as sucessivas governações do anterior Governo nunca se conseguiu ultrapassar estas dificuldades. E não foi por falta de contributos, na altura, da oposição!

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Também dizer que o Grupo Parlamentar do CDS é com agrado que vê refletido no Programa do Governo a questão do Centro de Saúde das Velas. Sem dúvida que é uma questão que urge resolver na ilha de São Jorge. Urge resolver a situação no imediato pelas condições em que aqueles profissionais de saúde e utentes se encontram. Urge resolver numa perspetiva de futuro, dando as devidas condições que os jorgenses merecem.

Dizer também, daquilo que já foi dito aqui, que, no nosso entender, até algumas das histórias foram relatadas e alguns exemplos por parte do Sr. Secretário, ou que os açorianos têm padecido nas questões da saúde e muitas das histórias que todos tínhamos para contar, mas a verdade é que é imprescindível a questão da proximidade entre hospital e centros de saúde. É urgente que ela exista, essa proximidade, esse humanismo por parte

também de quem contacta com os doentes, que muitas vezes estão em situações de fragilidade. E é importante que exista essa proximidade.

Dizer também que, quanto à diminuição do tempo de espera das cirurgias e dos exames e das consultas de especialidade, é também importante que consigamos colmatar essa ultrapassagem que existe nos tempos máximos de espera garantidos. E acho que neste entendimento considero que não podem também ficar as nossas ideologias políticas e fazerem com que os açorianos fiquem sem uma resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A verdade e o que está aqui refletido no Programa do Governo é capacitar o Sistema Regional de Saúde, é termos mais médicos especialistas, mais técnicos de exame e diagnósticos, termos mais exames a serem realizados. E, paralelamente a isso e esgotada essa capacidade no Sistema Regional de Saúde, dar a possibilidade de existirem outras alternativas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é isso que os açorianos querem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Porque quem está à espera anos e anos por uma cirurgia ou por um exame querem ver a situação resolvida. E é essa resposta que todos nós e que o Sistema Regional de Saúde tem de dar aos açorianos.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer o seguinte em relação a esta matéria, muito sinteticamente porque nós temos realmente muito pouco tempo. Dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, é evidente que este Governo já fará um esforço no âmbito do próximo Orçamento no sentido de dar à Saúde aquele que é o esforço orçamental que é necessário fazer para resolver muitos dos problemas que temos vindo a enfrentar. E isso sucedia porque, ao longo de todos estes anos, este setor foi suborçamentado claramente pelo Partido Socialista e acumulou uma dívida também de grande dimensão;

Em segundo lugar, também, referenciar que, neste momento, nós estamos a enfrentar uma situação de pandemia muito difícil e é evidente que é necessário projetar os meios financeiros e melhorar a organização e as nossas respostas nesta área;

Em terceiro lugar, referenciar, aqui, faço uma pergunta ao Sr. Secretário, como se sabe, na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo há a necessidade de nomear o presidente do conselho de administração e, portanto, saber se o irá fazer de imediato, assim que o Governo estiver na posse das faculdades e das competências para o poder realizar;

Em quarto lugar, é evidente em toda a Região que é necessário proceder a muitas melhorias do ponto de vista das infraestruturas, do ponto de vista também dos recursos humanos. Eu posso referir aqui a título de exemplo o caso de São Jorge, mas também é o caso da ilha do Corvo, ou também das

Flores, ou seja, um pouco por toda a Região é necessário melhorar as infraestruturas e dotar os nossos quadros de melhores recursos.

E, portanto, esta é a apreciação que faço e é também a pergunta que lhe deixo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção ao iniciarmos a XII Legislatura, quero saudar o Sr. Presidente e os Srs. Secretários desta Assembleia e desejar-lhes as maiores felicidades e sucesso no desempenho das suas funções.

Cumprimento e saúdo também o Sr. Presidente do Governo Regional, as Sras. e os Sr. Secretários Regionais, e faço votos também para um trabalho profícuo em prol do desenvolvimento sustentável do Serviço Regional de Saúde e da Região Autónoma dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Retribuímos os votos.

O Orador: Eu gostaria de... os últimos dias têm sido profícuos, faço votos para que tenham, efetivamente, esse trabalho também profícuo, mas, infelizmente, os últimos dias têm sido profícuos, por parte da Secretaria Regional da Saúde, nalguma incongruência e incoerência relativamente a números e contas.

Deputado Vilson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

O Orador: E não sei se o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto sabe, mas terá que apresentar ou será apresentado a esta Assembleia o relatório de execução financeira do terceiro trimestre dos hospitais e que irá desmentir aquilo que afirmou há pouco, que é, efetivamente, que não há défice nos hospitais...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mais um superavit!

O Orador: ... e houve um reforço de 94 milhões de euros este ano na segunda revisão do Orçamento, no financiamento do Serviço Regional de Saúde. Portanto, prepare-se para aquilo que será uma contradição, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não há!

O Orador: ... uma nova contradição sua, dentro de algum tempo, quando for entregue o relatório de execução financeira do terceiro trimestre dos hospitais.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Sr. Deputado, estamos preparados para o pior e esperamos o melhor!

O Orador: Mas na dificuldade que tem manifestado na apresentação de contas e no lidar com números, o Sr. Presidente da Comissão Especial afirmou que a Região Autónoma dos Açores poderá não ter condições para receber e armazenar as vacinas a partir de 3 de janeiro, admitindo adiar ou vacinar as principais ilhas.

Deputado Miguel Costa (PS): Principais?!

O Orador: No entanto, num curto espaço de horas, o Presidente da Comissão Especial disse que descobriram que sim. Teve um momento de eureka e descobriu que sim. Afinal, há ou não há capacidade? Não existindo capacidade, o que entendia este Governo Regional por principais ilhas e ilhas circundantes, que foram expressões utilizadas pelo Sr. Presidente da Comissão Especial, uma vez que nesta proposta de Programa do Governo

afirmam que este Governo tem um compromisso com cada ilha, todas as ilhas são importantes, todos os açorianos contam. Aparentemente, não!

Relativamente ao plano que vão seguir, ao plano de vacinação, foi transmitido que vão seguir o plano nacional. Esta Comissão Especial o que fez então, uma vez que um dos objetivos da sua criação era a elaboração do plano de vacinação regional? Agora, diz o Presidente da Comissão que vão seguir o plano nacional. O que foi e o que é que será feito? Quantas vacinas serão disponibilizadas a partir de 3 de janeiro? O Sr. Secretário referiu 20 mil, mas 20 mil para quantas fases?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Expliquei tudo! Se estivesse mais calmo, tinha ouvido!

O Orador: Para a primeira fase vai abranger quanta franja da população? E nas próximas fases quantas vacinas nós iremos receber?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Lamentável! Teve a oportunidade de resolver isso tudo e demitiu-se!

Deputado Vilson Ponte Gomes (*PS*): Está incomodado!

O Orador: Num artigo da imprensa escrita regional, com declarações do Sr. Presidente da Comissão Especial, é referido que a operação vai depender da análise dos números, da quantidade de vacinas que podem vir e da capacidade que o Governo tem para instalar estes equipamentos. Os primeiros grupos prioritários são as pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, residentes e trabalhadores em lares e profissionais de saúde e de serviços essenciais, o que representa, segundo o Sr. Presidente da Comissão Especial, no total, 950 mil pessoas. Ora, com certeza que isto não são, mais uma vez, números corretos porque seria 3 ou 4 vezes mais a população açoriana. Portanto, de quantas vacinas, volto a referir, é que a Região Autónoma dos Açores poderá usufruir e atendendo a cada uma das fases do plano regional de vacinação.

Depois, nos últimos dias, novamente, naquilo que diz respeito a contas, V. Exa. tem tido afirmações e posições contraditórias relativamente a um suposto colapso do Serviço Regional de Saúde. Primeiro, o Sr. Secretário Regional da Saúde incute o medo na população afirmando que o Serviço Regional de Saúde está em colapso.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois do Sr. Secretário incutir o medo, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É preciso ter lata! Ainda bem que ninguém aqui perdeu a vergonha para o senhor a poder encontrar!

O Orador: ... o Sr. Presidente da Comissão Especial diz que há capacidade. Depois do Sr. Secretário ter dito que o Serviço Regional de Saúde estava em colapso, o Sr. Presidente da Comissão Especial diz que há capacidade. Depois, a seguir ao Sr. Presidente da Comissão Especial, veio o Diretor Regional da Saúde e também reitera que há capacidade. E depois, V. Exa., reconhecendo o erro crasso que cometeu, num suposto esclarecimento na página do Governo Regional dos Açores informa sobre a capacidade de internamento para a COVID-19 na Região. E digo “suposto esclarecimento”, pois não se compreendem os números apresentados. O meu filho, que tem 7 anos e anda na escola primária não faz a conta que o senhor fez: 10 mais 13 camas no Hospital do Santo Espírito dá 25.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que arrogância! Devia ter feito a conta há alguns meses atrás.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, os senhores sabem ou não sabem, afinal, qual é a capacidade de internamento do Serviço Regional de Saúde?

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Lopes, o senhor devia ter muito cuidado na intervenção que ia, digamos, fazer nesta Casa, porque o senhor, de facto, foi um dos principais responsáveis, a par do ex-Presidente do Governo, no incutir do medo aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O senhor foi um dos principais autores que fez com que a democracia, juntamente com o ex-Presidente do Governo, quase que ficasse suspensa nos Açores com o encerramento da Assembleia Legislativa Regional.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E ouvir o senhor falar da Saúde como se não tivesse rigorosamente nada a ver com o setor é absolutamente desprezível, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Não foi nada disso que foi dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque, efetivamente, o senhor, no momento em que os açorianos precisavam de ter estabilidade na Autoridade Regional de Saúde, no momento em que nós estávamos a atravessar uma transição governativa, no momento em que se pedia a V. Exa. que tivesse um pejo de solidariedade para com o povo dos Açores, V. Exa. abandonou as suas funções, apresentou a sua demissão de um dia para o outro sem ter qualquer contemplação!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E isso, Sr. Deputado Tiago Lopes, ficou-lhe e ficará para sempre marcado na sua atuação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O senhor abandonou o povo dos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: E dizer que se há setor que este Governo não pode, como diz o nosso povo, abrir a boca é na Saúde: mais de 12 mil açorianos à espera de uma cirurgia, mais milhares de açorianos à espera de meios de diagnóstico,

subfinanciamento total no setor da Saúde. Não existe nada que se possa dizer de positivo nesta matéria, porque enquanto um açoriano estiver 8 meses à espera de um meio de diagnóstico para aferir da existência ou não de um tumor renal, nenhum Membro do Governo pode e deve dormir descansado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente, já foi dito o que tinha que ser dito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, apenas para, em nome da bancada do Partido Socialista, repudiar o termo com que V. Exa. se dirigiu a um Deputado do Grupo Parlamentar do PS, dizendo que, ouvi-lo na sua intervenção, era desprezível.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Eu lamento profundamente que essa tenha sido uma opção de terminologia do Sr. Deputado. Acho que pode ter sido um lapso, também acontece. A mim já aconteceu variadíssimas vezes. Mas, se foi um lapso, tem a oportunidade de o resolver. Se não foi um lapso, fica aqui o repúdio da bancada do PS.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora essa!

Deputado Nuno Barata (IL): E usou politicamente!

O Orador: Em segundo lugar, dizer-lhe que é preciso haver alguma memória nesta questão da pandemia. Eu tive o cuidado, nas anteriores funções que assumi, de nunca colocar a questão na perspetiva do medo. Eu reconheço que pode haver quem tenha leituras diferentes, e, efetivamente, há. Aliás, eu nunca tive, da parte dos líderes partidários, nessa altura, dos partidos representados na Assembleia, um sinal no sentido de dizer que o Governo estava a fazer mais ou estava a adiantar-se demasiado.

E não posso, por isso, também aceitar a acusação de que o Governo pretendeu, ou eu pretendi, suspender a democracia nos Açores. Aliás, eu até fiz uma coisa que gostava que também acontecesse neste Governo, mas que até ao momento não aconteceu, de, em determinadas circunstâncias, não em todas, mas de haver um contacto com os líderes dos partidos representados nesta Assembleia, nem que fosse pelo telefone, para dar conta das decisões que se planeavam tomar em relação à pandemia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Por último, em relação à questão da solidariedade, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, quem assumiu como prioridade, assim que o novo Governo entrasse em funções, substituir o Sr. Diretor Regional da Saúde foi o Sr. Presidente do Governo. E, portanto, isso não significa abandonar ninguém. Isto significa pura e simplesmente dizer que aquele senhor não vai continuar no lugar e tem que sair imediatamente. Foram essas as palavras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, o que eu gostaria de dizer é o seguinte: os senhores entenderam, legitimamente, porque é isso da prática política, transformar a pandemia num assunto de ataque político. Fizeram-no não agora, não hoje, mas desde que tomaram funções, desde que assumiram funções, desde que se perspetivou que assumissem funções. Perfeitamente, eu não... É o vosso direito, mas tem uma leitura que eu, pessoalmente, acho que não é aquela atitude que serve os interesses dos Açores neste momento.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso não é verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em primeiro lugar, registo o tom cordial e cada vez mais manso quando começa a interiorizar as suas reais funções onde está situado. Fica-lhe bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Tenha vergonha, o senhor é líder de uma bancada!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que é nível!

Deputada Sandra Faria (PS): Shame on you!

O Orador: Fica-lhe bem e é de registar com apreço!

Em segundo lugar, como o Sr. Deputado percebeu, o que foi desprezível, o que eu considerarei desprezível não era o Sr. Deputado Tiago Lopes, uma interpretação que malevolamente o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quis fazer, mas foi o conteúdo da sua atuação no abandono das suas funções públicas de Autoridade Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já houve muito debate acalorado nesta Casa e nunca houve esse tipo de intervenção!

O Orador: Estou a ver que o Sr. Deputado, afinal, quer continuar a intervir. Posso continuar?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os apartes são regimentais.

O Orador: Depois dizer, perante o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o que efetivamente trouxe com a pandemia ou com a política sobre a pandemia foi a solidariedade total de todos os partidos da oposição, que estiveram sempre ao lado do Governo, de uma forma responsável.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

E que se recusaram determinantemente em fazer qualquer tipo de aproveitamento político sobre esta matéria.

Recordo a V. Exa. que várias vezes o Sr. Presidente do Partido Social Democrata dos Açores esteve em permanente contacto com V. Exa., apoiando e sugerindo medidas, cuja autoria era do PSD, mas que em função da missão pública que estava aqui em cima desta mesa foi V. Exa. que a assumiu, como foi a questão do uso ou não uso da máscara, para confundir os açorianos e o facto de os açorianos não saberem usar a máscara.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi aqui muitas vezes dito pelo Dr. Tiago Lopes e imediatamente desmentido por V. Exa.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E, portanto, quanto a esta matéria, estamos conversados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah, não estamos não!

O Orador: Quanto à suspensão da democracia, de facto, houve um período em que esta Assembleia parecia que não ia reunir mais por causa da pandemia. E se não fosse a atuação dos líderes dos partidos da oposição, ...

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... do PSD, do CDS-PP e do PPM, não tínhamos Plenário nos meses mais gravosos, em que tinha que se tomar decisões urgentes sobre esta matéria.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E quanto ao inculcar do medo da pandemia, isto foi público, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi público não só por parte dos empresários,

como era natural, mas também dos críticos do seu próprio partido, em que um dos quais, com intervenção pública forte, o Dr. Pedro Arruda, não se coibiu de dizer em todos os fóruns que participou que este Governo incutia o medo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Era só o que mais faltava!

O Orador: ... e queria suspender a atividade económica regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este ónus ficará também com a sua atuação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Devia ver o Pedro Arruda hoje!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Vice-Presidente do Governo e Membros do Governo:

Dizer aqui o seguinte ao Sr. Deputado... quero dizer-lhe o seguinte: da minha parte e como dos restantes líderes partidários, nos Açores, contou com toda a colaboração e com toda a solidariedade. Eu penso que o que nós fizemos foi servir os superiores interesses dos Açores. E eu espero que V. Exa. se comporte da mesma forma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quero dizer também que se é verdade que num determinado momento informou os líderes partidários, e a mim devo dizer que chegou a informar-me com 10 ou 15 minutos de antecedência em relação à comunicação que iria fazer a seguir...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade!

O Orador: E, portanto, depois via na televisão uma entrevista sua, quando tinha contactado com 10 minutos de antecedência e, portanto, esse era o tempo de antecedência com que V. Exa. algumas vezes avisava a oposição daquilo que iria fazer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nalguns casos foi assim.

O Orador: Devo-lhe dizer que teve um comportamento completamente diferente durante a pré-campanha e a campanha eleitoral. Aí, o senhor deixou de informar, porquê? Porque é que o senhor deixou de informar durante esse período?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não havia medidas novas!

O Orador: Porque não lhe interessava gerar o mesmo tipo de consensos, porque queria era centrar e aproveitar politicamente o assunto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Tiago Lopes, para além de ter tentado abandonar as suas funções...

Deputado Vilson Ponte Gomes (PS): Mentira!

O Orador: ... num momento que era decisivo e que V. Exa. agiu incorretamente naquilo que deveria ser a defesa dos interesses dos Açores, e essa é uma crítica política que lhe aponto, também lhe quero dizer mais duas coisas. Quero lembrar-lhe uma palavra, e no que me diz respeito isto vai ser investigado: Nordeste. E as suas responsabilidades nesta matéria! Nordeste!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

E também lhe quero dizer outra coisa em relação às contradições: olhe, se está a utilizar isto, não foi porque o senhor tivesse, em relação a esta matéria, dito exatamente o contrário em relação por exemplo ao uso destas máscaras. E V. Exa., em relação às contradições, soma muitas!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Vamos começar a lembrar as suas também!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diz o que não deve, ouve o que não quer!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Só para fazer aqui o género de uma defesa da honra, embora estejamos aqui a discutir a proposta do Programa do Governo, mas é interessante ver o frissom que eu causo nos Srs. Deputados da oposição.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É interessante perceber o seguinte: o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, prezo muito em ouvi-los, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Tiago Lopes faça a sua intervenção.

O Orador: ... pois não os ouvi nem vi em lado nenhum desde o início desta pandemia. E se os senhores estão, como aconteceu muito recentemente, a utilizar testes rápidos numa localidade, nomeadamente em Rabo de Peixe, foi porque alguém preparou e planeou, ao fim e ao cabo, esta intervenção. E, portanto, o problema aqui é que os senhores ficaram com receio de tomar o touro pelos cornos, porque os senhores ficaram com receio de lidar e gerir esta pandemia. E os senhores queriam, ao fim e ao cabo, fiquei à espera...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: O Dr. Luís Maurício foi anunciado, não foi desmentido, como interlocutor do Governo, indigitado para fazer a transição de pastas. O Sr. Secretário Regional da Saúde, fiquei também à espera, pedi ao Sr. Chefe de Gabinete também para nos reunirmos. Ainda houve a hipótese do Diretor Regional da Saúde, que já tinha anunciada a sua nomeação por parte do Sr. Presidente do Governo Regional à saída do Solar da Madre de Deus quando

foi ouvido pelo Sr. Representante da República. Portanto, eu fiquei à espera mais duas semanas e nada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): À espera?! É preciso ter lata!

O Orador: Os senhores estavam com receio de gerir esta pandemia. Estavam com receio e agora estão tranquilos, porque já viram que efetivamente as coisas estavam preparadas e planeadas. Aliás, nas palavras do Sr. Presidente da Comissão Especial, estão a descobri-las, porque os senhores antes não quiseram saber.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Na certeza de que vamos ter mais tempo para concretizar as obras e as medidas que os açorianos anseiam, que é certamente diferente do pouco tempo que temos para esclarecer neste debate, mas só, de uma forma muito sucinta e pedindo desculpa aos Srs. Deputados que colocaram esclarecimentos, para dar uma outra resposta daquilo que me parece mais importante do que foi referido. No que concerne ao Sr. Deputado Pedro Neves, estamos a discutir um documento programático, é um Programa do Governo. No nível seguinte discutiremos o Plano e Orçamento. E ainda no nível seguinte concretizaremos as ações, que essas, sim, efetivamente, resolverão as questões, que muitas delas coincidem exatamente com aquilo que o Sr. Deputado referiu.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Teremos tempo para confirmar que estamos também a este nível, do mesmo lado, com as mesmas preocupações e com medidas idênticas para resolver os problemas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado António Lima, obviamente que não vamos abdicar, de forma alguma, de encontrar todas as respostas que resolvam os problemas de saúde dos açorianos. Como eu disse na minha intervenção, independentemente de qualquer preconceito ideológico de direita, de esquerda, privado, público, São Miguel, Terceira... para nós, isto é irrelevante, o que nos une é a vontade de trabalhar e resolver os problemas dos açorianos. E aí, tenho a certeza, vamos conseguir!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Quais são as ilhas principais?

O Orador: Sr. Deputado José Pacheco, para dizer que grande parte das suas preocupações coincidem também com aquelas que são as do Governo Regional. No que diz respeito à saúde mental, já tivemos oportunidade de reunir com o departamento de saúde mental da Direção Regional da Saúde.

Já estamos a trabalhar no sentido de que contribuam efetivamente e de uma forma responsabilizada e motivada para intervir nesta matéria.

Sr. Deputado Nuno Barata, para dizer também que às suas três questões a resposta é sim. A resposta é sim, exatamente porque coincide com aquilo que é a perspetiva do Governo Regional sobre esta matéria.

E no que diz respeito às dependências, uma palavra muito especial para dizer que, de facto, quem anda no terreno, quem trabalha, como eu andei a trabalhar esses anos todos, a contactar com dramas, verdadeiros dramas familiares, de pessoas, famílias, empresas, que precisam de uma resposta imediata. Não é conversa do Dia Internacional das Dependências, tem que ser efetiva no dia a dia e com as respostas que as pessoas precisam!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a questão que me coloca também revela um pouco daquilo que está aqui em causa e da tempestade e do fogo que este Governo, nomeadamente esta Secretaria Regional, encontrou ao tomar posse. Foram muitos focos de fogo que encontramos, mas em 15 dias tentamos e estamos a resolver tudo na medida do possível e das capacidades humanas dos responsáveis políticos do setor.

No que respeita ao Corvo, no dia 1 de junho de 2020, a Sra. presidente do conselho de administração demitiu-se, o seu vogal saiu a 1 de setembro de 2020 e o outro vogal está em gestão desde 1 de maio. Não há quórum. O PS, este Governo que agora parece que se preocupa com a Saúde, deixou caoticamente o conselho de administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, sem gente, sem quórum. Qual foi a solução que a minha antecessora encontrou? Foi, num despacho, determinar que o único que restava podia

assinar por si e por outra pessoa, isto é, essa pessoa utilizava a sua password para introduzir os dados de despesa e utilizava a password de outra pessoa. Comigo, a legalidade está acima de tudo! Não vamos permitir as ilegalidades! E o que fizemos foi acabar com a pouca vergonha da ilegalidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Sem prejuízo de tudo isso, o Secretário Regional já avocou a si a competência de autorizar despesas na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo. Avocou a si a competência e já delegou a competência no que resta da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo para resolver as situações emergentes, aquelas que são necessárias resolver.

Deputada Andreia Costa (PS): Ou seja, na prática...

O Orador: E, em devido tempo, logo que o Governo esteja em plenitude de funções, iremos nomear um novo conselho de administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, para também eles ajudarem a resolver o problema da saúde dos açorianos juntamente com todos os demais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Tiago Lopes, eu lamento que o senhor não tenha dado o contributo que poderia ter sido dado, que lhe foi ordenado que desse e que lhe foi pedido, exatamente como Secretário Regional...

Deputada Andreia Costa (PS): Ordenado?

O Orador: Sim, sim! E que lhe foi pedido que desse. Estranho a sua aparente força e eloquência neste debate, contraditória com a conversa pessoal que tivemos e que não vou reproduzir aqui. Estranho e lamento em termos pessoais, mas também e sobretudo em termos institucionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como bem sabe e vou explicar... eu vou falar em português e não em “politiquês”, há muitas pessoas que falam em “politiquês” e eu vou falar em português. Foi como falei e parece que não perceberam. Falei na primeira fase das vacinas, expliquei tudo isso e os senhores não perceberam porque o vosso dicionário é outro. Mas só para explicar ao Sr. Deputado que a nomeação do Diretor Regional se faz após a plenitude de funções do Governo Regional. Isto já foi explicado, o Sr. Deputado sabe bem. O senhor antigo Presidente do Governo Regional e atual Deputado, Vasco Cordeiro, sabe disso. E como sabe disso, o senhor demitiu-se. Mas o senhor não foi o único. Infelizmente, o problema é esse, é que o senhor está acompanhado por outras pessoas nomeadas pelo Partido Socialista que logo após as eleições na área da Saúde, com um problema imenso que vivemos, demitiram-se, atiraram a toalha ao chão e fugiram. Foi o que aconteceu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O presidente do conselho de administração da Unidade de Saúde da Ilha Terceira demitiu-se a 17 de novembro de 2020, ...

Deputada Andreia Costa (PS): É tão ordinário, Sr. Secretário!

O Orador: ... após as eleições, antes da sua altura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que a senhora disse?

Deputada Andreia Costa (PS): Desculpe? Isto foi do pior!

O Orador: O Sr. vogal do conselho de administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico demitiu-se a 31 de outubro de 2020. Acontece o que aconteceu no Corvo. Isto é, os senhores, na área da Saúde, quando

precisamos que todos estivessem a dar as mãos para resolvermos este problema e quando lhes foi pedido que continuassem, os senhores demitiram-se, deixaram nas mãos deste Governo a resolução dos problemas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Quanto às contradições, Sr. Deputado, eu não tenho tempo, mas mesmo que tivesse não iria referir as suas, foram imensas durante todo este período. O que nos ocupou durante este tempo não foram contradições, foram 15 dias de resolução permanente, dia e noite, dos problemas que os senhores deixaram, uma pilha enorme de documentos sem resposta, linhas entupidas sem resposta, a resolver, a esclarecer, a dar aos açorianos as respostas que eles merecem! Foi isso que fizemos!

E quanto ao défice da Saúde, lamento mais uma vez que o senhor não saiba o que está a dizer. O défice da Saúde que foi aqui referido resulta dos dados fornecidos pelas Unidades de Saúde de Ilha à Secretaria Regional, a 31/10... a 31/11/2020.

Deputado José Ávila (PS): O mês de novembro só tem 30 dias!

O Orador: Isto resulta sabe de quê? Da grande diferença entre a atuação deste Governo e a atuação do seu Governo, porque nós ouvimos as pessoas, falamos com as pessoas e em 15 dias falamos com mais gente do que os senhores em 4 anos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 04 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, compreendendo a fixação que eventualmente poderá ter na minha pessoa, estamos aqui a discutir a proposta de Programa do Governo. E nesse sentido não houve até ao momento qualquer resposta às perguntas que lhe foram colocadas. Agradecia as respostas das mesmas, se faz favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que tenha gastado os 5 minutos do pouco tempo que eu tenho para verificar que o Sr. Secretário, que também com pouco tempo, preferiu falar do passado do que falar do futuro e do Programa do Governo.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Deputado Vilson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para participação neste debate. Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção nesta Assembleia, naquela que é a Casa da Democracia e da Autonomia dos Açores, quero em primeiro lugar felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição e desejar a todos os colegas Deputados desta Assembleia as maiores felicidades nos respetivos trabalhos parlamentares nesta legislatura.

Ao Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo desejar que consigam devolver a esperança num futuro melhor a todas as açorianas e açorianos, com mais qualidade de vida, que é isso que todos nós desejamos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Obrigado, Sr. Deputado. Retribuo os cumprimentos.

O Orador: Desde sempre, quando se olhava para a orgânica dos Governos Regionais dos Açores, não havia referência direta ao Desporto. Quero, por isso, felicitar o XIII Governo Regional pela inclusão desta atividade tão nobre e tão importante, com designação de uma Secretaria Regional: Saúde e Desporto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Este facto, por si só, é demonstrativo de que este Governo já está a fazer diferente.

Mais de 20 mil açorianos praticam desporto federado ou associativo, o que se traduz em perto de 10% da população do arquipélago, sendo uma das taxas mais altas do país. Se juntarmos os agentes não praticantes e todos os que geram economia direta e indiretamente, a percentagem aumenta. Se acrescentarmos os adeptos e simpatizantes dos nossos clubes, podemos concluir que o desporto está intimamente ligado a cada um dos açorianos.

Num dos seus pontos, o Programa do Governo fala, e passo a citar: “apoiar uma política desportiva sustentável e baseada em evidências, em estreita colaboração com o movimento desportivo.” Essa é a base do muito que tem de ser melhorado. Não podemos ignorar aqueles que são os parceiros naturais do Governo, como são as associações, que por sua vez são representativas dos clubes. Estas têm assim de passar a ser parceiras na definição das políticas para o setor.

É urgente acabar com a ditadura dos números no desporto açoriano. Os números deverão traduzir a realidade desportiva e não apenas o que se pretende evidenciar.

É fundamental apostar na formação dos nossos técnicos, porque não se pode descurar o papel fundamental que eles têm no desempenho da evolução pretendida.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso apostar na valorização do dirigente desportivo, como refere e bem o Programa do Governo, pois nunca podemos esquecer que sem dirigentes não há desporto.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, continuo a aguardar pelas respostas às questões que foram colocadas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para dizer que o tempo que me está atribuído no âmbito deste debate está mais do que esgotado e grande parte dele para responder às questões que o senhor colocou e, sobretudo, à forma como as colocou e, sobretudo, ao modo como trouxe para cima deste Governo responsabilidades que eram suas e o senhor abdicou delas. Grande parte do meu tempo foi esgotado lamentavelmente nisso, não tive oportunidade de responder às outras questões e por isso teremos, obviamente, tempo, oportunidade para, durante estes 4 anos, responder a todas as questões que o Sr. Deputado entender, utilizando o tempo que entender, conforme como não quis utilizar enquanto Diretor Regional da Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo que não, vamos passar... Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aproveito, também, no início desta legislatura, para cumprimentar a Mesa, saudar o Sr. Presidente e os Srs. Secretários e saudar também o Sr. Presidente do Governo e todos os Membros do Governo, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Agradeço e retribuo os cumprimentos.

O Orador: ... fazendo votos de um trabalho profícuo por parte desta Assembleia e do Governo Regional em prol de todas as açorianas e açorianos.

Relativamente à minha intervenção, eu vou abordar a área da Proteção Civil de forma muito sucinta, mas, porque foram aqui colocadas várias questões sobre a saúde, gostaria de desejar ao Sr. Secretário Regional um trabalho muito profícuo em prol da saúde de todos os açorianos e dos faialenses em particular, dizendo também que foram aqui colocadas questões que deveriam ter sido respondidas pelo Governo Regional anterior e que não foram devidamente acauteladas pelo Governo Regional anterior.

Deputado João Vasco Costa (PS): Estamos a discutir o programa deste Governo!

O Orador: E falo, por exemplo, de situações, que todos conhecemos, de pessoas que aguardam há anos por uma consulta de especialidade, que aguardam há anos por uma cirurgia e algumas aguardam também há demasiado tempo por exames complementares de diagnóstico, sempre com dificuldades, muitas vezes com necessidade, aqui na ilha do Faial, Srs.

Deputados e Sr. Deputado Tiago Lopes, tendo que recorrer a tribunal para aceder a um simples meio complementar de diagnóstico, situações que não deveriam acontecer e que espero que o Sr. Secretário Regional da Saúde possa acautelar e resolver ao longo da próxima legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, Sr. Secretário Regional, dirijo-me agora a V. Exa. para falar dos bombeiros dos Açores, dos nossos bombeiros e das 17 associações humanitárias de bombeiros voluntários, que têm prestado um serviço de inestimável valor às nossas ilhas e às nossas populações e que mereceram, ao longo da última legislatura, uma grande atenção por parte do Grupo Parlamentar do PSD, com passos dados, passos importantes que foram dados e que queremos que sejam objeto de um trabalho continuado nesta matéria. A Proteção Civil é efetivamente uma área em que há trabalho feito na nossa Região e isso deve ser reconhecido. E a população dos Açores tem uma cultura de proteção civil muito vincada. Há, no entanto, muitas situações que carecem de resolução, nalguns casos de resolução urgente. E destaco três pontos muito concretos:

A dotação de recursos financeiros adequados às associações e, portanto, um modelo de financiamento cuja resolução ficou suspensa ao longo dos últimos 4 anos;

A programação plurianual de equipamentos que está prevista no Programa do Governo;

E a melhoria das condições de trabalho dos nossos bombeiros com a criação de um estatuto do bombeiro dos Açores, que está também prevista no Programa do Governo.

E, portanto, saúdo o Sr. Secretário Regional e o Governo por ter tido essa atenção e corresponde também desta forma ao repto de outras bancadas nesta Assembleia, ressalvando que todo o trabalho que será feito por este Governo e pelos Grupos Parlamentares que suportam o Governo neste Parlamento será feito em diálogo com as associações e com as estruturas representativas dos bombeiros. É mesmo assim que deve ser, Sr. Secretário. E, portanto, saúdo-o e disponibilizo antecipadamente toda a colaboração que pudermos dar em prol dos nossos bombeiros, em prol das associações e em prol de todos os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver manifestações, vamos passar às intervenções de tribuna. Está inscrita para tal a Sra. Deputada Ana Quental, a quem dou a palavra.

Deputada Ana Quental (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo: Antes de iniciar esta minha primeira intervenção nesta Assembleia da Autonomia e Democracia, envio a todos as minhas cordiais saudações, não esquecendo os funcionários desta Casa.

Para todos os açorianos espalhados pelos quatro cantos do mundo um abraço com a dimensão da distância que nos separa.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:

Muito bem!

A Oradora: O programa do Governo Regional dos Açores para a Saúde apresenta-se bastante ambicioso, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não só pelo contexto atual em que vivemos, com todos os constrangimentos que a pandemia acarreta, mas também por dar ênfase à promoção da saúde e prevenção da doença, facto este que implica a mudança de comportamentos e a aquisição de estilos de vida saudáveis. Evidencia-se assim a importância dos cuidados de saúde primários como pilar do Sistema de Saúde.

Trata-se de um Programa do Governo ambicioso, porque mudar comportamentos se faz paulatinamente e os ganhos em saúde só são visíveis a longo e médio prazo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aquando de tomada de posse, o novo Governo deparou-se com um aumento considerável do número de casos de infeção pelo novo coronavírus. Com uma atuação rápida e determinada, este Governo tomou as rédeas da situação, tomando medidas imediatas para fazer frente ao problema. A recente testagem em massa da população da vila de Rabo de Peixe, com toda a logística envolvente, é um bom exemplo de atuação assertiva e adequada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Saudamos, por isso, o Sr. Secretário Regional e todos os profissionais de saúde no terreno pela prontidão demonstrada.

No combate à pandemia, este Programa do Governo é bem claro naquilo que se pretende. O facto da Autoridade de Saúde Regional se tornar independente e ser exercida por um especialista em saúde pública é, sem dúvida, uma mais-valia para a tomada de decisão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Salientamos igualmente a criação da Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia da COVID-19. Trata-se de uma entidade que terá um papel preponderante no controlo, monitorização e prevenção da pandemia.

Com uma estratégia adequada de combate à pandemia na Região, como a que o Programa do Governo propõe, será possível, de forma progressiva, libertar profissionais de saúde para outras áreas tão carenciadas, com o intuito de melhorar a retoma da atividade assistencial.

Saudamos o Governo pela sua ambição de querer garantir a todos os açorianos a acessibilidade e a proximidade aos serviços de saúde. A deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, o incentivo à fixação de médicos de família, assim como a criação da Entidade Gestora do Doente

em Espera, servirão, estamos certos disso, como um elemento balizador na redução dos tempos de espera.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Também o alargamento do âmbito do “Vale Saúde”, que passará a ter um carácter universal e com um valor atualizado, será uma medida essencial para a redução das listas de espera para cirurgia nos Açores. Esperar dois, três, quatro ou mais anos por uma cirurgia, como aconteceu na última década, não é admissível. E este Programa do Governo apresenta medidas concretas para inverter esta situação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A livre escolha, por parte dos utentes, do hospital onde pretendem ser tratados é outra medida que merece destaque no Programa do Governo. Esta medida pressupõe, naturalmente, a existência de uma plataforma informática em que sejam disponibilizados e atualizados mensalmente os tempos de espera previstos para primeiras consultas, exames complementares de diagnóstico e cirurgias. É uma proposta que melhorará o acesso aos cuidados de saúde por parte dos açorianos, sobretudo das ilhas sem hospital.

O Programa do Governo apresenta também medidas para enfrentar a escassez de recursos humanos nos serviços de saúde. Estas ineficiências não

se resolvem de imediato e deverão ser ultrapassadas com incentivos à fixação de profissionais de e da saúde.

A valorização, a atualização e a progressão nas carreiras dos profissionais do setor da Saúde (em especial dos enfermeiros e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica), bem como a concessão de oportunidades formativas e a estabilidade familiar deverão ser estímulos à fixação de pessoal.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Instituir uma cultura de meritocracia, recompensando a produtividade, também promoverá a satisfação profissional.

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, passamos à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Reitero os votos que já dirigi a todos vós na minha primeira intervenção e permitam-me que faça aqui um reconhecimento público. Esta semana celebram-se os 40 anos da criação do Serviço Regional de Saúde e da Direção Regional da Saúde. Por esse facto, permitam-me que reconheça publicamente o esforço, dedicação, empenho, não só dos profissionais de saúde, que ao longo dos últimos anos exerceram e exercem funções no

Serviço Regional de Saúde, mas também e especialmente derivado aos mais recentes acontecimentos pandémicos, faça um reconhecimento público e agradeça a todos os que há 40 anos a esta parte, desde a criação do Serviço Regional de Saúde, trabalharam e trabalham na Secretaria Regional e na Direção Regional da Saúde. A todos o meu reconhecimento e o meu profundo agradecimento.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Einstein afirmou que nas “dificuldades surgem as oportunidades” e, nesse sentido, a conjuntura atual é uma oportunidade para repensar o futuro do Serviço Regional de Saúde no ano em que o mesmo completa os seus 40 anos de existência.

A emergência na resolução de problemas de curto prazo não deve condicionar a necessidade de uma visão a médio e longo prazo que suporte um Serviço Regional de Saúde mais robusto, mais resiliente, qualificado e coeso, sempre apontando para resultados mais eficazes e eficientes, para fazer face aos diferentes desafios que são e serão colocados ao setor da Saúde.

É necessária uma visão inter e multisectorial, que evidencie uma indispensável interligação de políticas para a prossecução dos objetivos comuns.

O discutido e eventualmente aprovado no que concerne ao Programa do Governo irá influir nas prioridades de investimento nesta legislatura, das quais a Saúde não deverá ser negligenciada.

Conforme consta na proposta de Programa do XIII Governo, e passo a citar: “É, não apenas desejável, como possível governar melhor os Açores.”

Contudo, a responsabilidade na defesa do interesse dos Açores não foi atribuída pelo povo açoriano a este Governo.

Talvez, por isso, a presente proposta de Programa do Governo claudique na defesa determinada na resposta aos desafios presentes e futuros, nomeadamente no que concerne ao Serviço Regional de Saúde.

A presente proposta de Programa do Governo, no que respeita ao Serviço Regional de Saúde, pouco ou nada acrescenta.

(Risos do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto)

Se este Governo se propõe, e passo a citar, a “dialogar e ouvir para governar melhor, numa atitude constante e um modo diferente de governar”, permitam-me, então, uns minutos da vossa atenção na apreciação do documento, e respetiva errata, entregue a esta Assembleia.

Começemos pelo “governar em pandemia”:

V. Exas. propõem-se a “proteger a saúde pública e a recuperar a economia” e estabelecem como prioridade, no âmbito da Saúde, “definir as melhores estratégias para a prevenção da disseminação do vírus SARS-CoV-2, dotando o Serviço Regional de Saúde dos meios humanos e materiais necessários para enfrentar a pandemia, sem esquecer que os recursos têm de ser, também, utilizados para a prestação normal de cuidados de saúde às pessoas”.

Não foi, nem está a ser essa a prioridade de V. Exas. A prioridade de V. Exas. foi criar uma Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia por COVID-19, que custará cerca de 15 mil euros mensais e cerca de 200 mil euros num ano, para reunir uma vez por semana por videoconferência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ser mais barato do que a festa do RSI.

O Orador: ... ignorando, por completo, o enquadramento legal vigente e o papel do Coordenador Regional de Saúde Pública na Região e contradizendo-se a vós próprios quando afirmam que é vosso entendimento, e passo a citar, “que tais funções devem ser exercidas pelo Coordenador Regional de Saúde Pública e pela sua equipa, de modo permanente”.

Cerca de 15 mil euros por mês a pagar a três pessoas, minhas senhoras e meus senhores? Para aconselhar o Secretário Regional da Saúde e Desporto e preparar o Plano de Vacinação Regional contra o vírus SARS-CoV-2? O plano já está publicado pela DGS, e o presidente da Comissão Especial já assumiu que irá ser seguido na Região!

O quanto esse dinheiro não beneficiaria o Serviço Regional de Saúde para o dotar de mais meios humanos e recursos materiais para enfrentar esta pandemia? 15 mil euros por mês pagariam ordenados anuais a profissionais de saúde. 15 mil euros por mês poderão fazer toda a diferença no transporte, armazenamento e distribuição de vacinas. 15 mil euros por mês poderão fazer toda a diferença na aquisição de medicamentos para a COVID-19, matéria sobre a qual ainda não ouvimos V. Exas. falar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Para resolver os problemas que o senhor não quis resolver!

O Orador: Os senhores falam sobre vacinas, mas de tratamento ainda não ouvi dizer nada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Para resolver aquilo que o senhor teve medo e fugiu!

Deputado Berto Messias (PS): Tenha calma!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É verdade! Foram muitos que tiveram medo e demitiram-se!

O Orador: É um desrespeito e uma desvalorização pelo trabalho que todos os profissionais de saúde têm levado a cabo ao longo dos últimos meses no combate a esta pandemia.

V. Exas., reconhecendo a demasiada sede com que foram ao pote, procuraram lavar a face, dando a indicação para se pagar os prémios aos profissionais de saúde. Esses prémios, ao contrário do que se possa querer dar a entender, não são uma promessa do anterior Governo, decorrem do orçamento da Região! E se ainda não haviam sido pagos era porque todas as unidades de saúde ainda não haviam remetido a relação dos seus profissionais!

Contudo, não obstante desvalorizarem o papel do Coordenador Regional de Saúde Pública, calçando quem estava descalço, com uns valentes 15 mil euros mensais, a outra prioridade de V. Exas. consiste em separar o “cargo de Diretor Regional da Saúde e a Autoridade de Saúde Regional, que será concretizada pela apresentação à Assembleia Legislativa Regional de uma proposta de Decreto Legislativo Regional, com a urgência que as circunstâncias impõem”.

Consideram, então, V. Exas. que o Diretor Regional da Saúde pode não decidir bem, porquê? Alguma situação de incompatibilidade? Não creio. Por isso, não se compreende nem se aceita a urgência de V. Exas. neste ponto.

Mais urgente que a apresentação à Assembleia Legislativa Regional de uma proposta de Decreto Legislativo Regional que separe o cargo de Diretor Regional da Saúde e a Autoridade de Saúde Regional (e temos um momento perfeito, temos um Secretário Regional de Saúde licenciado em direito)...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O senhor fugiu!

O Orador: ... é a apresentação de uma proposta que dissipe os constrangimentos legais com que as Delegações de Saúde, ao longo destes meses, se têm visto a braços ao longo desta pandemia!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Chamei para a gente conversar. O senhor fugiu! Tenho mais para fazer!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

V. Exas., na presente proposta de Programa do Governo, estabeleceram a Saúde como uma prioridade. Contudo, o que propõem pouco ou nada acrescenta ao já realizado ou iniciado. Senão vejamos: propõem-se a instituir a meritocracia, tratando de forma diferente quem de forma diferente trabalha; propõem-se a instituir a cultura dos resultados em saúde; a desenvolver um plano estratégico, plurianual, que contemple, de forma integrada, os objetivos a atingir pelas diferentes unidades de saúde, com o objetivo de potenciar ganhos e reduzir ineficiências; estabelecer uma política de “benchmarking” como instrumento de gestão e de implementação de uma cultura de meritocracia, recompensando a produção, a diferenciação e o mérito.

Falem com a Direção Regional da Saúde e a Direção de Serviços de Gestão Financeira e Contratualização (se calhar também ainda não falaram com eles, também não tiveram reunião)! Também irão descobrir que este trabalho já está em curso! O que V. Exas. podem e devem fazer é redefinir indicadores, estabelecendo indicadores de estrutura, processo, resultado e epidemiológicos, redefinindo metas e objetivos para atingir ganhos em saúde!

Não obstante, V. Exas. propõem valorizar a função do “Centro de Saúde”, também como forma de prestação descentralizada dos cuidados de saúde e de assegurar uma proximidade mais ampla na prestação de cuidados às populações, combatendo as políticas “hospitalocêntricas” e contribuindo para a fixação das populações nas suas áreas geográficas. Contudo, de igual modo, propõem-se a promover o alargamento, em valências e no espaço físico, dos serviços de urgência. Isto não bate certo.

O que V. Exas. podem e devem fazer é pegar no trabalho já iniciado de orientar e encaminhar os doentes não urgentes, para atendimento, pela sua equipa de saúde, disponibilizando mais consultas, no centro de saúde da sua área de residência!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Teve tantos anos de oportunidade! 24 anos!

O Orador: Equipa de saúde essa para a qual V. Exas. se propõem assegurar a cobertura integral da população por enfermeiro de família, mas para os quais podem e devem assegurar a sua formação especializada em Enfermagem de Saúde Familiar!

E nutricionistas? E psicólogos? Mais nenhuma menção a nenhum profissional de saúde?

Por outro lado, o Governo Regional propõe-se a planear, a uma década, os recursos humanos para os três hospitais da Região. E para as unidades de saúde de ilha? Unidades de saúde de ilha e hospitais têm de casar melhor e é por isso que o estabelecimento de circuitos de prestação de cuidados de saúde tem de ser feito, não só de modo a assegurar a complementaridade entre as três unidades hospitalares da Região, como propõem, mas também com as unidades de saúde de ilha!

Mas mais, o Governo Regional propõe facultar a livre escolha, por parte do utente, do hospital onde pretende ser tratado. Ora, sabendo-se do volume de utentes atendidos no Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, como irão V. Exas. gerir o expectável aumento de fluxo de utentes para esse hospital?

Ou, por essa via, será que V. Exas., entupindo o Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, e esgotando a sua capacidade de resposta, esperam depois dar cumprimento ao que propõem, no que se refere ao estabelecimento de convenções com entidades regionais e/ou nacionais? Querem, por esta via, arranjar uma estratégia para canalizar clientes para o setor privado?

Já agora, pretende o Governo Regional convencionar serviços com o futuro hospital privado na ilha de São Miguel? Qual o plano deste Governo para acautelar a saída de profissionais para este novo hospital? Vai permitir a acumulação de funções?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): É preciso ter lata!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Acho que já vem detrás!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Está a perguntar a si?

O Orador: Já no que concerne aos equipamentos em saúde, o Governo Regional propõe estabelecer uma carta de equipamentos de saúde.

O levantamento foi realizado e anunciado precisamente nesta sala numa discussão do Plano em 2018. Aliás, foi apresentado um requerimento e o documento entregue a esta Assembleia. Para além disso, nada refere relativamente a um plano de manutenção desses equipamentos. Fiquem a saber V. Exas., antes que façam também nova descoberta, que possuem uma Divisão na Direção Regional da Saúde para esse efeito! Deem atenção, V.

Exas., aos recursos humanos dessa Divisão que terão esse trabalho feito com a maior eficácia e maior eficiência.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O senhor teve oportunidade disso tudo! O senhor é que não quis! Paciência!

O Orador: O mesmo se aplica aos sistemas de informação. Pretende o Governo Regional investir tempo e dinheiro num sistema de informação que possibilite a conexão entre as unidades de saúde da Região? Não deviam V. Exas. optar por uniformizar sistemas ou continuar a trabalhar na interoperabilidade ao invés de desenvolver um novo? V. Exas. façam o favor de também descobrir os elementos da Direção Regional da Saúde, da Direção de Serviços de Tecnologias e Sistemas de Informação, Infraestruturas e Aprovisionamento, para saber do trabalho realizado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Tal pena não termos conversado!

O Orador: E já que irão descobrir esses elementos, perguntem também pela Central de Compras.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Essa postura devia ter tido cara a cara!

O Orador: Nem uma palavra nesta proposta de Programa do Governo relativamente aos contratos públicos de aprovisionamento e relativamente a uma estratégia no que diz respeito à aquisição centralizada para o Serviço Regional de Saúde. Nem uma! Política do medicamento, nada consta nesta proposta do Programa do Governo!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): É preciso ter lata!

O Orador: Só demonstra como não estavam preparados para governar e tiveram de fazer esta proposta à pressa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas calma! Calma! Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo, nem tudo é mau.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Por isso é que o senhor fugiu! Nunca lhe vai sair esta marca!

O Orador: Saúda-se a continuidade do trabalho realizado na anterior legislatura no que concerne aos cuidados continuados e aos cuidados paliativos.

Já no que diz respeito às doenças oncológicas, na prossecução do trabalho realizado na anterior legislatura, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor deixa o sistema caótico e ainda vem aqui falar?!

O Orador: ... esclareça, por favor, Sr. Secretário, para quando a implementação do Rastreio do Cancro do Pulmão na Região Autónoma dos Açores? Foi um trabalho feito já. Este trabalho foi feito em articulação com o Conselho Consultivo para o Combate à Doença Oncológica nos Açores. Atendendo à incidência de cancro do pulmão na Região, o Sr. Secretário vai iniciar este rastreio em 2021, sim ou não? É que sobre o rastreio de doenças oncológicas esta proposta de Programa do Governo nada acrescenta.

Nada acrescenta, igualmente, quando se propõem a criar uma rede de apoio aos doentes deslocados em território continental. V. Exas. sabem que têm na Direção Regional da Saúde o Serviço de Apoio ao Doente Deslocado? Descubra a sua coordenadora, Sr. Secretário, e ela irá ensinar-lhe o que fazer para melhorar e não criar uma rede que já existe.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que encontra apresentado nesta proposta relativamente a um problema também na Região Autónoma dos Açores que diz respeito à obesidade infantil? Eu digo-vos: nada! Rigorosamente nada! Esqueceram-se ou ignoraram o trabalho planeado e realizado nos últimos anos no âmbito da Promoção da Alimentação Saudável. Ignoraram, tal como a taxa de abandono escolar precoce, como ontem falamos. É que no que concerne às prevalências de excesso de peso e obesidade infantil, segundo os dados apurados na última ronda do COSI, entre 2008 (1ª ronda) e 2019 (5ª ronda), todas as regiões portuguesas mostraram um decréscimo na prevalência de excesso de peso (incluindo obesidade). Este decréscimo foi mais acentuado na Região Autónoma dos Açores, com uma diminuição de 10,7%, que passou de 46,6% em 2008 para 35,9% em 2019.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Estamos no topo do país!

O Orador: Não devem ter descoberto, tal como não descobriram que relativamente à SIDA, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, a Região tem números atualizados, contrariando também aquilo que o senhor disse. O senhor disse que não havia dados atualizados desde 2018. É mentira! Temos dados de 2019 publicados pela própria DGS. Portanto, ou os senhores não sabem ou não querem saber (como diz o ditado)...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Já no que se refere ao campo da saúde mental, o Governo Regional, na sua proposta de Programa do Governo, refere o desenvolvimento de uma estratégia. Que estratégia, Sr. Secretário? O que idealiza para a saúde mental na Região Autónoma dos Açores?

Ainda relativamente à saúde mental, Sr. Secretário, vai o Governo Regional honrar o compromisso assumido pelo anterior Governo do Partido Socialista,

...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Expliquei! Foram os prémios COVID que estive a pagar ontem!

O Orador: ... de aumentar o valor da diária, para as Casas de Saúde, para a prestação de cuidados em saúde mental e psiquiátrica para 42 euros já a partir de 2021? Sim ou não?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Queria ver essa força na nossa conversa pessoal! Nessa altura, baixou a cabecinha! Tenho muitos anos de política, mas é do mais baixo que ouvi!

O Orador: E relativamente às dependências? Também refere uma estratégia. Que estratégia é essa que mais fará do que já foi ou é realizado?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Mas o que é que é realizado?! São os piores números do país! Uma vergonha!

O Orador: Mas vejamos agora a Proteção Civil e Bombeiros. Mais uma vez, medidas genéricas. Nada de novo! Nada de novo relativamente à Proteção Civil! Ao nível da legislação só aponta a necessidade da criação do estatuto do bombeiro, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Tenha vergonha!

O Orador: ... mas falta indicar a elaboração e aprovação de dois diplomas imprescindíveis, nomeadamente a adaptação do Decreto-Lei 248/2012, que estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, bem como a alteração/atualização da orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Uma matéria defendida por V. Exas que consistia na criação de equipas de intervenção permanentes nos quartéis da Região. Não existe qualquer referência, uma medida que vocês defendiam, a este assunto na presente proposta.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Os senhores!

O Orador: Relativamente ao serviço SIV, de Suporte Imediato de Vida, V. Exas. defendiam a sua extensão a outras ilhas e concelhos, e no Faial passar de 16 horas para 24 horas. Não existe qualquer referência a este assunto na presente proposta.

Embora falem na necessidade de continuar a equipar os corpos de bombeiros, o que é normal, falta indicar o plano para substituir as viaturas pesadas (ATP-autotank pesados, Prontos Socorro médios e pesados, Autossalvamento médios e pesados). Considerando que para levar a efeito esta substituição será necessária uma verba a rondar os 15 milhões de euros, deveria ser objeto de um planeamento e indicado nesta proposta de Programa do Governo.

Por fim, outra matéria defendida por V. Exas. consistia na necessidade de ser criada uma segunda equipa de evacuações aero-médicas no Hospital de Angra. Não existe qualquer menção a esta matéria na presente proposta.

E no que diz respeito ao Desporto? Vejamos ponto a ponto, passo a citar:

“Fomentar o reconhecimento do desporto como fator importante na promoção da igualdade de oportunidades, igualdade de género, inclusão social, coesão social e cidadania ativa.” Nada de novo, já vinha sendo feito!

Depois, “apoiar uma política desportiva sustentável e baseada em evidências, em estreita colaboração com movimento desportivo”. Também aqui nada de novo, apenas uma forma diferente de escrever aquilo que já se disse e se tem vindo a fazer ao longo do tempo.

Depois, “aumentar a consciencialização dos açorianos para os benefícios da atividade física e de um estilo de vida saudável”. Também aqui nada de novo e mais uma vez parece que estão a tentar reescrever.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então se não há nada de novo, está tudo bem!

O Orador: Mas há uma diferença. Espere, há uma diferença, Sr. Deputado Bruno. Há uma diferença. A diferença é que se assumia estarmos numa fase de assegurar oportunidades reais de prática e agora ficamos pela mera intenção de “tornar o cidadão mais consciente”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas há mais! Há mais!

Depois, propõem os senhores “apoiar iniciativas que realcem o papel do desporto para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Como pretendem através do Desporto contribuir para estes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou pelo menos para qual ou quais dos 17 objetivos de definidos? É apenas retórica? Deste modo tudo é possível quando V. Exas. não se comprometem com algo que seja tangível que seja observável.

Depois, propõem “melhorar a recolha de dados e análise da atividade física e da participação desportiva”. No que diz respeito à participação desportiva, basta irem ver ao portal do Governo e na área do Desporto encontram toda a demografia federada e seu tratamento! Já a atividade física e porque ela não depende de organizações e estruturas existentes (os cidadãos fazem atividade física autónoma sempre que entendem e sem necessitarem de estruturas de enquadramento), quais as metodologias V. Exa. propõem de controlo e levantamento de dados que vão ser utilizadas?

Depois, “promover e estimular uma atividade física em idade precoce, que conjugue essa prática com aquisições motoras relevantes, preparando os atletas mais novos para um futuro com mais literacia motora e com maior probabilidade de atingir a excelência desportiva no plano nacional e internacional”. V. Exas. esqueceram-se, ou também ainda não descobriram, que o projeto “Escolinhas do Desporto” (abrange crianças desde os 6 aos 10 anos) já existe desde 2001/2002, desenvolvendo-se em paralelo com o 1º ciclo, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O senhor descobriu tanta coisa!

O Orador: ... não substituindo as aulas de expressão físico-motora nem o desporto escolar que se estava a expandir para estas idades e que abrangeu só em 2019/2020 mais de 5 mil crianças.

Depois, propõem V. Exas. “criar oportunidades de aquisição de competências adicionais e contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais, com especial incidência nos maiores agregados populacionais, através da melhoria das condições, ao nível do acompanhamento técnico especializado da prática da atividade física”. O que pretendem dizer com “especial incidência nos maiores agregados populacionais”? V. Exas. não pretendem trabalhar para todos?

Depois, propõem ainda “aumentar as oportunidades de educação e aquisição de competências dos treinadores de desporto e dos técnicos de exercício físico, especialmente no que diz respeito à criação de ambientes seguros, contribuindo assim para a saúde física e mental e bem-estar dos atletas e participantes desportivos”. Isto chama-se, por um lado, apoiar a “formação de treinadores”, que se tem feito e que carece de estar de acordo com os referenciais existentes para essa profissão que são muito mais vastos do que a criação de ambientes seguros. Por outro lado, convém esclarecer que os “técnicos de exercício físico” são uma terminologia legal que se aplica às

peças habilitadas com curso de formação profissional para trabalharem nos vulgos ginásios, mas os quais não estão habilitados a exercer sem que a sua entidade patronal seja possuidora de um diretor técnico (obrigatoriamente licenciado nas áreas da educação física e do desporto) que é o responsável pela direção das atividades. No contexto regional talvez tenham utilizado uma terminologia errada e quisessem sim reforçar a formação dos diretores técnicos, em primeiro lugar, e acessoriamente a dos técnicos de exercício físico. Mas atenção que para ambos existem obrigações legais de frequência de ações de formação certificadas para manterem os seus títulos válidos.

Depois, propõem “estabelecer uma efetiva igualdade nas ajudas financeiras à atividade das equipas femininas participantes em competições nacionais e internacionais”. Como muitas vezes foi esclarecido nesta Assembleia, o atual regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, na sua atual redação, não contempla quaisquer desigualdades relativamente às equipas femininas relativamente às masculinas, nem tão pouco nas modalidades individuais. Até pelo contrário, Srs. Deputados, possui discriminação positiva relativamente às equipas femininas dos escalões de formação que prevê uma majoração dos apoios de 25 % “nas duas primeiras épocas consecutivas de atividade formativa do mesmo escalão e do sexo feminino”.

Depois, propõem V. Exa. “promover um maior leque de oportunidades para que os cidadãos portadores de deficiência tenham direito a uma prática desportiva, integrada ou seletiva, com mais e melhor oferta”. A Região deve orgulhar-se do percurso efetuado na área do Desporto adaptado cujo programa de desenvolvimento/apoio se iniciou em 2001/2002 com apenas 3 núcleos de prática e possui hoje 98 núcleos abrangendo cerca de 950

cidadãos, respeitando integralmente a vontade de agregação em termos da prática que escolhem, devidamente enquadrada pelas suas 35 entidades.

Certamente que todos vós se orgulharão da nossa atleta paralímpica Ana Filipe, do atletismo adaptado, formada nos Açores e treinada por treinadora açoriana, e da sua participação nos últimos Jogos Paralímpicos. E certamente todos fazemos votos para que essa participação se possa repetir nos próximos, infelizmente adiados pela pandemia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Depois, propõem “promover uma melhoria no acompanhamento e apoio aos praticantes desportivos de alto rendimento integrados nos quadros competitivos internacionais de alto nível, criando incentivos à contratação de treinadores qualificados para o treino e competição de atletas inseridos no referido estatuto”. Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário, V. Exas. ainda não descobriram...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os descobrimentos foram em 1500!

O Orador: ... a Portaria da Secretaria Regional da Educação e Cultura n.º 93/2020, de 03 de julho. Este apoio já existe desde há mais de 10 anos, com sucessivas Portarias anuais, obviamente melhoradas e mais adaptadas à evolução da realidade.

Depois, propõem V. Exas. “apoiar o movimento associativo para permitir que este desenvolva melhor o seu objeto social fundado na organização de quadros competitivos, seleção dos melhores praticantes e representação dos Açores em participações competitivas nacionais ou internacionais, designadamente pela assunção de despesas das respetivas estruturas logísticas e administrativas”. Nada de novidades nesta concessão de apoios ao movimento associativo desportivo, porque o regime que eu referi

anteriormente, atual, prevê desde a atividade local, à regional, à participação nacional e internacional e ainda ao alto rendimento (entre outras áreas) sempre com critérios definidos e do conhecimento prévio dos apoiados. Não se compreende que V. Exas. queiram assumir a “assunção de despesas das respetivas estruturas logísticas e administrativas”. Os clubes e associações são entidades de direito privado sem fins lucrativos e são independentes relativamente ao Estado, pelo que a tomada de decisão sobre as despesas que entendem ser necessárias para o seu funcionamento só aos seus sócios diz respeito. Quer este Governo assumir despesas que os privados, por sua vez, assumam a seu belo prazer?

E, por último, “promover e apoiar, do ponto de vista legal, organizacional e financeiro, o processo de adesão das associações desportivas açorianas às diferentes federações desportivas internacionais, com vista à participação de seleções desportivas açorianas em competições internacionais”. Esta medida remete para o Projeto de Resolução n.º 42/XI – Criação de Seleções Desportivas Açorianas, apresentado pelo PPM e rejeitado em sessão plenária desta Assembleia, a 19 de abril de 2018, e em tudo idêntico aos apresentados em 2009 e 2013. É a veia ideológica independentista do Partido Popular Monárquico.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Com a qual não concordamos e a ser implementada não teríamos nem poderemos vir a ter um Pauleta com a expressão profissional e mediática que teve e através dela a projeção de que os Açores beneficiaram, se estivesse envolvido numa participação internacional de seleção de atletas açorianos, cujo valor desportivo médio não se coaduna, infelizmente, com aquele que ele apresentava. É mais um trambolhão do Dr. Paulo Estevão no desporto...

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenham calma! Tenham calma!

Todos sabemos que caíram na governação de paraquedas. É por demais evidente na presente proposta de Programa do Governo que V. Exas. não estavam e não estão preparados para governar.

Mas V. Exas. não entrem em colapso.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): A gente não foge! Garanto que não fugimos!

O Orador: Não entrem em colapso porque o Partido Socialista está aqui para ajudar.

Saibam V. Exas. na realidade dialogar, ouvir e assumir, efetivamente, humildade democrática.

P'rá frente é que é caminho.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra a...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O Sr. Deputado, no âmbito da sua intervenção, utilizou a expressão que eu tinha mentido relativamente aos números do HIV. E gostaria só de esclarecer,

porque eu não admito a ele nem a ninguém que utilize esse tipo de expressão relativamente à minha pessoa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário Regional, por 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho muita pena de fazer esta intervenção e de utilizar este instrumento regimental, mas é a segunda vez que este Sr. Deputado que acabou de falar fez referência a que eu teria mentido. Não lhe admito a si nem a ninguém que o diga porque não o faço nem o vou fazer! Deixo aqui esta garantia.

Disse o mesmo relativamente ao défice, que eu tinha mentido. Não menti, utilizei os números oficiais comunicados diretamente pelas unidades de saúde de ilha! É esta a verdade, por muito que o incomode e por muito que o senhor não tenha tido tempo para ouvir as pessoas! Isto é que é a verdade! E também disse aqui que eu tinha dito números errados, que eu tinha mentido sobre os números de HIV. Os números do HIV foram aqueles que foram, após várias insistências minhas perante os serviços, foram aqueles que foram ditos, que os últimos números oficiais na Direção Regional da Saúde, que o senhor até agora tutelou, mas da qual fugiu, eram de 2018. Foi aquilo que eu disse! Esta é que é a verdade!

Não lhe admito a si que diga mais alguma vez que eu menti porque não é verdade! E cada vez que o fizer irá ser sempre desmascarado pela estratégia baixa e rasteira com que o faz! Isto que fique claro de uma vez por todas!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, só para concluir, para dizer que tenho muita pena que o senhor tenha passado de um registo muito diferente na conversa pessoal que tivemos, tenha passado de um registo de ler números enquanto Diretor Regional da Saúde para este registo de ataque pessoal sem fundamento nem sustentação.

Mas o que me incomoda mesmo aqui é que os senhores estão, no fundo, é incomodados. Os senhores estão incomodados pela reação que os açorianos estão a ter perante este Governo. Os senhores estão incomodados pela forma como os açorianos respondem a este Governo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Os senhores estão incomodados, o senhor especialmente, porque ainda hoje a Câmara Municipal da Ribeira Grande aprovou por unanimidade um voto de congratulação ao Governo Regional dos Açores. É isso que vos incomoda!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): A Junta de Freguesia de Rabo de Peixe também vai fazer isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. 3 minutos para dar explicações.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir ao Sr. Deputado Tiago Lopes usar da palavra.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Lamento, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, que não tenha aproveitado o tempo que dispôs agora para responder às questões que eu coloquei anteriormente.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A minha honra está acima de tudo!

O Orador: Lamento profundamente que o senhor ande a esquivar-se a responder às questões, ou não sabe os dados e, mais uma vez, tem as contas todas atrapalhadas e não as quer transmitir, ou então o senhor já está a ficar inibido efetivamente de apresentar contas perante esta Assembleia.

E, portanto, eu gostaria, efetivamente, dentro do tempo que ainda dispõe, para responder às questões que eu lhe coloquei.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O senhor peça desculpa! Não tem a hombridade de pedir desculpa! Isso é que se queria ver! Isso é que era de um homem!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário é sempre igual a si próprio!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para pedidos de esclarecimentos, o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Tiago Lopes diz que nós estamos focados em si. O senhor não reparou bem, quem está focado em si, para além de V. Exa., é o Partido Socialista, que só o utiliza a si para falar sobre esta matéria.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Andaram tão focados em si que até se esqueceram de encontrar num Governo que tinha uma Secretária Regional da Saúde que nunca apareceu para falar aos açorianos sobre a pandemia.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado vai começar por saber que aqui é o Parlamento dos Açores, não é um clube de fãs! Aqui não estamos para apreciar os seus pulôveres ou a sua indumentária!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Aqui estamos para apreciar o conteúdo político das suas afirmações, mas também o seu passado político e as suas responsabilidades enquanto membro que atuou em coordenação com o Governo Regional dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): E o Sr. Secretário não tem?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): 15 dias!

Deputado José Ávila (PS): Então tem! Quando troca os números, tem responsabilidades!

O Orador: O senhor criticou daquela tribuna tudo aquilo que o seu Governo não fez durante os últimos 24 anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Tudo! Esqueceu-se que há uma razão para isso: é que o Partido Socialista, em 1980, até chumbou a existência de um Serviço Regional de Saúde. Isso, o senhor não é capaz de se lembrar!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E sabe uma coisa, Sr. Deputado? Demagogia barata acerca de 15 mil euros é coisa que não cabe neste Parlamento!

Deputado José Contente (PS): Demagogia?

O Orador: É dinheiro muito bem aplicado para utilizar em benefício da saúde dos açorianos e dos problemas que os senhores deixaram criados no Serviço Regional de Saúde que este Governo terá que resolver. É com essa equipa e com essas pessoas que temos que trabalhar para os resolver.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não é admissível, Sras. e Srs. Deputados, que estivessem 40 TAC à espera, com nódulos pulmonares para serem resolvidos! Não é admissível que uma pessoa fique com um tumor renal 8 meses à espera para ser encaminhado!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso é que é a sua herança!

O Orador: Não é admissível o trabalho que os senhores não fizeram no Serviço Regional de Saúde!

E, portanto, Sr. Deputado, este Governo, na sua expressão, pode ter caído de paraquedas nesta governação. Infelizmente, os senhores saem pela porta pequena.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Lopes, o senhor acaba de demonstrar ali naquela tribuna porque é que nós temos os problemas que nós temos e que o senhor não desenvolveu e não conseguiu resolver ao longo destes 4 anos. É porque V. Exa. mostrou toda a arrogância e prepotência que o caracteriza.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A arrogância e a prepotência que o caracteriza e que teve no âmbito do desenvolvimento que teve no relacionamento com as pessoas e aqueles que trabalharam ao seu lado.

E eu fui um daqueles que... durante a gestão da crise, eu ouvi-o dizer muitas asneiras na televisão. Muitas asneiras. Ouvi-o todos os dias e muitas vezes me reportavam que isto não era verdade, que era falso. Mas temos que ter sentido de Estado.

Deputado José Contente (*PS*): O especialista de saúde!

O Orador: E, portanto, naquele período, durante aqueles meses, eu tive que fazer quase o impossível para mim, até tendo em conta a minha natureza, que foi não denunciar, não esclarecer as pessoas das asneiras que o senhor estava a dizer e que o senhor disse durante meses e meses na televisão.

E quero dizer-lhe o seguinte: V. Exa. deveria ter analisado e deveria ter assumido as suas responsabilidades. Veja bem, no programa que V. Exa. estava a executar:

“Garantir a cobertura total da população por médico especialista em medicina geral e familiar até 2018.” Foi feito? Não foi feito!

Diga-me uma coisa, em relação as estas questões, que não lhe posso referir tudo, porque o senhor praticamente não fez nada...

“Prosseguir com o aperfeiçoamento da regulamentação da deslocação de médicos especialistas.” Foi feito? Não foi feito!

“Prosseguir e concluir os processos de certificação de qualidade dos Centros de Saúde das Unidades de Saúde de Ilha.” Foi feito? Terminou a sua tarefa nesta matéria? Não terminou!

“Otimizar a utilização das tecnologias disponíveis na interação entre os utentes e o Serviço Regional de Saúde.” Fez isto? Não fez!

Mais, “continuar com a implementação do processo clínico eletrónico e disponibilizar aos utentes o acesso ao seu próprio processo.” Foi feito? As pessoas têm acesso ao seu próprio processo? É mentira! É falso! Não fez!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais, “aperfeiçoar e introduzir novas medidas de recuperação de listas de espera cirúrgicas e de consultas de especialidade.” É o que estava no programa que o senhor estava a executar! Foi feito? Não foi feito! Assuma as suas responsabilidades!

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: “Melhorar a complementaridade entre os Cuidados de Saúde Primários e os Cuidados de Saúde Diferenciados.” Foi feito? Não foi feito! Assuma as suas responsabilidades!

“Concluir a rede de referenciação dos Cuidados Primários para os Cuidados Diferenciados.” Foi feito? Não foi feito! Assuma a sua responsabilidade e a sua incompetência!!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Intervenho neste debate, em primeiro lugar, para cumprimentar o Sr. Deputado Tiago Lopes pela sua investidura como deputado, cargo, aliás, que estava ansioso por ocupar porque ia sair das suas funções de Diretor Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é um direito de um cidadão eleito?

O Orador: O que resulta da política baseada na evidência, Sr. Deputado, ...

Deputado Francisco César (PS): A evidência é que o senhor teve que ir para a coligação!

O Orador: ... é que pôs à frente da saúde dos açorianos o seu interesse pessoal. Esta é a evidência que resulta da análise que é feita: o interesse pessoal em assumir rapidamente o cargo de deputado.

Mas sabe, Sr. Deputado Tiago Lopes, tenho por si consideração, como sabe, pessoal, de há muito tempo, não é de agora. E por isso fiquei espantado com, em primeiro lugar, uma intervenção (e esta é a primeira razão da minha intervenção neste debate), uma afirmação que aí fez relativamente a uma pessoa que não está aqui e que não se pode, naturalmente, defender, que é o

Dr. Luís Maurício. O Dr. Luís Maurício, como o Sr. ex-Presidente do Governo sabe, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi, numa conversa entre o atual Presidente e o ex-Presidente, indicado pelo atual Presidente para receber informação do Governo Regional dos Açores. Quando houvesse alterações, o Sr. Presidente do Governo, o Dr. Vasco Cordeiro, comunicaria ao Dr. Luís Maurício, que por sua vez comunicaria, ponto! Tão só isso! E, portanto, o que o senhor disse não é correto. Lamento ter efetivamente que, enfim, dizer a verdade para que os açorianos saibam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

E tendo a ideia e presumo correta, talvez o entusiasmo da função o tenha inebriado de ser uma pessoa cordata e correta. Não percebi o tom insultuoso, de arrogância e de petulância com que falou daquela tribuna. Não lhe ficou bem, Sr. Deputado. Estava à espera de si... Aliás, quando se inicia estas funções, devemos exercê-las com humildade e respeito por todos, coisa que o senhor não mostrou dali de cima.

E se este Governo está aqui, foi por minha vontade também porque eu votei nele. Eu votei nesta solução.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é verdade! O senhor votou no CDS!

O Orador: E foi sobretudo por vontade dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Vou-lhe dizer também mais uma coisa, Sr. Deputado, e com toda a consideração que lhe tenho (é a democracia): diz V. Exa. que nós não estávamos preparados para governar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nem estão!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O que em 15 dias já se fez!...

O Orador: Sr. Deputado, o que nós não estávamos preparados era para encontrar aquilo que encontramos, ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: ... ou estamos a encontrar!

E permita-me que aqui lhe diga, com toda a frontalidade e honestidade política e intelectual e consideração que tenho por si, relativamente à COVID-19 e à transmissão comunitária, que o senhor escondeu que havia na Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... transmissão comunitária do SARS-CoV-2 já havia pelo menos desde o início de outubro. E isso foi escondido dos açorianos! E isso é grave!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: O senhor entretinha-se à procura do paciente índice e do paciente zero, a olhar para trás quando devia estar a olhar para a frente. E é isto que este Governo está a fazer neste momento, é olhar para a frente em vez de olhar para trás!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, Sr. Deputado Tiago Lopes, e sublinhando sempre a sua honestidade intelectual, que eu quero continuar a acreditar que exista e existirá sempre neste Parlamento, contará sempre com ela da minha parte e deste Governo, também tenho para lhe dizer, Sr. Deputado, que o título da sua intervenção podia ser: o que eu não fiz. O que eu não fiz ou o que o meu Governo não fez. Porque... médicos de saúde pública? Eu sinto vergonha alheia. Eu sinto vergonha alheia por aquilo que foi aqui dito. Os senhores deixaram a saúde pública depauperada, sem saúde pública!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nunca contrataram um único especialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A não ser o último que vai agora para a Praia da Vitória. Foram-se reformando e os senhores nunca tomaram nenhuma medida nesse sentido. Não venha querer que em 15 dias ou até num ano ou em dois se faça. Mas já cá está um e virão mais.

E o senhor põe em causa que custa muito dinheiro proteger a saúde dos açorianos numa altura de pandemia, enquanto não se cria uma autoridade de

saúde independente e não política, que não faça comentário político junto de comentário técnico como o senhor fazia?!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Não queremos isso Sr. Deputado! Não queremos, porque o senhor no exercício de autoridade de saúde fazia crítica política aos partidos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: E isso é que não se admite em democracia e tecnicamente, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

E quanto ao mais, porque não quero, obviamente, ir mais além, terapeutas da fala, psicólogos, nutricionistas, foram rejeitadas todas as vezes que foram aqui propostas, pelo Governo do Partido Socialista e pela bancada do Partido Socialista e pelo seu Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Por isso é que os centros de saúde não têm. Mas houve unidades de saúde, Sr. Diretor Regional, e o senhor sabe bem quais são, que em vez de contratarem fisioterapeutas andaram a contratar gestores de imagem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É só imagem!
O que interessa é a imagem!

O Orador: Isso é que é grave! Isso é que é grave, Sr. Diretor Regional!

E termino dizendo-lhe o seguinte: o que é grave é pagar-se... Segunda tripulação?! Foi rejeitada pelo Partido Socialista aqui várias vezes, proposta pelo PSD! A segunda tripulação foi rejeitada, Sr. Deputado Tiago Lopes!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade! Os senhores nunca aceitaram, é verdade! Nunca trouxeram...

(Apartes inaudíveis)

Mas dizer-lhe o seguinte: quanto ao cancro do pulmão, eu não esperava o que o senhor... Isso é de uma gravidade extrema! Nós temos a maior taxa de incidência e de prevalência do cancro do pulmão, sabe há quantos anos?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não sabe!

O Orador: Pelo menos há 12 anos! Pelo menos há 12! E o rastreio do cancro do pulmão, porque é que não se fez? Porque o senhor nunca quis que fosse feito, o senhor e a Secretária Regional da Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Isso, ouvi eu no Centro de Oncologia dos Açores, aliás, como o senhor bem sabe, porque nos seus almoços que tem, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos um bocadinho!

O Orador: ... naturalmente, transmitiram-lhe essa vontade e nunca tiveram apoio da Direção Regional. Essa é a verdade, Sr. Deputado Tiago Lopes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Teria mais coisas para lhe dizer, nomeadamente os ordenados indecorosos de prevenção que são pagos, na ilha Terceira, na Proteção Civil. Mas isso falaremos numa outra altura.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15h.

Eram 13 horas e 08 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições. Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(* Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota. Agradeço as intervenções dos Srs. Deputados João Bruto da Costa e Paulo Estêvão, pese embora nada mais tenham acrescentado ao debate do Programa do Governo. O mesmo já não posso dizer do Sr. Vice-Presidente, cuja intervenção, em bom rigor, foi mais esclarecedora do que a do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, que não respondeu às questões colocadas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O senhor costumava ler era números!

O Orador: Percebe-se agora, Sr. Vice-Presidente, porque ficou com a pasta da Solidariedade.

Permita-me, no entanto, Sr. Vice-Presidente, fazer mais uma correção: foram contratados três médicos especialistas em saúde pública para a Região, dois para São Miguel e um para a ilha Terceira.

Mas agradeço que tenha esclarecido esta Assembleia que este Governo adotou a metodologia utilizada em território continental relativamente a esta pandemia, ou seja, é deixar entrar. Agora percebe-se o aumento crescente de cadeias de transmissão na Ribeira Grande, que premiou V. Exas., e na ilha Terceira.

Obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isto agora foi muito ridículo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Demasiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos passar à última intervenção nesta área governativa. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma das preocupações sempre presentes no pensamento das famílias açorianas é, como foi aqui referido no período da manhã, o fenómeno das dependências. Um flagelo social em todo o mundo, em Portugal e também

na nossa Região, que mereceu, ao longo da última legislatura, um acompanhamento permanente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores.

A perceção social indicia que estamos perante uma situação grave, e o rigor dos números também, nomeadamente os relatórios oficiais do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD), que há vários anos vêm colocando os Açores no pódio dos consumos da maioria das substâncias.

Numa dimensão complementar, o Estudo de Caracterização dos Comportamentos Aditivos na Região, apresentado em 2019, apontou também vários indicadores importantes sobre a realidade no arquipélago, designadamente: a perceção generalizada sobre o aumento do consumo nas nossas ilhas; a precocidade do início desses consumos; o risco apontado ao ambiente escolar; e a importância da família, que tanto pode funcionar como fator de proteção, como um fator de risco, tendo assim sido classificada em 8 das nossas 9 ilhas.

A governação do Partido Socialista foi, nesta matéria, marcada por um percurso errático e pela falta de uma estratégia para abordar um flagelo desta dimensão.

E em consequência, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, saudamos a relevância que o novo Governo atribui a esta matéria e à definição de uma verdadeira Estratégia Regional de Prevenção e Combate às Dependências, que contemple as dimensões da Prevenção, da Dissuasão, da Redução de riscos e minimização de danos, Tratamento e Reinserção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste desafio, destacamos: a melhoria do funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência; o alargamento das consultas na área das dependências a todas as ilhas e o aperfeiçoamento dos

procedimentos de sinalização e encaminhamento dos dependentes para as instituições competentes para o tratamento.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

Deputado Pedro Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sinalizamos também: o reforço do apoio às famílias; o investimento consolidado na intervenção nas Escolas e a monitorização permanentemente do fenómeno, para permitir a adoção das medidas mais adequadas nas políticas públicas de prevenção e combate às dependências nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Este é um problema grave, conforme consta do Programa do Governo, e que deve por isso convocar os esforços de todos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Conte connosco, Sr. Secretário Regional, conte com o nosso contributo ativo, para de uma vez por todas ajudarmos a construirmos uma abordagem articulada e eficaz para enfrentar o flagelo das dependências na Região Autónoma dos Açores, em prol das famílias açorianas e do bem-estar das nossas comunidades.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimentos. Não havendo, vamos passar à próxima área governativa. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que intervenho nesta Casa, assumida a tutela da pasta do Mar e Pescas, quero cumprimentar V. Exas, ciente da responsabilidade que me foi conferida, mas com o total empenho e dedicação para, em colaboração com todos, podermos levar esta nova etapa a bom porto, em áreas fundamentais para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):
Muito bem!

O Orador: Entre os eixos prioritários considerados pelo XIII Governo Regional dos Açores, assume particular relevo, de uma forma transversal e como pilar das políticas a seguir, matérias que, pela sua própria natureza, serviram no passado, servem no presente e continuarão a servir no futuro de princípios basilares para os setores do Mar e das Pescas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos a falar do potencial oferecido pelo mar dos Açores, a sustentabilidade de ambos os setores, o aumento do rendimento dos profissionais, particularmente no setor das Pescas, não esquecendo que assumimos, como Região, um papel cada vez mais central e apetecível no que à investigação diz respeito.

Concordarão os presentes nesta sala, assim como todas e todos os açorianos, que abordar a valorização do mar é entrar num tema tão vasto quanto a extensão das águas açorianas, o que torna mais premente a colocação em prática de todas as diretrizes que, politicamente, sejam delineadas, sob pena de não conseguirmos acompanhar a evolução que o setor tem vindo a registar nacional e internacionalmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Falar do mar dos Açores é chamar a nós, enquanto decisores políticos, a responsabilidade de uma parte significativa do todo nacional, ao que à área marítima diz respeito, em termos de jurisdição.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Que não restem dúvidas que a economia do mar é uma prioridade deste Executivo e, daí, a determinação do Governo em assumir um papel de relevo no contexto da política marítima nacional.

A aprovação da nova lei de bases sobre o ordenamento e gestão do espaço marítimo foi, e partilhamos da opinião do Presidente do Governo cessante, um momento histórico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O desafio que temos pela frente é enorme, mas confio que teremos a capacidade política de corresponder às exigências, atendendo ao novo quadro legislativo e aos considerandos que o mesmo encerra.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Se, por um lado, é possível continuar a racionalizar o esforço de pesca, sabendo-se, à partida, e isso tem de ser dito de forma clara e inequívoca, que os grandes problemas ao nível da gestão de stocks não estão relacionados com o tipo de pesca que é praticado pelos profissionais da Região, a nossa privilegiada localização geográfica e o desempenho dos nossos pescadores devem constituir-se como um fator de incentivo para este Governo trabalhar no sentido de salvaguardar os nossos recursos, mas sem que ninguém seja marginalizado nesta equação.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como refere, e bem, o Programa do XIII Governo Regional dos Açores, é urgente romper com a ideia, errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais.

Não pretendemos um trabalho simbólico, mas sim funcional, cientes das responsabilidades acrescidas que nos esperam.

A Política Regional de Pescas pretende introduzir padrões de governação baseados no conhecimento, na inovação, na qualificação, na história e na tradição, usando-os como motores de desenvolvimento, sustentabilidade e valorização dos recursos haliêuticos e das zonas costeiras.

Neste particular, importa salientar o relevante papel da Escola do Mar dos Açores.

Deputado Miguel Costa (PS): Mais uma!

O Orador: Não basta retórica e boas e reais intenções, como a obtenção de um estatuto internacional ou o reconhecimento dos Açores como centro de formação das profissões do mar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se queremos estar próximos dos grandes centros de decisão nacionais e internacionais, também os podemos trazer até nós.

Nesse sentido, e porque pensamos que os desafios presentes e futuros assim o justificam, queremos recuperar a Semana das Pescas, como fórum privilegiado na discussão dos assuntos das Pescas e do Mar, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... no reforço da dimensão científica que tem projetado os Açores, quer seja com carácter anual ou num formato de dois em dois anos, centrando, na mesma ordem de prioridades, a realidade das Pescas nos Açores e aquelas que são as principais preocupações do setor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos próximos dias 15 e 16, reunirá o Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas da União Europeia, em Bruxelas.

Ainda esta semana, está agendada uma reunião com o Sr. Ministro do Mar, tendo sido já articulado, através dos canais institucionais, a preparação deste encontro, de forma a salvaguardar os interesses da Região, atendendo também aos pareceres entretanto recolhidos junto dos parceiros sociais.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

O Orador: Quero, não só no que respeita a esta matéria, agradecer a total disponibilidade demonstrada pelo gabinete do Sr. Ministro do Mar no acompanhamento deste e outros dossiers bem como dos serviços da Secretaria Regional do Mar e Pescas nesta fase de transição.

Não querendo ser repetitivo, assistimos a uma consciencialização generalizada que, quer ao nível económico, quer social, os tempos que se avizinham não serão fáceis, e no caso das pescas, até pelo histórico e pela real situação do setor, serão tempos ainda de maiores dificuldades, aos quais teremos de responder de forma célere e eficaz, dentro daquelas que são as nossas responsabilidades como governantes do povo açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mas também assumo, aqui, que entendo ser necessário e possível introduzir melhorias muito significativas ao nível dos rendimentos dos diversos agentes do setor e otimizar a gestão dos recursos à nossa disposição.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não significa que esta nova postura seja um romper com o passado, até porque acredito que a ação do Governo anterior também conferiu aos assuntos do Mar e das Pescas o relevo que agora pretendemos aprofundar.

Quero deixar claro que os problemas da pesca, os problemas dos pescadores, não são nem devem ser apenas problemas do Secretário e da Secretaria

Regional do Mar e Pescas. Terão, e deverão ser, os problemas do Secretário, da Secretaria, deste Governo e desta Casa.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Haja consciência coletiva para perceber que não existem, na nossa fragilidade insular, problemas isolados. O problema de um pescador, de uma associação ou de todo o setor acarreta consequências sociais e económicas transversais a toda a sociedade. É tempo de darmos o passo em frente e de acabarmos com a estigmatização que assola o setor no arquipélago.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso bom senso, corresponsabilização, mas acima de tudo justiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É na base destes pressupostos que podem contar comigo e com este Governo.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, tenho muito pouco tempo e espero não perder saliva nem mais minutos como que aconteceu com a Agricultura e com a Saúde, porque não me estão a responder efetivamente e pragmaticamente às minhas perguntas e às perguntas dos Srs. Deputados, preferem estar a trocar galhardetes.

Sr. Secretário, muito rapidamente, mineração, sim ou não? Não consegui ver, vejo algo encapotado relativamente a uma classificação taxonómica de microrganismos nas fontes hidrotermais. Sim ou não? O Governo é a favor ou não da mineração?

Aquicultura, onshore ou offshore? Já agora, vai haver impactos ecossistémicos relativamente às espécies? E o impacto endógeno também. Quais são as espécies que vão ser usadas? Se são espécies endémicas, se são espécies que supostamente não usam sequer a nossa zona territorial marítima, o que vai, obviamente, ter graves problemas.

Eu gostaria que respondesse a essas perguntas, são muito importantes, apesar de que acho que o senhor não me está a ouvir. Mas muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Presidente ouviu, ele responde!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Nesta que é a minha primeira intervenção neste debate do Programa do Governo, permita-me que o cumprimente a si e à Mesa desta Assembleia e que vos felicite pela vossa eleição, desejando bom trabalho na condução dos

trabalhos parlamentares. Desejo também a todos nós, Deputadas e Deputados desta Casa, um bom trabalho. E, naturalmente, um desejo também e votos de bom trabalho ao Governo Regional. O vosso trabalho, a bem dos Açores e do povo açoriano, será um bem para todos nós.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):
Agradecemos e retribuímos.

A Oradora: O mar dos Açores, pela sua dimensão, pela sua riqueza, pelos seus recursos reveste-se de uma importância primordial para a nossa Região e coloca-nos no centro das decisões do futuro no que toca dos setores da Pesca, do Conhecimento, das Indústrias Extrativas, da Proteção Ambiental e do Turismo.

É certo que esta reflexão está plasmada neste Programa do Governo, mas, de facto, pouco mais avança do que com constatações e evidências, não apresentando o seu próprio caminho para uma área tão importante como esta. Por exemplo, nas duas páginas dedicadas ao mar dos Açores, nem uma única vez se fala do Programa Blue Azores, que prevê exatamente a conservação do património marítimo, a conservação marinha ou a utilização sustentável do mar – uma das reflexões plasmadas neste Programa do Governo. E, por outro lado, refere-se à elaboração de Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.

No entanto, relembra a Casa de que, em outubro passado, o anterior tutelar da pasta do Mar, do XII Governo Regional, anunciava exatamente a conclusão do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores e que esse Plano de Situação seria submetido aos grupos de trabalho, aos grupos temáticos previstos e criados especificamente pela CIAMA (Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores).

As minhas duas questões muito concretas, Sr. Secretário, a quem saúdo desta bancada de forma muito cordial, são as seguintes:

O Sr. Secretário não acha que este programa, o Blue Azores, já vem dar resposta à medida por vós proposta no âmbito da gestão e criação das áreas marinhas protegidas?

E a segunda questão, que são várias numa única:

Qual o ponto de situação da avaliação por estes grupos temáticos da CIAMA relativamente ao Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores?

Para quando se prevê a conclusão deste Plano?

E se, efetivamente, não há aqui alguma contradição? Porque ao se pretender elaborar um novo plano, a questão é o que é que se vai fazer a este trabalho que já está a ser desenvolvido e que já está numa fase final de conclusão.

Fico a aguardar as suas respostas, Sr. Secretário.

Obrigada.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sr. Secretário, deixe-me começar por dizer-lhe que o Programa do Governo, sobre o mar, é verdadeiramente escasso, diria mesmo que é verdadeiramente pobre, o que que contrapõe, claramente, com aquela que é a riqueza e a área e a dimensão do mar que rodeia os Açores.

Não há, neste Programa do Governo, praticamente nada no que diz respeito ao mar sobre investigação científica, que é, obviamente, uma área essencial no que diz respeito ao mar, seja ao nível dos ecossistemas marinhos, dos recursos marinhos, seja sobre a investigação mais específica ligada ao mar profundo.

Diz noutro capítulo (não está no capítulo sobre o mar) que quer o Governo dar continuidade ao projeto do Observatório do Atlântico. A minha primeira questão, Sr. Secretário, é: se o projeto do Observatório do Atlântico não sair do papel, vai dar continuidade exatamente ao quê? Sr. Secretário, esta é a primeira questão.

Relativamente ainda ao mar e ao seu aproveitamento, sabemos que um dos partidos, pelo menos, que integra este Governo, o PPM, não rejeita, já o afirmou publicamente, a mineração do mar profundo, uma atividade com potencial de destruição dos ecossistemas marinhos. Qual é a posição em concreto do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria?

Finalmente, sobre Pescas, o Governo refere, no seu programa, que quer rever o FUNDOPESCA. O Bloco de Esquerda, na anterior legislatura, apresentou uma proposta muito concreta e até cirúrgica de alteração, embora reconhecemos que ela possa ter melhorias mais vastas. Essa proposta teve a aprovação dos três partidos que compõem o Governo. Aquilo que pergunto, Sr. Secretário, é: do ponto de vista mais global, qual é a visão e quais são as alterações em concreto que quer fazer ao FUNDOPESCA?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Viver do mar e viver do mar dos Açores é difícil. E não é por acaso e não é um estigma que existem bolsas de pobreza onde existem mais pescadores nas ilhas dos Açores.

O subsector extrativo da pesca representa apenas 4% do total da fileira do setor, ou seja, desde que o peixe sai de uma embarcação até à sua venda final,

apenas 4% fica no pescador. Todo o resto é perdido, é gasto, é consumido em lucro (de quem tem lucro... e tem que ter), em combustível, em transportes ineficazes e ineficientes (aqui fala-se em transportes eficazes, mas esquece-se a questão da eficiência, também ela importante) e perde-se num sem número de burocracias que existem em todo este setor.

Vão sempre existir bolsas de pobreza nas Pescas dos Açores enquanto não houver um investimento sério na remodelação do setor na Região. O setor está estagnado há 20 anos! Há 20 anos que não se altera o *modus operandi* dos pescadores da Região Autónoma dos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP)

A última vez que se fez uma intervenção a sério neste setor, com a modernização de embarcações, foi há 20 anos! Daí para cá, o que fizeram os sucessivos Governos do Partido Socialista foi transformar embarcações de boca aberta em embarcações semi-cabinadas que em nada melhoraram o exercício da pesca. Única e simplesmente melhoraram, é um facto, a qualidade da habitabilidade dessas embarcações, ou seja, melhoraram um pouco as condições de trabalho dos pescadores. Mas não melhoraram uma coisa que é fundamental, que é a gestão dos recursos, porque essas embarcações tornaram-se mais eficientes e mais eficazes do ponto de vista da captura, mas não se tornaram nem mais eficazes nem mais eficientes para se deslocarem para fora das zonas tradicionais de pesca. E foi isso que deu cabo dos recursos. O que destruiu os recursos da pesca nos Açores, nos últimos anos, foi insistir-se numa pesca do tipo artesanal, com palangre de fundo à volta das ilhas, nos bancos à volta das ilhas. E isto destrói, como toda a gente bem sabe, duas das espécies mais importantes para o setor: o Goraz e o Imperador e o Alfonsim, que desovam precisamente e desenvolvem até

idade juvenil à volta das ilhas. E é aí que, muitas vezes, por falta de fiscalização e outras vezes por desleixo, alguns dos armadores e dos pescadores destroem os recursos.

Para os senhores terem uma ideia, decuplicou-se o esforço de pesca para reduzir em dez vezes as capturas. Isso quer dizer que nós estamos a destruir, ano após ano, um recurso fundamental que o mar nos dá.

E o mar dos açores... é uma ilusão dizer que é muito rico. O mar dos Açores pode ser muito rico lá nas profundezas, para a tal mineração do mar profundo. E não contem com a Iniciativa Liberal para aprovar qualquer estratégia nesse sentido! Nós também sabemos preservar o meio ambiente! Não contem com a Iniciativa Liberal se tratarmos de mineração do mar profundo, porque isto é uma coisa onde nós nem sabemos bem onde nos vamos meter.

Mas, em relação às Pescas, contem com a Iniciativa Liberal para dar todo o contributo possível e imaginário para melhorar o setor, desde logo uma eficiência e uma eficácia no subsector extrativo, mas também com mais formação e mais formação de profissionais que possam, de facto, servir o setor.

Não inventar uma Escola do Mar para fingir que temos uma Escola do Mar, mas uma Escola do Mar que forme de facto os profissionais que o setor precisa. O setor viveu 20 anos sem motoristas marítimos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A ir buscar motoristas marítimos fora da Região! Os próprios rebocadores da Região foram buscar motoristas marítimos à Madeira e ao Continente porque não tínhamos motoristas marítimos. Para ganharem bem, não era para criar bolsas de pobreza!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: É para ganharem bem! E nunca formaram um motorista marítimo nesta Região! É hora de mudar este paradigma também!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário Regional do Mar, desejo-lhe a si um trabalho profícuo em favor das Pescas dos Açores. E também desejo um bom trabalho ao restante elenco governativo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito obrigado.

O Orador: Esta é a primeira oportunidade que tenho para o fazer. Aos colegas Deputados já o fiz noutras circunstâncias.

O Programa do Governo que estamos aqui a debater e que iremos votar dedica um capítulo de 3 páginas, com 19 propostas, ao importante setor das Pescas, setor que é responsável por 20% das exportações açorianas.

Logo no primeiro parágrafo pode ler-se, e passo a citar: “É preciso inverter o paradigma atual do setor das Pescas, assente em rendimentos de subsistência e muitas vezes de pobreza, como se constata em algumas das nossas comunidades piscatórias.”

Mas, logo a seguir, ainda no mesmo parágrafo podemos ler, e passo a citar novamente: “É urgente romper com a ideia, errada e injusta, de que a pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e problemas sociais.”

Não deixa de ser curioso que em apenas dois períodos do mesmo parágrafo se diga uma coisa e o seu contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade! É preciso saber interpretar!

O Orador: Repudiamos a primeira afirmação, que, aliás, foi bandeira durante muito tempo do segundo partido mais votado em outubro passado. E como se diz em linguagem popular, “o segundo é o primeiro dos últimos”. No entanto, concordamos com a segunda afirmação, que é precisamente o contrário da primeira. Das 19 propostas neste programa, 13 já foram concretizadas ou estão em andamento. Isso não constituiria nenhum problema, apenas o reconhecimento do bom trabalho que os Governos anteriores já fizeram, se estas propostas, no entanto, não viessem aqui apresentadas como se fossem novidades, que não são.

Na verdade, a Pesca, ao longo dos últimos anos sofreu uma transformação profunda. E aqui não concordamos com a visão do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal. Com melhores estruturas de apoio em terra (que não existiam), com melhores condições nas embarcações e com mais formação foi possível transformar a tal atividade de subsistência, normalmente acumulada com outra atividade, numa profissão digna e com futuro.

Esse investimento repercutiu-se no rendimento dos pescadores devido à valorização do pescado. Em apenas 6 anos, por exemplo, o preço médio do

pescado cresceu cerca de 35%. E o Goraz, que já foi aqui falado, uma das espécies mais importantes e emblemáticas, viu o seu preço médio crescer neste mesmo período cerca de 64%.

E agora vou-me debruçar só sobre as 6 propostas sobranes que referi atrás. Por exemplo, fala-se aqui em reestruturar o FUNDOPESCA, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios. Bem, o novo Governo tem toda a legitimidade para reestruturar tudo o que quiser, mas, ao contrário do que é dito aqui e insinuado, não há falta de transparência neste Fundo de Compensação Salarial. Aliás, são baseados em validação de dados, que são perfeitamente transparentes, que são atribuídos até mensalmente. E este novo regime que está em vigor, ainda, veio substituir um que existia em 2013. E esse que veio substituir o de 2013 foi feito pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo PPM.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Na altura, eram todos os partidos que estavam aqui representados nesta Casa. E, aliás, os três partidos que constituem esta coligação votaram favoravelmente este novo regime jurídico.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E só me resta acrescentar que os restantes dois partidos que não votaram favoravelmente abstiveram-se.

Portanto, reestruturar, tudo bem. Agora, para trazer transparência a uma alteração que tinha sido feita, os motivos para fazer esta alteração era exatamente clarificar, simplificar e tornar mais célere este mecanismo de apoio.

A outra questão: estudo para a solução para um cargueiro aéreo. Eu, aqui, só perguntava ao Sr. Secretário se a solução será pública, ou será uma solução privada. Era esta a pergunta que tinha sobre esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor vai chumbar!

O Orador: Mas queria também saber se o Governo sabe se a capacidade, neste momento, a oferta, neste momento, se já está esgotada em termos de transportes aéreos.

Outra questão: reestruturar o serviço de lotas. Que a Lotaçor já não vai ser alienada, já todos sabemos, ouvimos do Sr. Secretário das Finanças. Mas o que pretendem fazer com o serviço de lotas? Retirar o pagamento adiantado aos armadores? Deixar de prestar serviços aos armadores e pescadores? Bem, é preciso saber que nós temos uma rede de lotas modernas, com sistemas eletrónicos, com horários flexíveis que se adaptam ao sistema de transportes em cada uma das nove ilhas dos Açores.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A outra questão que eu queria aqui levantar tem a ver com diminuir a burocracia associada à pesca-turismo. Esta também, queria dizer, Sr. Secretário, que não concordo com ela. Eu sei que o senhor não terá a ver com estas propostas que estão inseridas no Programa do Governo, mas queria dizer que sobre esta matéria não há burocracia nenhuma. Há um pedido de licença, como é normal em qualquer atividade. Até há isenção de pagamento no primeiro ano de inscrição. Além disso, é preciso apenas ter um seguro e ter a atividade aberta nas Finanças. O que é que se vai dispensar para tornar isto mais célere?

Gostava que me respondesse a estas questões.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restante elenco governativo:

O CHEGA, reforçando aquilo que foi dito aqui pela apresentação e exposição do Deputado Nuno Barata, vem reforçar aquilo que foi dito aqui. E dizer também que é da maior importância, tal como eu disse relativamente à Agricultura, que seja valorizada a atividade piscatória na Região.

É da maior injustiça que quem arrisca a vida no mar, quem faz do mar a sua casa de trabalho, seja sempre o parente pobre da fileira da pesca.

Hoje, vê-se que, nas lotas açorianas, o atum, por exemplo, é vendido tendencialmente abaixo dos 2 euros, quando chega a deixar, por exemplo, na Inglaterra, cerca de 50 libras por quilo. É da maior importância corrigir essas assimetrias da economia.

Não podemos, muitas vezes... e nós, enquanto partido de direita, que somos acusados por algumas mentes mais aziadas de sermos fascistas, na realidade o nosso fascismo não existe. E não existe na medida de que é preciso corrigir estas assimetrias. Não podem as famílias que vivem da atividade da pesca serem tantas vezes quase enxovalhadas por viverem da subsidi dependência, quando na maioria das vezes essa subsidi dependência só tende a existir...

(Aparte inaudível do Deputado Miguel Costa)

Eu não falei com nenhum dos senhores! Eu não falei com nenhum dos senhores!

Tendencialmente, essas pessoas vivem dessas atividades e têm necessidades de subsídios precisamente porque o trabalho que eles têm e o risco que eles correm não é devidamente valorizado nas suas atividades.

Portanto, eu chamo a atenção ao Governo que tenda a corrigir essas assimetrias. Se calhar com uma regulação que tendencialmente não é de direita, é certo, mas que é necessária. É necessária para defesa do bom nome dessas pessoas, que precisam de forma digna sustentar as suas famílias.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para esclarecer, parece-me a mim, ou contribuir para aquilo que nós, enquanto Deputados, recebemos neste Programa do Governo no que diz respeito ao setor das Pescas e àquilo que também foi elencado pelo Sr. Deputado Nuno Barata quando descreveu a questão das pescas estarem muitas vezes associadas a bolsas de pobreza e a problemas sociais. É uma questão de português, Sr. Deputado José Ávila. É uma questão de não só ler, mas interpretar. E o que está aqui escrito está correto: “É

urgente romper com a ideia, que é errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sabe o que é, Sr. Deputado? O Partido Socialista, na sua governação no que toca às Pescas, criou uma verdadeira armada que delapidou os recursos dos Açores.

Deputado Mário Tomé (PS): Isso é falso! O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: E essa política errada do passado, do Partido Socialista, levou a que, entretanto, os senhores quisessem que fossem só os pescadores a pagarem o custo da má gestão de recursos que os senhores, enquanto Governo, fizeram nos Açores. E isso levou, muitas vezes, a que haja bolsas de pobreza ligadas a comunidades piscatórias, que associam uma ideia errada de pobreza à atividade da pesca.

Deputado José Ávila (PS): Isso tem a ver com distribuição de rendimentos!

O Orador: É isso que aqui está escrito! É isso que este programa quer dizer! É que queremos valorizar o setor da Pesca tornando-a atrativa e tornando-a também sustentável, para que os nossos recursos sejam devidamente aproveitados em benefício dos nossos cidadãos, isto é, dos nossos pescadores, coisa que os senhores não fizeram ao longo da vossa governação de 24 anos!

Disse. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque, ao que parece, já estou com o meu tempo... alonguei-me na tribuna e, portanto, tenho pouco tempo. Mas vou responder telegraficamente, portanto, às questões que me foram colocadas.

E vou começar precisamente pelo tema da mineração, que é comum ao Sr. Deputado Pedro Neves e ao Sr. Deputado António Lima. O que existe neste momento no Programa do Governo é a possibilidade de se proceder a estudos relativamente à matéria, ou seja, avaliar quais são, enfim, as riquezas que eventualmente estão no fundo dos oceanos. E nesta questão e sem prejuízo da posição assumida por um dos partidos, como referiu, um dos partidos que suportam o Governo, o que aqui estamos a debater é um programa de um Governo de coligação. E como é evidente, aqui, sobre este tema temos a mesma posição, que, aliás, tem sido adiantada ultimamente por especialistas na área, nomeadamente até pelo Sr. Ministro do Mar, que diz por exemplo que deve ser concedida uma moratória de 10 ou 20 anos no sentido de ser desenvolvida tecnologia que permita a longo prazo estudar e reduzir os impactos ambientais nas zonas marinhas. E, portanto, não nos vamos precipitar. Não estamos aqui com a ideia de que vamos começar a mineração a todo o custo aqui assim desta forma.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nesta legislatura, podemos estar descansados.

Bom, relativamente à aquicultura, bom, aqui, as experiências que têm sido feitas até agora, tanto quanto sei, têm sido até com espécies endémicas, sob pena de correremos o risco de introduzir no ecossistema, portanto, espécies que podem acabar por ser nocivas e causarem uma catástrofe ecológica. A preocupação do Governo passa também por aqui.

Relativamente às perguntas da Sra. Deputada Ana Luís, é assim, de uma forma genérica e tendo em conta os programas que referiu e muitos outros que estão em vigor e, portanto, que aguardamos resultados... porque isto do mar, como sabe, a Sra. Deputada sabe muitíssimo bem que esta área tem sido estudada, que tem sido feito um trabalho sério e, portanto, que esse trabalho é para prosseguir no sentido de nós estudarmos o melhor possível as águas que estão sob a nossa jurisdição.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nesse sentido, pode estar certa de que não é para acabar com projetos. Não. É para tentar estudar mais e melhor, portanto, com mais projetos se possível, não é?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente às perguntas do Sr. Deputado António Lima, ainda quanto ao Observatório do Mar, depois, isto, pela cisão que existiu, portanto, relativamente à orgânica do Governo, essa parte passou aqui para

a minha colega, a Secretária da Cultura, Ciência e Tecnologia. Portanto, ela depois irá aprofundar o assunto, porque ela tem tempo, coisa que eu não tenho.

Relativamente ao FUNDOPESCA, o que aqui se pretende é agilizar. Quer dizer, como reconheceu o Sr. Deputado José Ávila, já existiram alterações, quer dizer, nada é imutável, ou seja, se existiram alterações, nós queremos aperfeiçoar. É evidente que aqui têm que ser ouvidos os parceiros, não queremos fazer aqui uma alteração assim só por querer alterar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós vamos realmente proceder às alterações que o setor entender que são pertinentes. Quer dizer, é evidente, não queremos aqui fazer uma alteração por fazer uma alteração.

Aliás, o propósito deste Governo tem sido sempre: aquilo que está bom, aquilo que está a funcionar, continuamos; aquilo que é preciso ajustar, ajustamos.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No caso do FUNDOPESCA ajustamos, porquê? Porque estamos a viver uma situação de pandemia. E, portanto, até excedendo o meu tempo, vou só finalizar, é assim, portanto, neste momento, até tive o cuidado de ainda hoje contactar com o Sr. Diretor Regional em funções e Presidente do Conselho do FUNDOPESCA para saber se já estavam reunidas as condições, porque a pressão tem sido grande, como é evidente. É também, ao que parece, natural nesta altura do ano, mas ainda faltam 15 dias que podíamos

acionar, só que não o fizemos porque não estão reunidos os pressupostos que são exigidos para o acionamento do FUNDOPESCA.

Relativamente a isto e parece também que há algumas situações que já têm sido reportadas à Secretaria quanto a dificuldades vividas em algumas comunidades piscatórias. E, portanto, a Secretaria está aberta, portanto, a estudar essas situações e arranjar as soluções que forem pertinentes neste quadro vindo da pandemia, tendo em conta que a cessação da pesca, por exemplo, nós só temos 61 embarcações elegíveis neste momento e parece que os casos sociais se estão a avolumar. E a preocupação do Governo é talhar os problemas e ajudar as pessoas que mais precisam.

Esgotei o tempo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para este debate. Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela palavra.

E quero também nesta minha primeira intervenção pedir permissão a S. Exa. para que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas ao povo de Rabo de Peixe. Mas antes de dirigir-me ao povo de Rabo de Peixe e a esta vila, queria cumprimentar, como não podia deixar de ser, também, todos aqui, as Sras. e Srs. Deputados e desejar um excelente trabalho a todos aqueles que aqui estão pela primeira vez e todos os outros e que honrem aqueles que nos elegeram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Cumprimentar também o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Vice-Presidente do Governo e todo o Governo Regional. E aquilo que eu espero e que todos os açorianos esperam é que façam aquilo que não foi feito no passado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, então pedia a permissão para, de uma forma breve, dirigir um abraço a Rabo de Peixe. Um abraço a uma vila muitas vezes marginalizada, uma vila incompreendida por alguns, mas amada por muitos. Rabo de Peixe, nesta altura, vive um momento difícil, momento este, queria que soubessem, que aquela decisão que foi tomada em primeira mão pelo Governo Regional em poder testar foi recebida da nossa parte com muita satisfação e com muita coragem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Coragem, acima de tudo, porque sei que a estigmatização sobre esta vila e o olhar de forma desconfiada irão continuar. Mas aquilo que queria que todos nós entendêssemos, hoje, nesta Casa, é que tudo vale, mas tudo vale para salvar vidas e proteger a saúde dos rabopeixenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

O Orador: E, neste sentido, queria dizer mais uma vez: podem contar comigo! Podem contar com aqueles que estão nesta Casa. E que, sem exceção, não tenho dúvidas nenhuma, quer o Governo, quer as diversas forças políticas aqui presentes, tudo nós iremos fazer para que Rabo de Peixe

passa mais rapidamente desta situação. E obrigado, Sr. Presidente, tinha que dizer isto, tinha que apresentar este abraço ao povo de Rabo de Peixe.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): São os homens de Rabo de Peixe!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Presidente, eu queria fazer agora uma pequena reflexão naquilo que foi a intervenção do Sr. Secretário Regional. O Sr. Secretário Regional das Pescas e do Mar veio cá de uma forma humilde, veio cá pondo em cima da mesa tudo aquilo que tinha e demonstrou que acima de tudo temos um ser humano à frente dos destinos das Pescas.

Deputado José Ávila (PS): E os outros não eram seres humanos?

O Orador: E isto é de ressaltar e isto é de ter em consideração. Aquilo que eu queria que percebessem é que quando eu me refiro a um ser humano, refiro-me essencialmente a uma pessoa que tem e que vai pôr as pessoas em primeiro lugar, coisa que no passado as pessoas nem sempre estiveram no lugar que deviam de estar, que é em primeiro lugar de todas as políticas que se possam promover. Sr. Secretário, em primeiro lugar, parabéns por esta preocupação.

Dizer ainda que quando se diz que a nível do turismo não existe burocracia, faço a questão acerca do seguinte: quantas embarcações ligadas à pesca aderiram à parte da pesca-turismo? E a resposta: são muito, mas muito poucas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado.

O Orador: E sabem porquê? Porque vivemos num país extremamente burocrático e vivemos numa região extremamente burocrática. E é preciso acabar com essa burocracia para podermos evoluir e podermos, acima de tudo, permitir condições.

Dizia ainda mais, que é preciso não esquecer que a finalidade de um Governo é criar condições para que os açorianos consigam, acima de tudo, ir mais além. E não tenho dúvida que este Governo Regional tudo irá fazer para que os açorianos tenham mais condições para poder dar o passo seguinte, que é viverem de forma mais condigna.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Diria ainda o seguinte: quando se falou, do outro lado da bancada, que não se percebia o que é que funcionava mal do serviço das lotas, quando estive e quando estou em Rabo de Peixe, aquilo que ouço é que parece que os pescadores é que têm que efetivamente servir a lota e não ao contrário. A lota tem que servir, para estar à disposição dos pescadores e não ao contrário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só assim é que faz sentido a existência da Lotaçor e é isso que vamos procurar, todos juntos, que esta seja uma realidade a partir já da próxima semana, quando tivermos o Diretor Regional, também, em funcionamento.

Queria ainda referir relativamente ao FUNDOPESCA: o Sr. Deputado António Lima sabe tão bem como eu que nós, na última legislatura, trouxemos a esta Casa o FUNDOPESCA. Continuo a dizer que é um FUNDOPESCA que não é funcional na atualidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizer, e bem, que foi aprovado no passado, concordo, mas é preciso perceber que a sociedade é dinâmica, a sociedade não é estática, as coisas evoluem de dia para dia, ...

Deputado José Ávila (PS): Transparência!

O Orador: ... os problemas aparecem diferentes de um para o outro problema. E nós temos que acompanhar o ritmo dessas evoluções. E o FUNDOPESCA, que já foi uma excelente ferramenta no passado, já não está a servir os açorianos.

Deputada Ana Luís (PS): Mas as regras são claras ou não são claras?

O Orador: E nós estamos aqui, Sr. Secretário, para corrigir essa imperfeição e, acima de tudo, colocar o FUNDOPESCA (ou subsídio de mau tempo) ao dispor dos nossos pescadores, ao dispor essencialmente daqueles que já necessitam deste apoio já há algum tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queria dizer mais ainda, que é preciso não esquecer que o FUNDOPESCA serviu com o objetivo de compensar. E esta compensação tem que ser quando os pescadores mais necessitam e não ser, como na atualidade, em que os pescadores recebem depois da tempestade passar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções ou pedidos de esclarecimento para este debate. Não existindo, vamos passar às intervenções de tribuna... Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, apreciei uma parte da sua intervenção, concordo com alguns pontos. Há aqui dois que gostaria de esclarecer.

Deputado José Ávila (PS): Tinha mais!

O Orador: Veja bem, contesta V. Exa. a oportunidade de estudar um cargueiro aéreo, a oportunidade de criar um cargueiro aéreo. Ora, é um compromisso que V. Exas. assumiram aqui no Parlamento e que não fizeram, um estudo que não foi feito. Esse estudo foi aprovado e não foi feito! E V. Exa. agora diz-me o seguinte: bem, mas eu quero saber os resultados desse estudo. Então, mas se o estudo não foi feito, como é que quer já saber as conclusões?

Deputado José Ávila (PS): Fiz uma pergunta ao Sr. Secretário!

O Orador: V. Exa. já tem resposta para os testes antes de estudar as questões e de estudar a matéria? É evidente que não se lhe pode dar as conclusões antes do estudo! Eu sei que está mal habituado e que alguns governantes do Partido Socialista já tinham as soluções antes de qualquer estudo, mas agora vamos fazer as coisas de uma forma mais racional.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação à Lotação e em relação à reestruturação do sistema de lotas, veja bem o que aqui está: reforçar a qualidade do serviço prestado. É possível melhorar e V. Exa. com certeza concordará comigo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Pescas, nos Açores, pelo forte contributo na economia regional e pelo seu fator social são, sem dúvida, um setor económico de vital importância nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero salutar o Programa do Governo pela riqueza apresentada na apresentação de medidas concretas e objetivas para melhorar a atividade piscatória nos Açores.

Não vou aqui enumerar as medidas todas do Programa do Governo sobre esta temática, como já foi feito por alguns Deputados nestes dias de debate, mas não podia deixar de congratular-me pelo trabalho desenvolvido neste domínio.

No entanto, quero deixar aqui algumas preocupações relativas ao setor das Pescas, com especial incidência no melhoramento de infraestruturas existentes e outras que nos parecem importantes, embora sabendo que estamos a discutir o Programa do Governo e não o Plano e Orçamento, mas tornam-se importantes estas matérias devido ao abandono, por parte do

anterior Governo Regional, dos nossos portos de pescas espalhados pelas nove ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Na ilha Terceira, existem dois portos de pesca muito importantes em termos de descargas, mas, acima de tudo, na quantidade de pessoas que vivem deste setor. Falo, naturalmente, do porto de pescas de São Mateus da Calheta e da Praia da Vitória.

Em São Mateus, a construção de uma estrutura que proporcione condições dignas para preparação dos aparelhos de pesca por parte dos nossos pescadores, a reabilitação do entreposto frigorífico e a requalificação das casas de apresto são exemplos muito pertinentes nesta matéria

Na Praia da Vitória, é fundamental o reforço das condições de iluminação e segurança para as embarcações e a construção de um entreposto frigorífico, que muita falta faz àquele setor.

Dar melhores condições aos nossos pescadores é contribuir decisivamente para um crescimento harmonioso das Pescas na nossa Região.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Telegraficamente, só queria dizer duas coisas:

Realmente, as bolsas de pobreza têm a ver com os problemas da divisão do rendimento e só, ponto final! Porque o rendimento dos pescadores tem vindo a aumentar, paulatinamente, ano após ano;

Relativamente à pesca-turismo, Sr. Deputado Jaime Vieira, existe pescaturismo em todas as ilhas. É precisa uma licença, um seguro e estar inscrito na Autoridade Tributária! Não é preciso mais nada!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao FUNDOPESCA, Sr. Deputado, o FUNDOPESCA a última vez que foi ativado levou uma semana. Acha muito tempo? Também, se calhar, podia ser em 24 horas... Mas foi uma semana, não foi no tempo que o senhor disse.

Relativamente às espécies exóticas da aquacultura, estão proibidas.

A outra questão, falou-se da formação. Houve formação e mais do que isso, houve escolarização dos nossos pescadores um pouco por todas as ilhas. Foi feito um esforço enorme para se resolver esta situação da formação.

Relativamente à aquacultura, como é sabido, já existem três licenças para explorar em várias ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

De uma forma também muito rápida porque o tempo também é curto, eu vou colocar-lhe só uma questão, Sr. José Ávila. Eu quando defendo, defendo pessoas e defendo acima de tudo quem necessita. Não estou a defender políticas nem muito menos ideais. E a pergunta que eu faço é: há pescadores nesta altura que já não vão ao mar, não é devido à pandemia, é devido ao mau tempo. Como é que se resolve essa situação?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar, agora, sim, então às intervenções de tribuna. Para tal, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, antes de abordar o Programa do Governo, e se me permitir, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma saudação a todas as açorianas e açorianos e em especial aos profissionais da pesca dos Açores e ao Sr. Secretário do Mar e Pescas, desejando os maiores sucessos, pois o seu sucesso será o sucesso dos nossos pescadores e da fileira da pesca.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: O mar dos Açores constitui um importante e fundamental recurso natural e económico e com um elevado potencial para o crescimento da economia azul.

A temática das pescas assume, hoje, uma abordagem diferente da do passado: capturar menos e vender melhor, assegurando a preservação dos recursos marinhos para as gerações vindouras e simultaneamente tirar partido da qualidade do nosso peixe “selvagem”, como é o caso do Goraz, do Imperador, do Alfonsim, do Cherne e de outras espécies valorizadas nos mercados de exportação, permitindo assim mais rendimento disponível para os nossos pescadores, armadores e conseqüentemente a toda a fileira da pesca.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Nada é ao acaso ou foi ao acaso. O investimento feito pelos Governos do Partido Socialista, quer ao nível das infraestruturas marítimas e terrestres, portos de pescas, casas de aprestos, equipamentos portuários, gruas, guinchos e a construção e reabilitação da rede dos entrepostos frigoríficos, assim como a modernização das lotas e a instalação de equipamentos de fabrico de gelo, traduziram-se em ganhos de qualidade e modernidade, ao serviço dos nossos pescadores e de toda a fileira da pesca.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

As várias medidas já iniciadas pelo Governo do PS, como a gestão das quotas e capturas, e a marcação de pescado fresco nos Açores, potenciaram a valorização do pescado, funcionando também como instrumento de combate à fuga à lota, garantido assim uma maior rastreabilidade e controlo do produto.

Mas se ao nível dos meios de segurança, equipamentos e valorização do pescado muito foi feito e muito há para fazer, permitindo garantir melhores condições técnicas e operacionais aos profissionais da pesca, também ao nível da formação, escolarização e qualificação profissional – no

investimento nas áreas da segurança marítima, nos cursos de pescador e mestrança – tornaram possível aperfeiçoar e melhorar os conhecimentos dos nossos profissionais...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobre a tecnologia da pesca, manuseamento e estiva de conservação de pescado, contribuindo para uma modernização e melhoria significativa do setor com o objetivo de obter mais rendimento e, naturalmente, para uma melhor gestão dos recursos piscícolas.

A criação da Escola do Mar dos Açores pelo Governo do Partido Socialista é bem demonstrativa da estratégia e da importância que o mar assume para a nossa Região, não só na área das Pescas, mas em outras áreas da economia do mar que importa alavancar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao ler atentamente o XIII Programa do Governo referente às Pescas, o mesmo não apresenta medidas novas, sem qualquer aprofundamento do setor...

Como é possível falarem em pesca sem qualquer referência à gestão das quotas? Esta é fundamental na gestão dos recursos naturais...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... e que se tem comprovado na obtenção de mais rendimento disponível para os nossos pescadores com a valorização do pescado, e de extrema importância para a Política Comum de Pescas, que também não é referenciada, assim como os TAC (Totais Admissíveis de Captura), concretamente no que respeita à gestão da quota dos atuns, do Patudo, Voador e Rabilho.

A gestão de 85% da quota nacional foi uma conquista do setor pesqueiro e do anterior Governo, junto do Governo da República, não só para os atuns, mas também para o Alfonsim e Imperador.

O programa não define as linhas estratégicas que vão seguir-se em relação ao novo Quadro Comunitário. O FEAMP está aí à porta e nem uma palavra ou frase!

Diria que o programa começa com uma contradição logo no início: “É preciso inverter o paradigma atual do setor das pescas, assente em rendimentos de subsistência – e muitas vezes de pobreza – como se constata em algumas das nossas comunidades piscatórias. É urgente romper com a ideia, errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais.”

Então diz-se que o paradigma atual do setor assenta em baixos rendimentos e logo a seguir que é necessário combater esta ideia errada e injusta. Então em que ficamos? E neste contexto não seria de falar pelo menos em implementar os contratos de trabalho na Pesca?

Falar que o paradigma da pesca atual assenta em rendimentos de subsistência e muitas vezes de pobreza é não só errado, injusto, como uma ofensa a todo o setor da pesca, uma ofensa aos nossos pescadores e a toda a fileira da pesca. Não se pode confundir o ramo com a árvore.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Rendimentos baixos!

O Orador: Nesta área tão sensível e de grande importância para os Açores, não encontramos neste Programa do Governo uma visão de futuro, com objetivos claros, com inovação e com modernidade.

No entanto e ao contrário do partido que lidera o Governo, não utilizaremos a política do bota-abaixo, de propor paragens biológicas injustificadas, o dar tudo a todos. Faremos, sim, uma oposição responsável com propostas

credíveis e quantificadas, como o fizemos no passado recente, mas sempre virado para o futuro e para o efetivo desenvolvimento do setor pesqueiro.

Temos este legado.

Temos esta obrigação.

Temos este desígnio.

Disse!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento. Não havendo, passemos à próxima intervenção. Para tal, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo que hoje se discute nesta Assembleia é, claramente, diferenciado daqueles que foram apresentados nos últimos anos, quer pela sua forma, quer até pelo seu conteúdo.

Na forma, porque, ao contrário do que outros pretensamente queriam transmitir, desta vez são várias cabeças a pensar sobre um assunto, o que é manifestamente bem e melhor. E este Governo tem precisamente este propósito e é também o propósito da melhoria dos açorianos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Muito bem!

O Orador: No conteúdo, estamos perante um programa que é concreto, rigoroso e, acima de tudo, exequível. Concreto, porque este Governo sabe o

que pretende para o setor. Rigoroso, porque sabe até onde deve ir, não pintando cenários cor-de-rosa como outrora se pintou. E exequível, porque sabe o que vai propor, mas, acima de tudo, o que é possível atingir.

Este Programa do Governo aborda e tem bem presente os aspetos mais importantes para este setor, como a sustentabilidade das espécies, os rendimentos dos pescadores, a formação, a própria valorização da Escola do Mar e o avião cargueiro. E isto com o propósito de dignificação do setor da Pesca desde a produção até à sua comercialização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com este programa que hoje é apresentado, o setor das Pescas terá a atenção que é devida, pois queremos que os comerciantes sejam mais competitivos e os pescadores mais respeitados, com o seu esforço diário devidamente compensado.

A dignificação que este Programa do Governo procura também neste setor terá que acontecer com a colaboração de todos, aproveitando o que já se fez de bem e corrigindo o que tem que ser corrigido.

Este Governo será diferente. Não tenho dúvidas que este Governo e os Grupos Parlamentares que o apoiam irão aprovar todas as propostas que visam dignificar o setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mesmo aquelas apresentadas pelos partidos que não apoiam este Governo, porque, acima de tudo, somos humildes, temos capacidade para perceber que do outro lado também vêm coisas que serão uma mais-valia

para o setor. Diria que podem, efetivamente, ficar descansados, que as vossas propostas, desde que sejam exequíveis, não vão cair num saco roto como foi até aqui.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

Deputado Mário Tomé (*PS*): Isso é um discurso populista!

O Orador: É nosso propósito que não haverá da nossa parte nenhum problema em aprovar medidas exequíveis dos partidos que não apoiam este Governo, porque tudo o que for para melhorar a vida dos açorianos nunca, mas nunca, iremos olhar para o partido que as apresenta, ao contrário do que acontecia no passado. E nisto também podem crer que seremos diferentes!

Deputado Rui Espínola (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A reestruturação do funcionamento da Lotaçor é, claramente, Sr. Secretário, uma boa notícia, pois é preciso perceber que lota deverá funcionar para servir os pescadores e não o seu contrário. Os pescadores precisam de uma lota que funcione com eficácia e seja uma mais-valia numa melhoria da articulação entre pescadores e empresários do setor.

Estou convicto que o setor no seu todo e os pescadores em particular podem ter a certeza que a partir de agora poderão contar com um Secretário e um Governo Regional e com os Grupos Parlamentares que os apoiam disponíveis para trabalharem de forma transparente e criteriosa na procura da dignificação e a importância que este setor merece.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento. Não havendo, vamos prosseguir os nossos trabalhos com a próxima área governativa. Para tal, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha primeira intervenção nesta Casa, aproveito para cumprimentar e felicitar todos os que aqui estão, desejando que, independentemente das diferenças políticas e ideológicas que nos distinguem, possamos todos contribuir para melhorar a vida das açorianas e açorianos.

Orgulhamo-nos do nosso património, da história da nossa gente e das nossas tradições. Por isso, a Cultura tem, no XIII Governo dos Açores, a dignidade que, ao longo de toda a autonomia e na dimensão de todas as ilhas, justifica e assume. Como a Ciência, património do presente e do futuro, com o conhecimento a marcar a herança para as gerações vindouras e a nossa capacidade de antecipação de um amanhã desafiante.

O papel de todos e de cada um será tanto mais participativo quanto saibamos adaptar-nos. Sem esquecer raízes, antes as compreendendo e transformando

em desafios. Por terra, pelo ar, por mar, pelo espaço e pelo ciberespaço. Desafios para os quais todos estamos convocados.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Permitam-me a justa homenagem a Eduardo Lourenço, ícone da cultura portuguesa, falecido recentemente, que nos deixa um colossal legado na definição de cultura e acerca do nosso modo de ser e estar peculiares, em que destacou, e passo a citar: “(...) nos Açores, território e realidade singular no espaço de raiz e invenção portuguesas a que os séculos, a distância e os homens imprimem uma identidade particular.”

É neste sentido que a Cultura e as suas representações edificam a nossa história, afirmam-se como verdadeiros sustentáculos desta Região, expressam um inestimável e inesgotável manancial cultural, de que nos regozijamos em colocar ao dispor de todos os cidadãos e daqueles que nos visitam, revigorando o passado, modernizado pelo presente, mas com infindáveis perspetivas de futuro.

A identidade de um povo é avaliada pela sua Cultura. E falar de Cultura é espelhar a génese de toda uma sociedade. A diversidade das nossas nove ilhas, em contexto arquipelágico, mergulha na imensidão das suas especificidades, desempenhando um importante papel na coesão social e territorial da Região.

A Cultura é um elemento construtivo, unificador da própria democracia e da Região, quer seja na sua produção ou no seu acesso, encerrando em si a afirmação dos Açores no contexto nacional, europeu e mundial e

constitui um dos eixos centrais da ação governativa, das opções das políticas regionais e um pilar do seu desenvolvimento.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nesta sequência, serão desenvolvidas políticas culturais geradoras de potencial turístico, em que a inventariação e catalogação do património móvel, imóvel ou imaterial é conhecimento a transmitir em nome de um legado, que sustém a memória coletiva, protegendo e projetando um património comum.

Dar relevância à Rede Regional de Museus, coleções visitáveis, os museus municipais, locais, o Ecomuseu da Ilha do Corvo e o Centro de Artes Contemporâneas - Arquipélago, a par com a qualificação e requalificação das diversas ofertas museológicas, para uma melhor compreensão da mundividência das localidades e da Região.

Em simultâneo, serão promovidas medidas de educação para a Cultura, o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio às atividades culturais e mantendo em atividade o Conselho Regional de Cultura, que acompanhará as opções políticas de cariz cultural.

Através de políticas de proximidade e humanização da Cultura, esta estará ao serviço das populações de forma transversal e inclusiva, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito bem!

A Oradora: ... através de programas específicos, ao mesmo tempo que a criação artística será apoiada, colocando-a nas mãos dos criadores,

propiciando assim a fruição cultural da criatividade em benefício das nove ilhas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qualificar, Cooperar, Convergir.

Estando em permanente evolução e em sucessivo desenvolvimento de métodos, critérios e avaliações, a Ciência e a Tecnologia colocam-nos perante o mais amplo dos desafios: a mundivisão, o que dela podemos retirar, o que com ela devemos aprender.

Qualificar, promover a investigação e a formação aos vários níveis é essencial para consolidar a sociedade de conhecimento que almejamos. A Universidade dos Açores, na sua tripolaridade física e na sua abrangência de propostas para as mais diversas áreas, assume-se como parceira inequívoca de dimensão regional, nacional e internacional, tornando-se um projeto de verdadeiro interesse comum.

Fortalecer os centros de investigação regionais, quer através do reforço do seu capital humano, quer no seu funcionamento, quer no reequipamento dos respetivos centros.

Cooperar, mantendo as ligações com as estruturas europeias e mundiais como plataformas de intercâmbio de conhecimento e promoção das competências da Região; aproveitando a condição arquipelágica e os privilégios concedidos pela localização atlântica, encontrando na Universidade, nas Empresas, na Região, na Sociedade e no Ambiente a combinação ideal para, seguindo um conceito de "hélice quántupla", criar parcerias que atraiam empresas e produtores de conhecimento internacionais para o desenvolvimento de projetos no arquipélago.

Convergir, convergir para o espaço, alicerçando a atração de estruturas internacionais. As mais-valias daí resultantes (como sucede em Santa

Maria), encontram respaldo na criação da Entidade Espacial Regional, concebendo e implementando uma "Estratégia Regional para o Espaço".

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Contamos com o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, no financiamento de bolsas de investigação e no apoio a programas e projetos científicos de âmbito externo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A transição digital é um desígnio Regional com janela para o mundo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Muito bem!

A Oradora: As pontes que a transição digital constrói são contributos fundamentais para a crescente aproximação dos Açores ao mundo, o que de nós parte e a nós chega. Para uma mundivisão que nos atrai e nos motiva.

As limitações físicas que marcam os nossos tempos mais recentes apenas reforçam o que antes era já inevitável e merece ser encarada como tarefa de todos os setores: a criação, estímulo e implementação do Plano de Ação para a Transformação e Transição Digital na e da Região Autónoma dos Açores. Capacitar os cidadãos, educar e formar à distância, transformar e digitalizar os setores primário e de comércio e serviços, e digitalizar os serviços públicos e do setor público empresarial regional.

Desmaterializar, propondo alternativas digitais para o acesso “online” aos serviços públicos, é um passo determinante. Que cada cidadã ou cidadão residentes nos Açores possam aceder a uma plataforma prática e facilmente

navegável, incluindo os diversos serviços prestados pela Administração Pública da Região.

Tornar transparentes as medidas e decisões do Governo e da administração através da simplificação de acesso e da desburocratização de processos é um passo determinante para assegurarmos, por um lado, uma maior ligação dos cidadãos às estruturas de decisão e gestão e, por outro, a rápida, eficaz e segura resolução das situações que se lhes apresentam, designadamente no âmbito dos licenciamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Faz sentido pensar global. Faz sentido agir local. Faz sentido reduzir custos, desmaterializar, tornar mais prático e eficiente o processo de relação do cidadão com a administração, do cidadão com a sociedade envolvente, do cidadão consigo próprio, ganhando tempo e flexibilidade, multiplicando alternativas, diminuindo entraves e distribuindo recursos. Esta é a nossa equação. De todos e com todos os que conosco vão trilhar este caminho.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Célia Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O direito à cultura e a democracia cultural encontram-se consagrados na Constituição de República Portuguesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é para cumprir!

A Oradora: Quando pensamos a coesão social, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento integrado de um território, a dimensão cultural desse território tem de refletir e coexistir na concertação e na conjugação de interesses que garantam o concretizar desta ambição ao nível do património material e imaterial e das artes.

É também nos territórios e em cada um deles que se vive e se concretiza a construção da sua identidade, a afirmação de cultura nas suas mais variadas formas, manifestações e representações e, por esta razão, a sua ligação ao desenvolvimento local e social e aos processos de inclusão que têm que estar sempre presentes.

As desigualdades sociais são múltiplas, já aqui foi dito. E o acesso à cultura ou falta de acesso à cultura faz também parte delas. Por isso, é essencial o investimento, por um lado, na preservação e salvaguarda do património, por outro lado, na produção cultural e nas capacidades criativas dos artistas e agentes, e, por último, no garante de que os seus atores e agentes têm as condições, reconhecimento e financiamento devido ao exercício da sua atividade.

No quadro da atual pandemia e dos constrangimentos e limitações a que todas e todos estamos sujeitos no desenvolvimento das nossas atividades e vivências familiares, sociais, laborais e económicas, não podemos esquecer em particular os atores e agentes de cultura, públicos e privados, pela desvantagem em que se encontram quando a sua atividade não pode ser realizada à distância ou pela obrigatoriedade de, no seguimento dos planos de contingência, verem suspenso o seu funcionamento.

Assim, gostávamos de ver esclarecido quais as medidas de apoio aos agentes promotores e produtores culturais no quadro da atual crise pandémica.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é que fizeram? Zero!

A Oradora: E uma vez que esta Secretaria representa três grandes áreas, Cultura, Ciência e Transição Digital, gostaríamos de conhecer, por não ser claro no programa, a visão estratégica e as medidas que potenciarão a sua articulação e operacionalização.

Disse. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Menes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes Membros do Governo: Devido à falta de tempo, vou ser muito breve. A arqueologia desempenha um papel fundamental na identificação e preservação do património que conta a nossa história. E ao contrário de outros decisores políticos, o Bloco não considera os arqueólogos nem as arqueólogas como dispensáveis. Posto isto, pergunto-lhe se este Governo está disponível para criar um gabinete de arqueologia nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concordo!

A Oradora: Relativamente à Ciência, pergunto-lhe para quando a resolução do problema da precariedade dos investigadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que era dispensável!

A Oradora: Quanto à transparência, que tem sido apregoada por este Governo, pergunto-lhe para quando se pretende tornar público o caderno de encargos para a construção do Porto Espacial de Santa Maria.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isso já vai! Já quer um caderno de encargos!

A Oradora: Vocês também queriam!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.
Sra. Deputada Elisa Sousa, tem a palavra.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, na presente legislatura, quero congratular o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como os restantes Membros da Mesa e desejar-lhes um excelente trabalho. Cumprimentar também o Presidente do Governo e os restantes Membros, dirigindo-lhes os votos de maior sucesso em prol dos Açores e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Cultura representa a individualidade e a expressão de um povo. A nossa condição de arquipélago com nove ilhas ganha particular interesse pelas especificidades culturais de cada uma destas ilhas, enriquecendo a cultura açoriana tornando-a única e inegável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Muito bem!

A Oradora: E, nesse sentido, importa afirmar e apoiar os agentes culturais, eventos culturais e festividades mais significativos de cada ilha, porque o “todo” açoriano obtém-se pela soma das particularidades de cada uma destas ilhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: A criação de políticas culturais que possibilitem a existência de uma maior oferta cultural em cada uma das ilhas permitirá uma maior equidade no acesso à cultura, valorizando o passado, enaltecendo o presente e enriquecendo o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A criação de sinergias entre o poder local e regional irá possibilitar um apoio mais eficaz e efetivo aos agentes e entidades culturais, dotando-os de capacidade para colocar em prática os seus projetos artísticos e culturais que tanto enriquecem as nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A educação para a cultura, não só irá evidenciar o potencial criativo e artístico de cada jovem garantindo, desta forma, o acesso à cultura e às manifestações artísticas, como também permitirá a perpetuação das tradições, dos costumes e das vivências que tanto nos orgulham.

Com uma dimensão económica distinta, a Cultura deverá ter sempre uma relação próxima com o Turismo e com o Ambiente, razão pela qual urge promover a reabilitação das fortificações costeiras que se encontram em avançado estado de degradação, bem como proceder à conservação e

valorização do património edificado, não só pela necessidade de preservar a nossa história cultural, mas também porque estes são, muitas vezes, o cartão de visita das nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: A dinamização da Rede de Museus Regionais, dos Museus municipais e locais permitirá responder às exigências do novo público, conferindo-lhes experiências singulares na aprendizagem da história açoriana.

É indispensável afirmar a cultura açoriana além-fronteiras, e por isso gostaria de enaltecer a importância da nossa diáspora, representada atualmente por catorze Casas dos Açores que levam e elevam as nossas sonoridades, o nosso artesanato, os nossos costumes e tradições aos quatro cantos do mundo.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, enquanto homem que pratica cultura e não homem de cultura, como gosto de dizer, valorizar a nossa cultura é valorizar o povo açoriano, é valorizar o melhor que nós temos nos Açores: a nossa história, a nossa tradição, os nossos valores.

Jamais pode a cultura ser esquecida!

Como disse a Sra. Deputada, e muito bem, nós temos uma riqueza que não podemos desprezar. E, ao longo de muito tempo, eu vejo os agentes culturais a lutarem sozinhos, a todo o custo, contra falsas culturas, contra pseudoculturas. Não há culturas, há cultura! E os açorianos são um povo de cultura, são um povo que merece ser respeitado na sua cultura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E é o melhor cartão de visita que nós temos para o turismo.

E os jovens e os menos jovens que integram as associações e as várias expressões artísticas estão neste momento a fazer um trabalho muito importante, como tem sido dito nesta Casa ao longo destes dias, na prevenção primária às toxicodependências. Isso tem que ser visto e isso tem que ser usado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Exmo. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, gostaria de desejar a todos vós votos de sucesso, em prol dos açorianos.

Os principais motores do avanço da ciência são a curiosidade humana, descomprometida de resultados concretos e livre de qualquer tipo de tutela ou orientação e a solução de problemas que afligem a humanidade.

No caso dos Açores em particular, a investigação científica produzida na Universidade dos Açores tem de se assumir cada vez mais como um projeto estruturante para a nossa afirmação em contexto regional, nacional e europeu. Terá de ser um parceiro estratégico para o desenvolvimento dos Açores.

Assim, e tendo em conta a promoção do conhecimento científico na Região, o Governo deverá, entre outras medidas, implementar um forte apoio à Universidade dos Açores na sua tripolaridade, reforçar o sistema científico e tecnológico dos Açores, apoiar o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, nomeadamente na atribuição de bolsas de investigação e participação em projetos científicos.

A transição digital é um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

A COVID-19 fechou o mundo em casa. Se houve consequências positivas da pandemia, uma delas terá sido a aceleração da transição digital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ao nível do entretenimento, ao nível do trabalho remoto e ao nível do comércio eletrónico deu-se, nestes meses, um salto tremendo. A transição digital foi acelerada de uma forma quase histórica na pandemia. Para haver uma sociedade mais digital, todos os cidadãos têm de estar preparados para terem as competências básicas e poderem aceder aos serviços digitais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Deste modo, e como consta no Programa do Governo, é de extrema importância a criação de um Plano de Ação para a Transição Digital na Região Autónoma dos Açores.

Este plano de ação assenta em três grandes pilares de atuação: capacitação e inclusão social das pessoas; transformação digital do tecido empresarial; e digitalização do Estado. Tem como linhas orientadoras as competências (com investimento na qualificação das pessoas) a transformação das empresas por via da dinâmica digital e a digitalização da Administração Pública.

A simplificação dos serviços públicos online, utilizados pelas pessoas, tem como vantagem torná-los mais acessíveis, menos burocráticos e reduzir custos para os cidadãos e para as empresas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqui pode-se incluir o teletrabalho, visto este ser uma prestação laboral realizada com subordinação jurídica habitualmente fora da empresa e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação. Este poderá ser num formato misto, parcial ou integral.

É de extrema importância a implementação a nível regional da infoinclusão com a digitalização do Sistema de Ensino Regional, da capacitação e do empreendedorismo digital, na digitalização da Saúde como forma de melhorar a relação entre a doença, o doente e o Serviço Regional de Saúde, e a inserção de tecnologias digitais na Agricultura, contribuindo para uma agricultura moderna, tendo em vista a promoção de vantagens competitivas e benefícios socioambientais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O programa apresentado tem tanto de ambicioso como de inovador, indo ao encontro destas e de outras necessidades.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem trabalho feito?

(* Deputado José Contente (PS): Diga?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem trabalho feito?

O Orador: Claro!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Costuma dizer-se que as palavras receberam a tarefa e a missão de representar o pensamento. Se assim fosse, a grande palavra perpassada ao longo destes debates tem sido inovação, ou criar de novo, e também esse chavão do paradigma. Será que há alguma inovação e algum paradigma neste conjunto de áreas que aqui estão hoje em discussão, nomeadamente na área da Ciência a Tecnologia? Não, não há!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Na sua opinião!

O Orador: E não há porque esqueceram-se de projetos fundamentais que já existem nos Açores, que, aliás, é que dão corpo e conteúdo à questão da ciência e da tecnologia nos Açores, como o Cluster Espacial de Santa Maria, nomeadamente, não só a questão da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, como o SST, que significa Space Surveillance and Tracking, mas também muitos outros projetos que estão em curso e que efetivamente foram esquecidos ao longo de todo este processo, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não foram!

O Orador: ... como o AIR - Center e também como o Porto Espacial, como já foi aqui dito.

Mas, depois, este Programa do Governo tem várias imprecisões que, quanto a nós, são graves:

Primeiro, o Programa de Ciência e Tecnologia não é propriamente um programa que signifique a promoção e a especialização tecnológica de qualificação nível 5. Provavelmente, estaríamos mais a falar em situações associadas à educação ou em qualificação profissional. Portanto, há aqui uma mistura de conceitos, que não nos parecesse que isso faça nenhum sentido.

E depois, também, quando nós vemos grande confusão quando não se fala em bolsas doc e pós-doc, isto significa que este programa, na área da Ciência e Tecnologia, não só não inova, como confunde muitas coisas que já estão mais do que assumidas ao longo do tempo e que não são só da Região Autónoma dos Açores.

Depois, é preciso dizer que “apoiar o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia”, meus senhores, o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia não é apoiado, faz parte da Administração Pública, é a nossa FCT, gere e financia

projetos. Ele próprio tem receitas próprias. Portanto, isto é um perfeito disparate do modo como está aqui escrito.

Por outro lado, também é importante que se diga que é muito bonito falar em hélice quádrupla ou tríplex, ou seja o que for, mas este conceito não está aprofundado neste documento. Ele não é só típico do que está focado aqui, há muitas mais coisas que deviam ser introduzidas neste documento com base nesta nova inovação, que não é inovação nenhuma.

Depois, queria dizer também que a questão de “promover a integração dos clusters tecnológicos mundiais”, mas é preciso dizer como, como é que isso será feito. Portanto, há um conjunto de proclamações neste documento que efetivamente não tem coerência interna e acabam por ser contraditórias.

Por exemplo, também, “promover a Universidade dos Açores como centro de investigação azul no Atlântico Norte, sendo que a investigação e conhecimento do mar são os fundamentos da economia azul que se pode alcançar”. Bem, é preciso referir, quando se fala da Universidade dos Açores, que se respeita a sua própria autonomia, porque eles podem não estar interessados exatamente nesta investigação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Querem ver que não querem dinheiro!

O Orador: Como também já foi dito aqui: “dar continuidade ao Observatório do Atlântico no âmbito da economia azul”. O Observatório do Atlântico, como todos nós sabemos, é um projeto de aquisição de equipamentos, que já está a funcionar, com a aquisição de mais de 2 milhões de euros de equipamentos. E, portanto, há muita imprecisão no modo como estes conceitos da área da Ciência e Tecnologia são postos aqui.

E há repetições: “promover a atração de estruturas e iniciativas internacionais de relevância para a Região que sejam potenciadoras de mais-valias, como as existentes em Santa Maria, relacionadas com o espaço.” Ora, só pressupondo, que não se sabe, que já estão em curso através da Associação

Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, exatamente uma coisa que já foi criada na última legislatura.

Em suma, como também, só para terminar: “promover e apoiar as iniciativas e projetos de cultura científica.” Isso já se fez. Há uma coisa chamada PACCTO, que significa Plano de Ação para a Cultura Científica e Tecnológica, que está em curso.

Ou seja, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ao contrário do que tem sido passado na discussão deste diploma, o diploma não cria nada de novo, portanto, não inova e não muda nada em termos paradigmáticos.

Podiam até ir buscar as 27 aceções de quem foi o primeiro a introduzir a palavra “paradigma”, que se chama Thomas Kuhn, que não encontrariam uma justificação para introduzir a palavra “paradigma” neste documento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas porque esta intervenção do Sr. Deputado José Contento estimulou-me para o conhecimento científico. E devo confessar que, de facto, deve ter sido esse o único contributo que o senhor conseguiu com a sua intervenção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E já é muito!

O Orador: O Sr. Deputado José Contente, que está, enfim, ligado à governação dos Açores nos últimos 24 anos, vir falar de inovação neste contexto do debate do Programa do Governo para 2020/2024 é realmente um caso de estudo! Para tentar ir um pouco ao encontro da sua forma de usar da retórica, é um “case study”. V. Exa. é um “case study” neste Parlamento.

Deputado José Contente (PS): O que é isso quer dizer? Não estou a perceber!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Se eu fosse um pouco mais, não queria dizer humorístico, mas pelo menos indo um pouco ao encontro da forma como o Sr. Deputado fez a sua intervenção, eu diria que o senhor criou aqui uma série de facilidades ao Governo, porque, segundo o Sr. Deputado José Contente, praticamente o Programa do Governo está todo concluído, não há nada de novo a fazer porque o senhor acha que está tudo feito nos Açores.

Ó Sr. Deputado, basta olhar, naquilo que diz respeito à transição digital, à inovação, ao conhecimento, basta olhar para as estatísticas que o seu Governo, os seus Governos, os Governos de que o senhor fez parte (naquela altura em que o senhor usava os microfones dos jornalistas a seu belo prazer),
...

Deputado Miguel Costa (PS): Que arrogante!

O Orador: ... desses Governos, dos Governos que terminaram funções nesta Região, para o senhor ver que há muito por fazer pela transição digital, pelo conhecimento, pela inovação, pela ciência e pela cultura dos Açores, para de facto valorizarmos de uma vez por todas aquilo que deve ser valorizado nos

Açores e levarmos os Açores a caminhos diferentes daqueles que os senhores nos trouxeram.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou responder às afirmações torpes do Sr. Deputado. Toda a gente o conhece e a mim também! E isso é suficiente para saber quem é que merece um “case study”!

Depois, também só para lhe dizer que, em matéria de ciência e tecnologia, a minha participação durante 16 anos no Governo dos Açores está aí e eu dispense avaliações de cientistas com a sua reputação e craveira!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apreciei bastante a humildade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições para pedidos de esclarecimentos. Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Apenas para realçar também que constitui preocupação deste Governo no sentido de haver um apoio que deve ser direcionado sobretudo aos agentes culturais que atravessam neste momento de pandemia uma grave dificuldade. E, nesta medida, fazer um alerta e fazer também um ponto muito importante: existe gente que vive da cultura que, em função da pandemia e do cancelamento de inúmeras cerimónias e circunstâncias, não tem trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, fazer um alerta aos agentes culturais dos Açores, que merecem o nosso carinho, que mantêm as nossas tradições vivas, seja nos grupos folclóricos, nas bandas filarmónicas, no teatro, enfim, para que haja um contínuo desenvolvimento da nossa atividade cultural.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (Suzete Amaro):** Obrigada, Sr. Presidente.

Passo, desde já, a agradecer as questões que foram colocadas, tentando dar resposta da melhor forma possível a todas elas.

Relativamente à Sra. Deputada Célia Pereira, que colocou uma questão sobre as medidas de apoio aos agentes culturais, queria-lhe dizer que, assim que tomei posse, tentei saber da situação dos agentes culturais. E, sabendo que

foi um dos setores mais afetados com pandemia, aquilo que me foi informado é que, efetivamente, até à data, não foram criadas medidas de apoio. E dizer-lhe que este Governo está disponível para equacionar essa situação e dar-lhes o apoio que for necessário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Relativamente às questões colocadas pela Sra. Deputada Alexandra Manes, eu queria-lhe dizer que começou a sua intervenção dizendo que o anterior Governo considerou os arqueólogos dispensáveis...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi o anterior Governo!

A Oradora: Pronto, queria-lhe dizer então que este Governo não considera nem arqueólogos, nem engenheiros, nem doutores, nem agricultores, nem pescadores, nem ninguém, dispensável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, aquilo que queria acrescentar é que se fizer uma proposta de criação de um gabinete de arqueologia, pois, com certeza, ela será analisada. Seja uma proposta sua ou de outro grupo qualquer, nós analisaremos. E se for pertinente e exequível, com certeza iremos implementar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Acabou a arrogância!

A Oradora: Em relação à precariedade dos investigadores, pois, efetivamente, também é um assunto que nos preocupa, porque não podemos estar sempre a enaltecer a boa investigação que se faz nos Açores e que nos projeta e tratarmos os nossos investigadores da forma como os tratamos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: No que diz respeito ao caderno de encargos para o Porto Espacial, está a decorrer um concurso internacional, portanto, este é público, e a entrega das propostas será no dia 21 de janeiro.

No que diz respeito à intervenção do Sr. José Contente, que, penso, pretende mais confundir do que aquilo que diz que é confuso no programa, queria-lhe dizer que aquilo que é omitido no programa não significa que não seja feito. Aquilo que se repete no programa em relação ao anterior Governo e ao anterior programa é porque, naturalmente, há coisas que estão bem feitas e que se pretende continuar, como já foi referido várias vezes aqui nesta Assembleia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para além do mais, como sabemos, este é um programa estratégico e orientador de um conjunto de medidas e é isto que se está a

discutir hoje aqui. Com certeza, terão um maior detalhe e a efetiva cabimentação em sede de Plano e Orçamento.

Penso que respondi a tudo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições. Pergunto se há alguma inscrição para participação neste debate. Não havendo, vamos passar à única intervenção de tribuna que está...

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, cumprimento-a, naturalmente, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Permita-me que lhe questione o seguinte: há pouco, registei, da sua intervenção na tribuna, afirmações, conceitos e a exaltação desses conceitos, como identidade, especificidade de cada ilha, cultura enquanto elemento crucial para a coesão territorial na nossa Região. Foram afirmações suas feitas há pouco daquela tribuna.

E, Sra. Secretária, aquilo que nós dizemos, fazemos, afirmamos ou escrevemos no espaço público tem, naturalmente, consequências e impactos na forma como desempenhamos cargos, sejam eles políticos ou associativos.

É por isso, Sra. Secretária, que gostaria de lhe perguntar o seguinte: foi público, uma notícia que, aliás, não foi desmentida, que o novo Diretor Regional da Cultura será o Sr. Ricardo Tavares. Essa notícia não foi desmentida. O Sr. Ricardo Tavares fez, em tempos, a seguinte afirmação: “A tourada é uma prática sádica, na qual as pessoas se divertem à custa do medo e do pânico, além de ser uma atividade bárbara, anticivilizacional e dispendiosa.”

(Aplausos do Deputado do PAN)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor vai arrepender-se dessas palmas!

O Orador: Esta afirmação é, na nossa perspetiva, de uma gravidade extrema e é uma afirmação que desrespeita milhares de pessoas que se identificam com a festa brava, que se identificam com o fenómeno tauromáquico, com especial expressão na ilha Terceira, mas também já com uma relevante expressão quer na ilha Graciosa quer na ilha de São Jorge e também já com alguns fenómenos noutras ilhas.

Além do desrespeito lamentável pelas pessoas que frequentam as touradas à corda, que frequentam a festa brava, é também, na nossa perspetiva, e demonstra também alguma falta de conhecimento pelo impacto social, cultural e económico que tem também esta atividade.

Assim sendo, Sra. Secretária, pergunto-lhe, de forma clara, se a Sra. Secretária subscreve, ou não, as afirmações daquele que, segundo se sabe, é o futuro Diretor Regional da Cultura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O senhor devia estar preocupado era com a Sra. Ministra da Cultura!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): O senhor dava um bom Secretário Adjunto da Presidência!

O Orador: Ó senhor, eu peço desculpa, enquanto me for permitido aqui pelo meu Grupo Parlamentar usar uns minutinhos, eu vou ter que usar porque esta bancada está empenhada em que este Governo tenha sucesso. E, por isso, esta bancada vai fazer tudo para defender as políticas que este Governo defende para os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é só por isso que esta intervenção do Sr. Deputado Berto Messias me estimulou para uma intervenção.

Ó Sr. Deputado, esta sua intervenção neste debate é puramente demagógica, estimula apenas o mexerico e serve para perseguir pessoas pela sua opinião. É lamentável da sua parte!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Todos temos direito a uma opinião!

Este Parlamento tem sido muito claro relativamente à proteção dos valores culturais dos Açores e dos açorianos, que se distinguem de ilha para ilha, e a tradição cultural dos Açores.

Nós, pessoalmente, estamos os dois de acordo quanto à questão das touradas e até quanto à questão da tauromaquia.

Deputado José Ávila (PS): A questão não foi para si, foi para o Governo!

O Orador: Onde nós não estivemos de acordo foi quando o seu Grupo Parlamentar fez “sumir” um Deputado para não aprovar uma proposta que era consensual neste Parlamento. Aí não podemos estar de acordo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Chama-se democracia!

O Orador: Esses jogos de bastidores, procurando estimular a divisão entre os açorianos e procurando cimentar as guerrilhas que estão em torno das tradições culturais que muitos açorianos vivem afincadamente e que outros, também, por direito próprio, podem discordar e podem querer alterar, esse é o valor da democracia que o senhor devia respeitar e não trazer para aqui o “diz que disse” e condenar as pessoas pela sua opinião, independentemente de estarem ou de virem a exercer funções de acordo com aquilo que sejam as escolhas deste Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital** *(Susete Amaro)*): Ó Sr. Deputado, eu só lhe queria dizer uma coisa: eu não estou aqui para comentar...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou aqui para comentar opiniões pessoais de A, B ou C. Nós estamos aqui para discutir o Programa do Governo e as suas opções.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias** *(PS)*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária da Cultura, eu reitero aquilo que disse: foi tornado público que o próximo Diretor Regional da Cultura é o Sr. Ricardo Tavares. O próximo Diretor Regional da Cultura (caso isso não se confirme eventualmente e caso as notícias que vieram a público sejam verdadeiras) afirmou, num exercício legítimo da sua opinião: “A tourada é uma prática sádica, na qual as pessoas se divertem à custa do medo e do pânico, além de ser uma atividade bárbara, anticivilizacional e dispendiosa.”

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso parece a Ministra da Cultura!

O Orador: Eu recordo que nós não estamos a falar de uma opinião qualquer. Estamos a falar da opinião de uma pessoa que, segundo as notícias, será Diretor Regional da Cultura e que, entre outras funções, terá, no âmbito das suas funções, por inerência, que presidir à Comissão Regional de Tauromaquia.

Portanto, eu reitero a pergunta que lhe fiz, Sra. Secretária: a Sra. Secretária subscreve, ou não, estas afirmações do Sr. Ricardo Tavares, futuro Diretor Regional da Cultura?

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quando a Ministra da Cultura aumentou o IVA das touradas, onde é que estava o senhor?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria só, enfim... esta faena do Sr. Deputado Berto Messias talvez não lhe vá correr tão bem como ele pensa! Talvez não lhe corra tão bem como o

senhor pensa! E sabe porquê, Sr. Deputado? O Senhor acabou de eliminar qualquer hipótese de alguma vez ir para Lisboa fazer alguma coisa com o Governo da República e com a Ministra da Cultura que lá tem. Isso o Senhor conseguiu!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: um diretor regional, existente ou não, nomeado ou não, seja ele quem for, não é membro do governo. E nós aqui discutimos um programa de um governo, não as opiniões pessoais de diretores regionais ou de qualquer funcionário público desta Região!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, prescindo. Já foi dito aquilo que tinha que ser dito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Peço a palavra para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Eu gostaria de pedir a V. Ex^a. que, tão breve quanto possível, solicite a transcrição deste debate e que seja distribuída a todos os partidos aqui representados, ficando claro que a Sra. Secretária não respondeu à pergunta que eu lhe coloquei.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Solicitarei aos serviços que assim procedam.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para lhe comunicar, Sr. Presidente, que eu dispense a cópia da transcrição que foi solicitada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Está registada, Sr. Deputado, a sua interpelação.

Pergunto se há mais... Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Aceitando a sugestão do Deputado Joaquim Machado, a bancada do PSD também dispensa a cópia da transcrição requerida pelo Deputado Berto Messias.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para... Para participar no debate? Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou pedir para distribuir, porque, acreditando nas palavras do Sr. Deputado Contente, a transição digital já está aí e, portanto, basta procurarem na internet e vão encontrar no site *Touro e Ouro*: “Diretor Regional da Cultura, (...)” – que ainda não o é, pode vir a ser – “(...) reconhece a importância da tauromaquia.”

Deputado José Contente (PS): Ele disse isso tudo e o seu contrário!

O Orador: Deixe-me só ler isto, ó Sr. Deputado Berto Messias, para acabar com o seu mexerico, com o seu “diz que disse” e com as suas confusões. Queira lá fazer nalguns lugares onde o senhor talvez seja ouvido.

O que o Sr. Diretor... o que o Sr. Padre Ricardo Tavares (que tem direito à sua opinião) disse e está aqui escrito, estou citar: “Pode esperar de mim (a tauromaquia) respeito e apoio efetivo a todas as manifestações da ilha Terceira, até porque a tauromaquia contribui em boa medida para a economia da ilha.” E cito mais: “Sobre as suas declarações, o Padre Ricardo Tavares referiu que é a sua opinião pessoal e não passa disso. A partir do momento que sou nomeado Diretor Regional da Cultura, meto de lado as minhas

opiniões e trabalho ao serviço das tradições culturais da Região, qualquer que ela seja.”

Sr. Deputado, tenha decência!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente é para um protesto.

Presidente: Protesto a...

Deputado Berto Messias (PS): Tendo em conta os termos utilizados pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, que eu viria aqui fazer mexericos.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ó Sr. Deputado Bruto da Costa, dizer-lhe que eu não venho para aqui fazer mexericos!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Vê-se! Vê-se!

O Orador: Estou aqui com grande seriedade e responsabilidade, representando aqueles que me elegeram, tal como o elegeram a si! E, portanto, exijo de si e da sua bancada e de todas as bancadas o mesmo respeito com que também tratamos a sua bancada.

Sr. Deputado Bruto da Costa, não é nenhum mexerico, é uma matéria que, na minha perspetiva, é de grande relevância política. Tendo em conta que

aquele que, ao que se sabe e o senhor acabou de confirmar, será o próximo Diretor Regional da Cultura, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Está explicado!

O Orador: ... e tendo em conta também aquelas que serão as suas funções regulatórias também no âmbito deste setor, que tem, na nossa opinião, uma grande relevância e um grande impacto do ponto de vista social, cultural e económico em várias ilhas dos Açores, com especial relevância na ilha Terceira, como é o caso das touradas à corda, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Mas é um protesto ou não é um protesto?

O Orador: ... nós entendemos que as afirmações que o Sr. Ricardo Tavares fez são graves e são desrespeitadoras de todos aqueles que se identificam, nas nossas ilhas, com este fenómeno da festa brava.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Sr. Presidente, e o protesto?

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Não tem direito à sua opinião pessoal?

(Apartes inaudíveis do Joaquim Machado e do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: E realço também... Sr. Presidente, eu gostaria de continuar. O Sr. Deputado Joaquim Machado está muito excitado. Não sabia que tinha este efeito nele.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, Sr. Deputado João Bruto da Costa, vamos permitir que o Sr. Deputado Berto Messias continue o seu protesto.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mas ele não está a fazer um protesto!

O Orador: Muito obrigado.

E, portanto, do ponto de vista político, entendemos que esta matéria é muito relevante. E o que se tira deste debate é que a Sra. Secretária não respondeu às perguntas que eu lhe coloquei.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para um contraprotesto. Tem 2 minutos.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa por aquela interrupção, estava a tentar dizer ao Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN, que as afirmações sobre uma corrente de opinião acerca da tauromaquia da forma como ele descreveu também dava direito ao senhor, eventualmente, usar do protesto, que não conta para o seu tempo global, como deve saber.

Ó Sr. Deputado Berto Messias, o seu protesto sobre a minha expressão “mexerico”, não é só ridículo o protesto, é absolutamente real, que é isso que o senhor está a fazer, que é criar um mexerico.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E pronto!

O Orador: Eu já lhe disse e comecei por dizer que eu sou apoiante da tauromaquia. Isso não faz de mim Diretor Regional da Cultura. Uma pessoa pode ter direito à sua opinião. Um Diretor Regional vai executar as políticas

do Governo. É indiferente a opinião dele sobre as manifestações culturais que este Governo irá prosseguir na tradição cultural das nossas ilhas. E é isso que é a relevância política desta matéria.

É que o senhor só quis ouvir as declarações do Sr. Padre Ricardo Tavares, há uns anos, a respeito de uma tourada na ilha de S. Miguel e não quis ouvir aquilo que eu acabei de lhe citar, que o senhor sabe que era verdade. E por isso eu ter acusado o senhor de mexerico. O senhor sabia que era verdade que o Sr. Padre Ricardo Tavares já tinha vindo dizer que, caso fosse Diretor Regional da Cultura, iria respeitar integralmente, não só as orientações políticas do Governo, mas as tradições culturais dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Não tem opinião!

O Orador: Fica-lhe mal estar a incitar pessoas umas contra as outras, apenas por causa da opinião que elas têm, ...

Deputado Berto Messias (PS): Aguardo a resposta da Sra. Secretária!

O Orador: ... quando é legítima e não é extremada, como o Sr. Deputado está a tentar fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu reconheço que o Partido Socialista é um grande partido democrático. Eu nunca pensei que, no âmbito do Partido Socialista, a liberdade de expressão pudesse ser colocada em causa, porque a consequência daquilo que o senhor

está a dizer é que quem está contra a tauromaquia não pode ser Diretor Regional da Cultura. O Sr. Deputado Pedro Neves nunca poderá ser Diretor Regional da Cultura porque está contra a tauromaquia. A Sra. Deputada Alexandra Manes nunca poderá ser Diretora Regional da Cultura porque está contra a tauromaquia.

E, portanto, o que eu defendo aqui é a liberdade de expressão, a liberdade de cada um ter a sua opinião!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: O Diretor Regional da Cultura pode gostar de touradas e pode não gostar. A Secretária Regional da Cultura pode gostar de touradas e pode não gostar. O que é importante, nesta matéria, é defender a liberdade de pensamento de cada um!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (PS): A liberdade é tanta que até se chamam defensores dos animais para o debate!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a participação neste debate?

Deputado Paulo Estevão (PPM): O que lhe posso garantir é que nunca nenhum Deputado meu será obrigado a fugir da sala quando se fala de tauromaquia!

Presidente: Bom, não havendo mais intervenções, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria para uma intervenção de tribuna.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta tribuna, permitam-me que comece por saudar o Sr. Presidente e os restantes Membros da Mesa, saudar as Sras. e Srs. Deputados, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional e Sras. e Srs. Secretários Regionais, desejando que em conjunto possamos trabalhar de forma profícua e que saibamos colocar sempre em primeiro lugar as açorianas e os açorianos, que através do seu voto depositaram em nós a sua confiança.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Acompanhamos os votos.

A Oradora: A responsabilidade de falar sobre Cultura, Ciência e Transição Digital a partir desta tribuna, não é apenas um enorme desafio, como também a oportunidade de dissecar as medidas de um programa anunciado como disruptivo e fecundo na apresentação de verdadeiras alternativas.

No que respeita à dimensão cultural, entendemo-la como o âmago da identidade de um povo e a expressão máxima da nossa açorianidade. Na verdade, o poder da Cultura é inegável, e leia-se o relatório sobre “A Nova Agenda Europeia para a Cultura”, onde a Cultura é definida como “um «poder suave» que habilita e capacita os seus cidadãos a serem líderes responsáveis na sociedade, com integridade, entusiasmo e empatia”. É desta ideia da Cultura como uma espécie de “poder”, de difícil definição e de atuação suave, mas potenciador da mudança, que se centraram as políticas culturais nos Açores.

Como preconizado na Agenda para os 50 anos da Autonomia, produzida no âmbito do Movimento “Açores Primeiro! Todos Contam”, pensar a cultura

nos Açores implica conhecer de onde viemos para poder valorizar o legado que nos deixaram e, concomitantemente, enaltecer e valorizar a contemporaneidade, estimulando a criatividade dos nossos agentes culturais. É não só conhecer verdadeiramente onde estamos, como é também preparar o futuro dos açorianos, que se querem mais conscientes da sua realidade e do potencial destas ilhas. Com tais preocupações, poderemos continuar a almejar o desenvolvimento cultural dos Açores, salvaguardando sempre a sua sustentabilidade.

Os Açores são, hoje, uma Região com um património cultural riquíssimo – seja ele material ou imaterial –, de Santa Maria ao Corvo, que encontra expressão não só nas criações de artistas e agentes culturais, como também em espaços públicos, renovados e requalificados, a maior parte deles, pelo PS, no Governo.

Para além da Rede Regional de Museus dos Açores, foi criada, através da Direção Regional da Cultura, a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, a qual, para além dos Museus Regionais e de Ilha, inclui também outros Museus Locais. Estas estruturas permitem uma cooperação e coordenação regionais, oferecendo desta forma uma visão global, integrada e regional das múltiplas facetas da cultura e história dos Açores.

Da análise ao programa do atual Governo nesta matéria fica a certeza de que o trabalho desenvolvido nas anteriores legislaturas, não só mereceu o reconhecimento de 41% dos eleitores, mas também do atual Governo, visto que no seu programa dá continuidade à estratégia desenhada pelos Governos Socialistas. Podemos então entender que este é um Governo de alternância e não de alternativas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): A alternância falou mais alto!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falemos de Ciência! Note-se que foi ao longo dos Governos Socialistas que assistimos à criação das fundações do sistema científico regional que permitiram à Região alcançar o patamar que hoje conhecemos.

Com a aprovação do Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, foi criado um conjunto de programas destinados à dinamização dos diversos setores de atividade científica e tecnológica. Nesta senda, foi criado o Regime jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores aplicável às entidades que se dedicam à investigação científica, difusão da cultura científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico e inovação, e promoção das tecnologias da informação e comunicação na Região Autónoma dos Açores, que, nesta medida, integraram o referido sistema. De igual modo, a criação do PRO-SCIENTIA regulamenta as condições de acesso e as regras gerais de atribuição de incentivos no âmbito do próprio, bem como a identificação das ações, incluindo os seus objetivos e áreas de intervenção, que integraram cada um dos seus eixos.

Hoje: bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento; bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento em contexto empresarial; integração de recém-doutorados nas entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e nas empresas; projetos de investigação científica; projetos de investigação em contexto empresarial; investigação em consórcios nacionais, europeus e internacionais; medidas de apoio ao empreendedorismo; medidas de apoio à transferência de conhecimento; rede de incubadoras. Já não são uma novidade nos Açores!

A aposta no financiamento da investigação científica, quer através do apoio a centros de investigação sediados na Região, quer através do financiamento de projetos com interesse para a Região, há muito que já existe.

Examinando o programa do atual Governo, apraz-nos dizer que, uma vez mais, as propostas apresentadas são uma incursão pelas políticas deixadas pelos seus antecessores. Mais uma vez, é reconhecido o valor do trabalho edificado e compreendida a expressão dos votos alcançados pelo PS nas eleições do passado dia 25 de outubro.

Mais uma vez, concluímos que este é um Governo de alternância e não de alternativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por último, uma explanação sobre a transição digital. A nossa condição arquipelágica coloca diversos desafios ao dia a dia das açorianas e açorianos, com particular peso para alguns setores de atividade. A transformação digital tem sido encarada como a estratégia a desenvolver na mitigação destas dificuldades.

As políticas desenvolvidas na Região nestas matérias têm permitido capacitar e dotar as empresas e instituições açorianas para fazerem face a este período de transição para a Sociedade 5.0.

Nos últimos anos, assistimos à criação do PRO-TIC, destinado à promoção da literacia e cidadania digitais e do desenvolvimento de competências TIC, à criação da Rede Empresa Digital, do Terceira Tech Island ou, mais recentemente, do Azores Digital Innovation Hub, mencionando aqui apenas alguns exemplos. Os alicerces estão edificados e a arquitetura agora desenhada pelo Programa Europa Digital deverá ser materializada em medidas assentes nos mesmos.

E, mais uma vez, as propostas apresentadas no programa em apreciação nesta Casa traduzem-se em medidas de continuidade, com adaptações às mudanças inatas a estas matérias e adensadas pelos desafios colocados no contexto pandémico em que vivemos.

E assim é, um programa, justiça seja feita, capaz de enaltecer o legado socialista! Comprometendo-se neste âmbito a fortalecer, a aumentar, a reforçar, a continuar, mas incapaz de apresentar alternativas concretas, medidas claras... ficando-se pelas intenções, como quem ainda não sabe ao que vem.

Não restam dúvidas, este é um Governo de alternância e não de alternativas. As açorianas e os açorianos merecem melhor!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há pedidos de esclarecimentos à intervenção da Sra. Deputada. Não havendo, vamos prosseguir os nossos trabalhos mudando de área governativa. Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As nossas ilhas são reconhecidas pelos seus elevados níveis de qualidade ambiental. Este é um legado que recebemos das seculares gerações de açorianos que, resistindo a eventos meteorológicos extremos, a cataclismos e a ciclos de escassez, ergueram, com sacrifício e resiliência, as nossas freguesias, as nossas vilas e as nossas cidades.

Esta é uma herança que não podemos, em nome do presente e das futuras gerações, comprometer.

É esta a determinação que conforma as políticas do ambiente estabelecidas no Programa do XIII Governo da nossa autonomia democrática.

A afirmação do ambiente e das alterações climáticas na orgânica deste Governo e no programa de legislatura que aqui apresentamos constitui uma resposta clara perante os desafios que enfrentamos.

De facto, foi este o sentido da criação de uma Secretaria Regional dedicada ao Ambiente e às Alterações Climáticas, reconhecendo-se, assim, a importância do ambiente no contexto das opções de governação.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Congratulamo-nos, por isso, que, após várias legislaturas, o ambiente e a sustentabilidade reganhem centralidade nas nossas políticas de desenvolvimento económico e social.

Trazemos connosco um novo paradigma de políticas públicas. Entendemos que a nossa ação, enquanto órgão superior da Administração Pública Regional, deve ser pautada por parâmetros de exigência e rigor na gestão, na qualidade dos serviços prestados e na eficiência em termos de organização.

Centramo-nos na racionalização de meios e recursos. Combateremos o desperdício e a sobreposição de competências. É com este fundamento que procederemos à extinção da Azorina, através de um processo de internalização das suas atribuições no âmbito da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, com quem partilha, na íntegra, as mesmas competências, bem como garantiremos a consequente integração de todos os seus recursos humanos, na observância dos seus direitos laborais, no quadro da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, bem como no

quadro da nova Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dizemos presente perante o combate que enfrentamos no quadro da emergência climática global que todos reconhecemos, porque só assim podemos preparar a nossa Região para as contingências do processo, garantir a confiança das nossas populações e salvaguardar, em caso de ameaça e com a prontidão necessária, o nosso património natural.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos a convicção de que, perante a ameaça ambiental, económica e social que as alterações climáticas representam para a nossa Região, necessitamos de mecanismos eficazes de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

É, portanto, necessário que a Região esteja preparada para garantir a mitigação dos seus impactos negativos e para se adaptar a esta nova realidade.

Assumimos, em consequência, como prioridade a qualidade ambiental, a conservação da natureza, a proteção da biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos e um eficiente ordenamento do território.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A nossa Região tem, hoje, como horizonte indispensável das nossas políticas públicas a redução dos níveis de emissão de gases com efeito de estufa para atmosfera, de modo a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, tal como

previsto no Acordo de Paris e no Pacto Ecológico Europeu, apresentado pela Comissão Europeia no final de 2019.

Respondendo ao desafio, o Programa do XIII Governo estabelece como objetivos estratégicos: a definição de medidas de sequestro de carbono da atmosfera, através de novos planos e projetos de florestação na Região; a aposta na produção de energias renováveis; o reforço da aposta na microprodução energética; e a transição para a mobilidade elétrica, com novos incentivos às famílias e às empresas para aquisição e instalação de equipamentos e sistemas de produção.

Importa, também, diagnosticarmos e avaliarmos as políticas e as medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, sendo imprescindível adequar e especificar os instrumentos estabelecidos para esse efeito.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, para o XIII Governo, o Plano Regional para as Alterações Climáticas não pode ser apenas um conjunto de boas intenções que não saem do papel ou cujo nível de execução não pode ser avaliado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

É, por isso, propósito deste Governo definir e clarificar o conjunto de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas atualmente previsto, criando as métricas necessárias para a avaliação do sucesso da sua implementação.

Em conformidade, procederemos à avaliação e à revisão dos instrumentos de gestão territorial que se afigurem necessários, promoveremos a adequação do regime jurídico de avaliação de impacto ambiental e concluiremos o processo de revisão dos planos de ordenamento das orlas costeiras,

promovendo a melhoria da organização territorial e da gestão dos recursos naturais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Consideramos que é dever de uma boa governação a proteção dos ecossistemas mais debilitados e mais sensíveis, promovendo, em resultado, a melhoria do planeamento e da gestão dos recursos hídricos associados.

Ao nível da gestão dos recursos naturais e da conservação da natureza, será dada uma atenção especial à proteção da biodiversidade e dos nossos ecossistemas naturais, ao mesmo tempo que apostaremos no reforço de meios à disposição dos serviços responsáveis pela vigilância da natureza, aumentando a sua capacidade de atuação e de intervenção.

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Perante o imperativo da sustentabilidade, responderemos com responsabilidade à crescente pressão turística e ao aumento da frequência de visitação na generalidade das áreas protegidas, promovendo a realização de estudos de avaliação da capacidade de carga, de forma a garantir a sua preservação e proteção, e procuraremos, com a brevidade possível, assegurar a concretização das cartas de desporto na natureza, como instrumento nuclear da fruição e proteção do nosso património natural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O XIII Governo tem como referente da sua ação política a garantia da qualidade ambiental da água e avançará, com esse propósito, para um necessário processo de revisão do Plano Regional da Água e para a

implementação da 3.^a fase do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, reconhecendo a sua importância e indispensabilidade estratégica na recuperação e na salvaguarda da qualidade das nossas massas de água.

Neste quadro, no âmbito da contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, estaremos, sem nos resignarmos, na primeira linha da exigência do cumprimento da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e não claudicaremos na afirmação do dever da reposição ambiental que compete ao Governo da República.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Nuno Gomes (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No âmbito da gestão dos resíduos, a nossa Região tem também pela frente um desafio complexo que temos de vencer. Continuamos muito longe de atingir as metas definidas até 2035 pela Comissão Europeia, quer na reciclagem, quer na deposição de resíduos em aterro. É nosso dever responder.

Procederemos, por isso, com a urgência que se requer, à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, cujo prazo de vigência está já ultrapassado. Definiremos, também, estratégias para melhorar a eficiência na gestão de resíduos nos primeiros níveis da respetiva hierarquia, nomeadamente ao nível da redução, reutilização e reciclagem, assumindo também o necessário combate à poluição causada por plásticos e microplásticos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante os desafios do presente e do futuro é impreterível que a governação dos Açores seja edificada através de uma sólida estratégia de desenvolvimento que promova a concordância prática entre o desenvolvimento social e económico, a proteção da nossa qualidade ambiental e a gestão otimizada dos nossos recursos naturais.

Queremos construir um novo ciclo de progresso e desenvolvimento e isso só é possível com sustentabilidade. Uma sustentabilidade que protege e tem como horizonte a gestão adequada dos nossos recursos. Uma sustentabilidade que seja o garante da dignidade e da igualdade. Uma sustentabilidade que seja um instrumento da inclusão. Uma sustentabilidade que seja o diálogo e a parceria entre o público e o privado. Uma sustentabilidade que seja o ponto de encontro entre o conhecimento e a investigação.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos certos de que é esta a resposta adequada perante os desafios do presente e do futuro.

Estamos certos de que é esta a resposta que nos exigem os açorianos.

Estamos prontos para trabalhar e construir, com responsabilidade, um novo ciclo de progresso e desenvolvimento nos Açores.

É este o compromisso do XIII Governo da nossa Autonomia Democrática!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caras Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo aqui em debate é pouco claro sobre o que pretende implementar na área do Ambiente e das Alterações Climáticas, desde logo relativamente a uma área que tem tido alguns avanços, mas quase sempre pela pressão exercida pelas pessoas. E refiro-me ao bem-estar animal.

O Bloco de Esquerda tem vindo a defender, há vários anos, com propostas nesta Casa, o fim do abate de animais saudáveis como forma de controlo populacional. Pergunto-lhe então, Sr. Secretário, se Governo Regional está disposto a acabar com esta vergonha que persiste na nossa Região.

Relativamente ao complexo problema da contaminação na Praia da Vitória, a leitura do Programa do Governo, e aquilo que o Sr. Secretário acaba de dizer, dá a ideia de que o Governo Regional pretende apenas ser ressarcido dos custos da descontaminação pelo Estado Português, ao abrigo da Lei de Finanças Regionais, e que já desistiu de realizar uma efetiva descontaminação e de responsabilizar os Estados Unidos da América. Também gostaria que o Sr. Secretário nos esclarecesse acerca disto. Porque, se assim for, lamentamos que o Governo ponha as relações diplomáticas à frente da saúde das e dos terceirenses.

No que diz respeito à prevenção e gestão de resíduos e atendendo a que continuamos muito longe de atingir as metas de reciclagem, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Faz-nos tanta falta a reciclagem...

A Oradora: ... é urgente atuar com rapidez para impedir a construção da central de incineração na ilha de São Miguel. O exemplo da incineradora da Terceira mostra que esta é uma opção errada e que terá custos económicos a longo prazo.

Está o Governo Regional disponível para impedir a construção da incineradora de São Miguel, aliás, como defende (não está aqui) um dos partidos que compõe esta solução governativa?

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão todos cá!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Vasconcelos.

(*) **Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria felicitar, para já, o Programa do Governo, que contempla uma Secretaria destinada às questões ambientais e alterações climáticas. Este é, sem dúvida, um marco que reflete a preocupação deste Governo com esta temática, dando-lhe assim a devida importância.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ressalvo ainda, com grande apressado, que vejo reconhecido neste programa uma preocupação dos terceirenses, especificamente no que diz respeito à efetiva descontaminação dos solos e aquíferos da Terceira, preocupação e bandeira de há muito do CDS-PP.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os terceirenses, em especial os praienses, precisam de respostas a esta questão e urgência em soluções para este problema ambiental e de saúde.

Relembro que o CDS, ao longo dos anos, trouxe à discussão, nesta sala, a preocupação com os solos e aquíferos da Terceira, mas também com a saúde dos açorianos, dos terceirenses em específico. Assim sendo (hoje não poderia ser diferente) faço votos que esta preocupação se mantenha e seja transversal a esta Assembleia, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... em especial aos Deputados eleitos pela Terceira, sem exceção, colocando as ideologias de parte e em primeiro os solos, os aquíferos e a saúde dos terceirenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Assim, faço votos que essa discussão não seja do CDS, não seja deste Governo, mas que seja de todos, para o bem dos Açores.

Sr. Secretário, contamos consigo para uma resolução nesta questão.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, caras e caros Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restante elenco governativo:

A nossa pergunta vai para o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas: saber qual é a sua opinião pessoal e a opinião do Governo que o senhor integra relativamente à construção da incineradora em São Miguel. Sabemos que é da competência da Associação dos Municípios de São Miguel a construção dessa mesma incineradora, mas queremos também saber o que é que pensa esse Governo uma vez que também é o principal elemento ordenador do território dessa Região. O que é que pensa sobre essa construção?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): A pessoal não interessa! O que interessa é a política!

(Neste momento, a Deputada Elisa Sousa substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice e Srs. Membros do Governo:

E só tenho este tempo...

É com grande satisfação que assistimos a uma mudança deste paradigma e a admissão, por parte do Executivo, dos decisores e protagonistas políticos, que as alterações climáticas são uma realidade, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... que coloca a sustentabilidade do arquipélago em risco e que é necessário criar ferramentas que combatam e reduzam as inevitáveis consequências.

Para o PAN, o Ambiente e as Alterações Climáticas devem constituir, efetivamente, um mesmo corpo orgânico, como explanado no nosso programa eleitoral, realidade que se espera que traga, nesta Secretaria, um valor agregado e que seja um organismo fundamental para atingirmos a meta da neutralidade carbónica com medidas que têm que ser ambiciosas.

Sr. Secretário Alonso Miguel, o seu discurso foi perfeito, espetacular, mas quando a esmola é muito grande, obviamente que o pobre desconfia.

No Programa do Governo diz, e cito: “Proceder à clarificação de um conjunto de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, previsto no Plano Regional para as Alterações Climáticas (o famoso PRAC), criando métricas para a avaliação do sucesso da sua implementação.”

Considerando que o PRAC, o mesmo documento que contém mensagens alarmantes sobre as mudanças extremas que se irão sentir na nossa Região, onde as projeções apontam para um aumento da temperatura entre 1,4 e 3,2 graus Celsius, com consequências catastróficas para a fauna, flora e tecido social nos Açores, ausenta-se inteiramente em sugerir o decréscimo no setor com a maior pegada carbónica nos Açores – a indústria agropecuária. Pelo contrário, nos cenários apresentados, o documento insinua uma preferência para um crescimento acentuado na fileira do leite e da carne para os próximos 4 anos, (é a PRAC, mas parece mais um programa relativamente à Agricultura), mesmo que à data de hoje 56% do solo ocupado seja para os bovinos, ou para pastagens, ou para culturas meramente forrageiras;

Considerando que nos Açores as emissões de gases com efeito estufa aumentaram 62% entre 1990 e 2014 e que durante a mesma janela temporal a pecuária aumentou 74%, verificando-se assim a correlação e

proporcionalidade evidente que quanto maior a exploração pecuária de bovinos for, mais emissões temos;

Considerando que neste momento a agropecuária na Região emite 41% de gases com efeito de estufa num total de todos os setores com expulsões atmosféricas antropogénicas;

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Considerando que a contaminação dos solos, e não é só na Terceira (vou já finalizar), a poluição dos recursos hídricos, a eutrofização das lagoas devido ao excessivo uso de fertilizantes e a emissão de gases poluentes para atmosfera será o sucesso do Sr. Secretário Regional da Agricultura pela sua capitalização da pecuária, é o insucesso do Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas na tentativa de atingir as metas carbónicas para 2030 e 2050 (porque temos também um limite para 2030);

Irá, esta Secretaria, decidir transversalmente com a Secretaria de Agricultura pelo não aumento e redução gradual de bovinos na Região, para dar o primeiro passo para um estado hipocarbónico antes da tão almejada descabornização da Região?

Respeitante à gestão de resíduos, o que irá fazer o Governo e o Sr. Secretário Regional Alonso Miguel no que concerne ao “elefante na sala”, que não se falou, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar!

O Orador: ... que é a incineradora de São Miguel (já perguntada pelos outros partidos)? A favor, ou contra, da construção desta infraestrutura? Independentemente se a tutela está na AMISM.

Mais um elefante, Sr. Secretário (e vou já finalizar): Lagoa de Fogo, vão continuar com o projeto do anterior Governo, ou vão ter a coragem de mandar abaixo e enterrar para sempre a pretensão do miradouro e, neste caso,

fazer uma transversalidade com as Secretaria do Governo para rebentarmos com este projeto?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que o PAN esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aproveito para cumprimentar todos os Deputados de todos os partidos.

Desejar-lhes muito bom desempenho nesta legislatura que agora iniciamos.

Desejar também muito bom desempenho ao serviço dos Açores de todo o Governo Regional, em particular o Secretário Alonso Miguel, aqui, agora, no debate do assunto da agenda.

Mais do que colocar questões, a minha intervenção pretende realçar e sinalizar alguns dos que são os pontos do programa apresentado.

Consideramos que o Programa do XIII Governo dos Açores dá um passo em frente na leitura da emergência ambiental global, mas que nos obriga a todos a uma atuação regional, abordar com frontalidade as questões ambientais, tendo presente as alterações climáticas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):

Muito bem!

O Orador: Deixamos claro o nosso agrado pela criação da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. A confirmação da prioridade que é dada a esta área da governação apresenta-se, nomeadamente, através da criação da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Esta área do Programa do Governo transporta-nos para metas ambiciosas, mas exequíveis, que nos obrigam a mudanças de paradigmas mas que vão no

caminho certo, seja através das propostas para redução da produção de gases que contribuem para o efeito de estufa, seja através das medidas de valorização dos nossos recursos naturais, que permitem o sequestro atmosférico, nomeadamente a proteção da nossa floresta nativa e pela aposta na florestação.

Por outro lado, toda a reflexão e aposta decorrente nas energias renováveis garantem-nos menos dependência dos combustíveis fósseis, dando um sinal claro no caminho do melhor aproveitamento dos recursos endógenos, mas sempre com equilíbrio ambiental.

A nossa qualidade ambiental tem de continuar a ser um dos maiores garantes de futuro, tanto no seu potencial económico ao serviço dos açorianos, das suas variadas perspetivas e, acima de tudo, da qualidade de vida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para uma correta implementação das políticas propostas, é fundamental ter instrumentos de ordenamento do território e de proteção dos recursos naturais, documentos atuais, acessíveis e rigorosos ao serviço dos agentes económicos, das autarquias, da população. E essa prioridade está salvaguardada no programa e na orgânica do novo Governo dos Açores com a criação da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Destaco também, neste âmbito, a intenção da realização de estudos da capacidade de carga das áreas protegidas e a carta de desporto da natureza.

Por outro lado, a aposta clara que é dada ao conhecimento científico, elegendo a Universidade dos Açores como parceiro privilegiado à atuação e à decisão e que nos dá assim uma homologação irrefutável de que o caminho traçado é o mais correto.

Sras. e Srs. Deputados, governar os Açores é governar uma região privilegiada na sua qualidade ambiental.

O Programa do XIII Governo dos Açores dá um lugar de destaque às questões ambientais.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participação neste debate. Sr. Deputado José Eduardo.

(* **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Secretário, tenho que também admirar o ligeiro e o ténue reconhecimento àquilo que foi o trabalho desenvolvido em prol da conservação. Poderia ter valorizado mais algum deste trabalho, porque se há área em que neste momento os Açores se podem orgulhar é a área do Ambiente.

Deixou de parte, na sua intervenção, a questão do trabalho realizado na conservação da natureza, os Projetos LIFE aprovados. Não vem referenciado... (muito teria para dizer, mas vou encurtar devido à gestão do

tempo), não vem referenciado neste programa as Reservas da Biosfera, o Geoparque Açores. E, portanto, questiono qual a atenção que pretende este Governo dar a este galardão atribuído pela UNESCO, que potencia e valoriza vários fatores ambientais e até socioeconómicos destas ilhas, destas ilhas galardoadas.

Mas, hoje, vou talhar, a talho de foice, e não vou dedicar-me a questões ambientais, futuramente teremos tempo para isso, mas vou falar de pessoas, recorrendo-me ao lema do vosso programa: “As pessoas primeiro”. Como sabe, os centros de visitação ou de interpretação ambiental e a rede de ecotecas são geridos pela empresa Azorina, que, ontem, como ouvimos pelo Sr. Secretário das Finanças, será uma das empresas a extinguir, pelo que gostaria de o questionar sobre o destino e a nova forma de gestão desses centros, uma vez que neste programa que estamos a analisar nem por uma vez também foram mencionados.

Questiono também sobre a reorganização e implementação do programa de educação e sensibilização ambiental: Parque Escola e Parque Aberto. Bem como o questiono sobre o mais importante no meio dessas outras questões: sobre as pessoas que faziam esta empresa funcionar e que neste momento se encontram sem saber qual o seu destino e com uma preocupação pelo seu futuro. E penso que hoje esta será a grande questão que lhe deixo, porque o que mais ouvi foi “as pessoas primeiro”. E neste caso quero esperar para ver se as pessoas não serão as últimas a serem consideradas.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para o debate. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Bom, começo por fazer o meu trabalho e tentar, desde já, criar um bom ambiente e, portanto, saúdo todas as Sras. e Srs. Deputados pela respetiva eleição e desejo votos de um bom trabalho em prol do desenvolvimento dos Açores.

Temo, no entanto, que vá já estragar o clima com o que vou dizer a seguir, porque, de facto, existem... E eu começarei pelo fim, começo já Sr. Deputado José Eduardo, para lhe dizer o seguinte: em relação à Azorina, e o senhor fala em pessoas primeiro e está preocupado que as pessoas não sabem e estão preocupadas com o seu futuro, o que me parece profundamente lamentável e extremamente irresponsável é que o Partido Socialista tenha cedido à tentação de fazer um aproveitamento político desta matéria. E isso, para nós, é verdadeiramente lamentável porque foi uma estratégia demagógica, que vem espalhar o pânico entre os colaboradores da Azorina e vem também, no fundo, desinformar os açorianos. O que menos os açorianos precisam neste momento é de, enfim, novas preocupações entre as muitas que já têm.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*):
Muito bem!

O Orador: A extinção da Azorina é um processo e é uma opção racional e responsável e que visa a eficiência e a racionalização dos nossos recursos e dos nossos bens, que são públicos, como sabe. Portanto, este será um processo conduzido de forma organizada, rigorosa e sem colocar em causa, naturalmente, os postos de trabalho e sem colocar também em causa os direitos dos trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os trabalhadores serão, naturalmente, internalizados na empresa. E as competências da Azorina, que são em tudo coincidentes com a tutela, serão assumidas e serão feitas através de ação direta e de uma gestão e uma administração direta. E, portanto, não há aqui qualquer perda, só há é ganho de eficiência.

Deputada Andreia Vasconcelos (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os funcionários da Azorina podem, portanto, estar descansados, que em nada serão prejudicados. O que nós lamentamos é que o Partido Socialista tenha aproveitado de forma demagógica esta situação, enfim, para fazer uma pequena politiquice, que era de todo desnecessária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente às restantes questões que me colocaram, e ainda em relação ao que disse o Sr. Deputado José Eduardo Soares, porque, enfim, isto é um Programa do Governo, reconhecemos o trabalho feito pelos anteriores Governos nesta matéria, mas não estamos aqui para discutir aquilo que foi feito no passado pelo Partido Socialista, estamos aqui para discutir as opções deste Governo.

Relativamente à questão da descontaminação, que foi abordada por várias Sras. e Srs. Deputados, nomeadamente a Sra. Deputada Alexandra Manes, a Sra. Deputada Andreia Vasconcelos e o Sr. Deputado Carlos Furtado, Sra. Deputada Alexandra Manes, enfim, eu acho que mais claro que isto é impossível. No Programa do Governo diz: “Exigir ao Governo da República o cumprimento integral da Lei das Finanças das Regiões Autónomas,

nomeadamente no que se refere à obrigação de o Estado repor a situação anterior à prática dos danos ambientais.

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Enfim, mais claro que isto é impossível, Sra. Deputada. O CDS... O CDS, salvo seja, o Governo (velhos hábitos)... O Governo Regional irá pugnar pela total descontaminação e pela reposição da situação ambiental anterior à presença e à atividade dos militares norte-americanos. Portanto, é este o nosso desígnio nesta matéria.

Naturalmente, nós temos a perfeita noção de que o processo de descontaminação não está a correr de forma satisfatória, basta, enfim, olhar para os relatórios que são produzidos e todos nós conseguimos facilmente constatar isso. E, portanto, nós queremos que se passe à ação. E ultimamente até nem têm sido feitas ações de remediação. E, portanto, é preciso, de facto, assegurar, apesar de não ser uma competência nossa, junto de quem tem a responsabilidade, que isso irá de facto ser feito e que os solos e aquíferos serão descontaminados.

Em relação à questão colocada sobre os resíduos, bom, em relação aos resíduos, a Região enfrenta, de facto, aqui um desafio, ao nível da gestão de resíduos, complexo. Nós estamos, de facto, muito longe de atingir as metas que estão definidas, nomeadamente, para 2035, de 65% de reciclagem e de 10% de deposição em aterro. E, neste sentido, nós estamos já a preparar a revisão do PEPGRA e queremos, enfim, criar novas estratégias para intervir nas primeiras etapas da cadeia de gestão de resíduos, que é onde nós achamos que devemos, obviamente, intervir primeiro.

Agora, em relação a projetos de construção de incineradoras e de centrais de valorização energética, como sabem, essa competência é uma competência

municipal, não é uma competência do Governo Regional. O que quero deixar claro é que o Governo Regional dos Açores está disponível para, ...

Deputado Francisco César (PS): Quem o viu e quem o vê!

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão concorda?

O Orador: ... em articulação com os municípios, poder avaliar. E está disponível para conversar para tudo o que for necessário. Agora, a decisão de avançar é uma decisão que caberá, sempre, em última instância, aos municípios.

E, portanto, queria deixar um alerta...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, aguardamos a sua inscrição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho tempo!

Deputado Francisco César (PS): Tenho aqui um artigozinho, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Ó Sr. Presidente, posso?

Presidente: Faça favor.

O Orador: Muito obrigado.

Queria deixar um alerta: em São Miguel, em 2019, mais de 62 mil toneladas de resíduos, ou seja, cerca de 70% dos resíduos foram parar a aterro! E o que é importante que se tenha em atenção é que a central e a inceneração e a valorização energética não são a prática mais desejável, mas são mais desejáveis do que a deposição em aterro. E isto é que é preciso que tenhamos em atenção. Nós estamos muito longe, mas mesmo muito longe, de atingir a meta de 10% de deposição de resíduos em aterro. E isso é preciso ter bem presente.

E, portanto, o que nós entendemos é que deve, de facto, ser salvaguardado um dimensionamento adequado de qualquer novo projeto de central de

valorização que venha a ser criado. Se avançar, tem que ser bem dimensionado.

Relativamente às restantes questões que me foram colocadas...

Bom, termino já rapidamente, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Tem que responder ao Deputado do PAN!

O Orador: ... só para, enfim, colocar um enfoque na importância que é dada ao Ambiente nesta orgânica. Pela primeira vez, o Ambiente, em muitos mandatos, volta a ter uma tutela própria. E isso é importante por uma questão muito específica: é que houve trabalho bem feito, mas também houve muito que ficou por fazer e houve muitas derrapagens na calendarização dos projetos. E muitos dos projetos também não têm forma de serem avaliados. E focar no Ambiente permitir-nos-á conseguir corrigir aquilo que foi mal feito, nomeadamente ao nível do Plano Regional de Alterações Climáticas e de outros instrumentos que são estratégicos e que foram, de facto, mal conseguidos. São pouco explícitos e nós teremos muita dificuldade em implementá-los sem ter uma revisão que nos permita clarificar aquilo que é pretendido e o que é que temos que fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 37 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Elisa Sousa foi substituída pelo Deputado Jaime Vieira, e o Deputado Tiago Branco foi substituído pelo Deputado José Gabriel Eduardo, na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, estávamos no debate no âmbito da intervenção feita pelo Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas. Pergunto se há mais intervenções para a participação no debate. Não havendo, dou a palavra então à Sra. Deputada Bárbara Chaves para proferir a sua intervenção na tribuna.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, permita-me saudar a si, Sr. Presidente, e através de si todos os Deputados desta Casa, assim como o Sr. Presidente do Governo e restante elenco governativo, fazendo votos que cada um desempenhe o seu mandato com rigor, respeito, elevação e dignidade, a bem dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Retribuo os seus votos.

A Oradora: “Os Açores são internacionalmente reconhecidos por apresentarem, de modo geral, elevados níveis de qualidade ambiental,

assumindo este aspeto uma dimensão verdadeiramente estratégica para o desenvolvimento da Região.”

É assim que o Programa do Governo que estamos a analisar nesta Casa inicia a apresentação dos conteúdos programáticos da área do Ambiente.

E esta é, de facto, uma realidade. É uma realidade e um reconhecimento de todo trabalho que tem sido desenvolvido ao longos dos anos em prol da qualidade ambiental e do bem-estar dos açorianos, de forma a atingir-se padrões elevados de desenvolvimento sustentável nos Açores.

Foi nesse sentido que o anterior Governo do PS promoveu um conjunto de ações com vista à elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores, que teve por base o desenvolvimento de um trabalho exaustivo, que envolveu entidades públicas e privadas, empresas da Região e sociedade civil que aderiram ao desafio.

Mas este é, Sras. e Srs. Deputados, um caminho que os Açores estão a percorrer e que se espera que continue!

Aqui, é justo reconhecer que, ao nível da componente ambiental, o Programa do Governo espelha muitos aspetos que o PS também defende para este setor, tendo existido um cuidado em dar continuidade a um trabalho que tem vindo a ser feito nas áreas do Ambiente e da Sustentabilidade Ambiental, que levaram a mudanças de atitudes e comportamentos e que, talvez porque o titular da pasta, o Doutor Alonso Miguel, ser alguém competente na área e com uma visão, que reconheço, abrangente de vários setores de atividade, merece da nossa parte e neste departamento do Governo em concreto a nossa concordância relativamente às ações aqui inscritas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): As causas comuns dignificam-nos! Obrigado, Sra. Deputada.

A Oradora: Não posso deixar de dizer que se estivéssemos a analisar unicamente nas propostas que o PSD apresentou no seu programa eleitoral, muitas dessas nossas opiniões não poderiam merecer a mesma confiança.

Não obstante considerarmos e reconhecermos o esforço que se encontra expresso no Programa do Governo nesta temática, permitam-me que lamente o facto de o setor da Energia ter sido desanexado do departamento do Governo que trabalhará a problemática das Alterações Climáticas. Isto porque todos os investimentos que levam à minimização dos impactos ambientais decorrentes do uso dos combustíveis fósseis ou os investimentos em energias renováveis têm implicações diretas ao nível das alterações climáticas, considerando-se que existiriam ganhos significativos ao nível da eficiência se a energia estivesse aqui incluída.

Esta é também uma opinião, uma posição, refira-se, refletida ao nível do que considerou a Conferência de Líderes desta Assembleia em deslocalizar as competências da Energia para a recém constituída Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, numa clara alusão ao que está já interiorizado de que as questões energéticas estão irremediavelmente associadas às questões da sustentabilidade e das alterações climáticas.

Não foi este o entendimento do Governo, nós respeitamos!

Relativamente a algumas questões e algumas matérias abordadas no Programa do Governo, permitam-me que reflita sobre aspetos que consideramos serem importantes referenciar.

Ao nível da gestão dos recursos hídricos, não obstante existirem massas de água que, não de um modo permanente, possam ter algumas características de eutrofização, é certo que a maior parte das massas de água da Região se encontram com boa qualidade.

Hoje, reconhece certamente o Sr. Secretário da tutela que a situação é muito melhor em termos de qualidade da água do que anteriormente acontecia e que é fruto das medidas implementadas ao longo das últimas legislaturas, trabalhos esses realizados por funcionários que durante a sua atividade profissional exercem a sua atividade na empresa Azorina e que, já foi aqui dito, será em breve extinta.

Ao nível da conservação da natureza, permitam-me também referir que foram muitas as medidas e ações realizadas nos últimos anos, de forma a assegurar-se o equilíbrio da Rede Regional de Áreas Protegidas, compatibilizando a Proteção Ambiental com outros serviços e atividades económicas, numa perspetiva de sustentabilidade dos recursos.

O Programa do Governo em análise prevê o prosseguimento de políticas protecionistas que consideramos importantes, ainda mais que, muitas delas, se encontravam preconizadas no programa eleitoral do PS, que foi sufragado recentemente, merecendo a confiança de 41% dos açorianos.

Ainda ao nível da conservação da natureza, referir que o atual titular da pasta do ambiente terá a seu dispor um conjunto muito significativo de verbas europeias decorrentes de candidaturas apresentadas pelo anterior Governo do PS e com financiamento já assegurado, no âmbito de Projetos Life, num valor que ascenderá os 44 milhões de euros para investir, por exemplo, na Rede Natura 2000 ou no Plano Regional das Alterações Climáticas.

Estes montantes permitirão ao atual Governo desenvolver ações importantes para os Açores em termos de conservação, caso apliquem bem esses fundos resultantes de candidaturas, como já disse, já aprovadas pelo anterior Governo. E estaremos, nós, aqui, o PS e o Grupo Parlamentar, atentos ao nível da sua implementação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente à gestão dos resíduos, é justo referenciar todo o trabalho desenvolvido a este nível nos últimos 10 anos, em parceria com as autarquias, mas sem nos sobrepormos às competências destas.

Sobre esta matéria e depois de ter participado em muitos debates, nesta Casa, sobre resíduos, permitam-me que questione o Sr. Presidente do Governo e o Governo Regional dos Açores ao nível da incineração de resíduos. Qual será a posição deste novo Governo relativamente à incineração dos resíduos nos Açores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era num outro momento!

A Oradora: Estarão os parceiros da coligação todos do mesmo lado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora está preocupada?

A Oradora: O que fará o antigo Presidente da AMISM e atual Presidente do Governo para amenizar as vozes discordantes dentro da coligação a este nível? Estarão alguns destes parceiros de coligação disponíveis, nomeadamente o PPM, para abdicar do que, convictamente, consideravam ser um “atentado ambiental”? Estaremos atentos, Sr. Presidente!

Para concluir, dizer que em todas as áreas o Grupo Parlamentar do PS estará atento e vigilante, não só nesta área do Ambiente, mas em todas elas, não com uma atitude arrogante tal como o PSD quer fazer passar, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Alguns! A senhora não!

A Oradora: ... mas sim com toda a certeza de que o que for bom para os açorianos é bom para o PS.

E pode ter a certeza, Sr. Presidente, não vacilaremos, nem por um minuto, em defender intransigentemente os interesses do povo açoriano.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimentos. Sr. Deputado Pedro Neves, pede a palavra para...

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, só quero interpelar a Mesa. Visto que este debate setorial relativamente à Secretaria do Ambiente e às Alterações Climáticas está a finalizar, eu gostaria que ficasse apenas registado que o Sr. Secretário não respondeu à minha pergunta relativamente ao projeto da Lagoa do Fogo, em São Miguel.

Presidente: Está registado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, enfim, começando por agradecer a consideração da Sra. Deputada Bárbara Chaves, que, aliás, é recíproca, quero dizer-lhe que há muito trabalho, de facto, feito, como tinha dito inicialmente, nesta área. O que está bem feito é para continuar. E conto com todos os contributos de todas as bancadas para que este trabalho possa ainda ser mais profícuo.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Queria também dizer que em relação à desanexação da Energia do Ambiente, enfim, é uma opção que se resolve perfeitamente com uma boa interoperabilidade entre os departamentos do Governo e que tem, obviamente, ganhos óbvios no foco que é dado ao Ambiente e que permite resolver uma série de problemas que existiam e que permite ganhar mais

consistência e mais rigor nos programas e nas estratégias que são desenvolvidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão do Sr. Deputado Pedro Neves, dizer-lhe que, obviamente, há um conjunto de projetos que vão ser reavaliados e que este projeto em concreto será um dos que será tido em consideração. Nós, obviamente, teremos em consideração a sua intervenção e iremos reanalisar este processo.

Finalmente, apenas para responder à questão do bem-estar animal, que acho que me esqueci também, da Sra. Deputada Alexandra Manes, enfim, este é um desígnio de todos nós e, portanto, estará certamente nas nossas intenções salvaguardar de todas as formas possíveis o bem-estar animal.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo... Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, pede a palavra para...

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, era para, nos termos do artigo 67.º do Regimento, requerer a V. Exa. e a esta Assembleia um intervalo regimental de meia-hora.

Presidente: É regimental. Voltamos às 19h20... Em alternativa, peço à Sra. e aos Srs. Líderes Parlamentares e ao Sr. Membro do Governo que tem a tutela dos Assuntos Parlamentares que se acerquem aqui da Mesa para uma

reunião rápida. O Sr. Deputado Paulo Estêvão não está, pedia ao Sr. Deputado Gustavo Alves que o substituísse.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, fruto desta reunião aqui estabelecida, foi consensualizado encerrarmos os nossos trabalhos por hoje. Mas, de qualquer maneira, o Sr. Secretário vai atualizar os tempos restantes dos diversos Grupos e Representações Parlamentares, bem como do Governo. Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: Governo, 80 minutos e 08 segundos; PS, 62 minutos e 40 segundos; PSD, 64 minutos e 24 segundos; CDS, 20 minutos e 18 segundos; PPM, 3 minutos e 17 segundos; BE, 4 minutos e 31 segundos; CHEGA, 4 minutos e 18 segundos; Iniciativa Liberal, 4 minutos e 48 segundos; e o PAN esgotou o seu tempo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10h. Boa noite a todos e bom jantar.

Eram 18 horas e 54 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Rui Filipe Vieira Anjos

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

O redator, André Silva